

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA

Rua Emiliano Pernetta, 297, 11º Andar | Ed. Metropolitan Building | Centro | Cep 80.010-050
(41) 3026-0910 | www.3rcuritiba.com.br | oficio@3rcuritiba.com.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

THAIS HELENA OLIVEIRA CARVAJAL MENDES, Oficial do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, situado na Rua Emiliano Pernetta, 297, 11º andar, em Curitiba/PR, no uso das atribuições que a lei lhe confere, **INTIMA os HERDEIROS de MANOEL BORGES DE MACEDO**, que era brasileiro, filho de José Borges de Macedo e Maria do Carmo Borges de Macedo, viúvo de Espirituosa Gomes de Macedo, maior e capaz, falecido em 07 de fevereiro de 1943, a pedido de **MARA REGINA DALL STELLA DA SILVA, brasileira, viúva, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 827.521-1-SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº 510.818.579-00, residente e domiciliada na Rua José de Alencar, nº 110, apartamento 182, Cristo Rei, nesta cidade**, que requereu, nos termos do Provimento nº 65/2017 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e da Lei 6.015/73, o registro de Usucapião Extrajudicial, protocolado sob nº 250.636, referente ao imóvel: Lote urbano nº 221-B, da Planta Murray, situado no Bairro Alto da XV, na Avenida Senador Souza Naves, nº 130, de propriedade de Manoel Borges de Macedo, transcrito sob nº 2.568, Livro 3, desta Serventia, alegando posse mansa, pacífica e contínua, portanto, sem oposição e ininterrupta há mais de 50 (cinquenta) anos, inserindo-se na modalidade de Usucapião Extraordinária, nos termos do art. 1.238 do Código Civil Brasileiro.

Poderão ser obtidas, no 3º Registro de Imóveis de Curitiba/PR, cópias dos documentos acostados ao pedido de Usucapião Extrajudicial, bem como poderá ser apresentada eventual impugnação ao pedido de usucapião. Informo que, inexistindo impugnação no prazo de 15 dias, contados da data da última publicação, implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da Usucapião e, conseqüentemente, será realizado o registro requerido. Dou fé. Curitiba, 03 de março de 2023. A Oficial de Registro, Thais Helena Oliveira Carvajal Mendes.

Documento Assinado Digitalmente THAIS HELENA OLIVEIRA CARVAJAL MENDES
CPF: 51174553200 - 06/03/2023

cattalini

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
12ª Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Acionistas da CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, conforme faculta o parágrafo único do artigo 131 da Lei 6.404/76, em modelo híbrido - presencialmente e via teleconferência, nos termos do Estatuto Social, às 09h30 do dia 18 de abril de 2023 para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

- Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
- Eleger os membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes;
- Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, bem como distribuição de dividendos;
- Fixar os honorários globais dos Administradores da Companhia.

Paranaguá (PR), 22 de março de 2023.
Renato Cattalini
Presidente do Conselho de Administração
Cattalini Terminais Marítimos S/A
CNPJ 75.633.560/0001-82

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 015/2023; OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, IMÓVEL URBANO COM ÁREA TOTAL DE 1.452,36m² PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE MULHER, IDOSO E JUVENTUDE, LOCALIZADA NA RUA ATANÁSIO PIRES, nº 697, PARTE NORTE; LOCADOR: VALDAIR LUIZ GUZZO, viúvo, inscrito no CPF sob o nº 005.811.279-00, portador do RG nº 604082-9, residente e domiciliado na Rua Atanásio Pires, nº 697, Bairro Das Torres, no município de Dois Vizinhos-PR; LOCATÁRIO: Município de Dois Vizinhos - Paraná. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93; PERÍODO DA LOCAÇÃO: 12 (doze) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 100.400,04 (cem mil, quatrocentos reais e quatro centavos); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 20 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná

Luis Carlos Turatto- Prefeito

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 528/2023 - GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 20.150.182-2 OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ervilha em conserva, milho verde em conserva e seleta de legumes (batata, cenoura e ervilha), destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 10 de abril de 2023, às 09:00 (nove horas) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. VALOR MÁXIMO: R\$ 13.718.300,00 (treze milhões, setecentos e dezoito mil e trezentos reais). RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES: encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link: Licitações ao vivo. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. DATA: 21/03/2023. Comissão Permanente de Licitação

Santa Mônica
CLUBE DE CAMPO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma do Art. 63, I, e Art. 66 do Estatuto do Clube, e pelo presente Edital são convocados os associados do **Santa Mônica Clube de Campo - SMCC** que atendem ao disposto no Art. 62, e seus parágrafos do mesmo Estatuto, para participar da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** que se realizará no dia 30 de março de 2023 (quinta-feira), no Salão Social, na Sede do SMCC, situada às margens da Rodovia Régis Bittencourt, nº 5000, (BR 116), bairro Mauá, no município de Colombo, Paraná, em primeira convocação às 18h30 com número regulamentar de participantes, ou em segunda convocação às 19h30, com qualquer número de associados credenciados na forma estatutária, com a seguinte ordem do dia:

APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DIRETOR - EXERCÍCIO 2022

Colombo, 15 de março de 2023.
Carlos Carnasciali Cavichio
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A UNIVERSIDADE LIVRE DO ESPORTE DO PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.181.877/0001-51. Através de sua Diretoria, devidamente representada por sua Presidente a Sra. Regina Morgenstern, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social em vigor, vem através deste Edital, CONVOCAR os associados e membros efetivos para:

- Inscrição de Chapas, que concorrerão às eleições do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, composto por Presidente e Vice-Presidente e CONSELHO FISCAL constituído de: 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes;

A assembleia para eleição ocorrerá em 27/03/2023, na sede administrativa da Associação, sito a Rua Dr. Roberto Barrozo, 630, Bairro Centro Cívico, Curitiba/PR, às 18h com a presença de 1/3 dos associados em primeira convocação e as 19h com qualquer número de presentes.

Curitiba, 15 de março de 2023.

Regina Morgenstern
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ - ESTADO DO PARANÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº.7/2023

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto na área de pavimentação em plataforma Building Information Modeling (BIM), na zona urbana e rural do Município de Carambeí.**

Tipo: **TÉCNICA E PREÇO**
Abertura: **20/04/2023**
Horário: **09:00 horas**
Valor máximo: **R\$ 455.712,62 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e doze reais e sessenta e dois centavos).**

A íntegra do edital estará disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br/>, mais informações, poderão ser solicitados pelo e-mail: compras@carambei.pr.gov.br ou pelo fone: (42) 3231-9886, (42) 99119-3716.

Carambeí, 16 de MARÇO de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ - ESTADO DO PARANÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº.8/2023

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto na área de pontes em plataforma Building Information Modeling (BIM), na área rural do Município de Carambeí, sendo alargamento de 04 pontes e recuperação de 01 ponte (aduelas).**

Tipo: **TÉCNICA E PREÇO**
Abertura: **24/04/2023**
Horário: **09:00 horas**
Valor máximo: **R\$ 107.320,00 (cento e sete mil e trezentos e vinte reais).**

A íntegra do edital estará disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br/>, mais informações, poderão ser solicitados pelo e-mail: compras@carambei.pr.gov.br ou pelo fone: (42) 3231-9886, (42) 99119-3716.

Carambeí, 16 de MARÇO de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

Sistema Fiepr

TIPO: CONCORRÊNCIA Nº 2.1066/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO DA SAUDE 2023 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - SESI, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.
DATA DE ABERTURA: 06 de abril de 2023 às 14h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

Sistema Fiepr

TIPO: CONCORRÊNCIA Nº 3.0681/2023 - EDITAL RETIFICADO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA UNIDADE E MODERNIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE METALMECÂNICA - MARINGÁ CTM - SENAI.
DATA DE ABERTURA: 06 de abril de 2023 às 10h
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/htm>

Sistema Fiepr

TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3.0677/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS E LABORATORIAIS PARA ÁREA DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E INOVAÇÃO E ÁREA DE EDUCAÇÃO - SENAI DE TELÊMACO BORBA
DATA DE ABERTURA: 30 de março de 2023 às 9h.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

Sistema Fiepr

TIPO: EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 2.1059/2023.
OBJETO: EDITAL PARA SELEÇÃO DE PRODUTOR PARA GESTÃO DO CORAL VOX
DATA LIMITE PARA INSCRIÇÃO: 06/04/2023.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

SISMUC
INDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

ERRATA - SISMUC

No Edital da Edição do dia 28 de fevereiro de 2023 do Jornal do Estado - BEM PARANA, Pag.27 Onde está o Edital do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba - SISMUC.

Onde se lê: Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia, 30 de março de 2023, quinta-feira.
Leia - se: Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia, 31 de março de 2023, sexta-feira

Curitiba, 21 de março de 2023.
Juliana de Fatima Mildemberg de Lara
Coordenadora Geral do SISMUC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente Gisele Mari Junqueira Santos Zanon, convoca todos os associados, juntos com a contribuição ASSOCIATIVA, conforme preceitua o Art. 18 parágrafo 2º, para a Assembleia Geral Ordinária, dia **27 de março de 2023**, na sede do SINCOPEÇAS-PR e/ou de forma virtual via Microsoft TEAMS, à Rua Anne Frank, 3223, Boqueirão, às 17h30 em 1ª convocação com a presença de dois terços e às 18h com qualquer número, para deliberar a seguinte **pauta do dia**:

- GRUBE - Marcas & Patentes - apresentação da empresa pelo Sr. Odilon - apresentação 15 min.
- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2022: Apreciação, discussão e aprovação;
- OUTROS ASSUNTOS;
- OBRA: informar a etapa que está o processo;
- PARCERIAS: informar e discutir;
- AUTOPAR: informativo;
- TRIBUTÁRIO/FISCAL: buscar no mercado um profissional que possa nos assessorar (discutir e aprovar);
- INDICAÇÃO para a formação da COMISSÃO de negociações COLETIVAS DE TRABALHO 2023/2024;

Curitiba, 20 de março de 2023.
Gisele Mari Junqueira Santos Zanon
Presidente

MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 05.398.928/0001-90
NIRE 41300307989

COMUNICADO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.064, loja e sobreloja, Centro, CEP 80.250-210, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Curitiba, 20 de março de 2023

Seme Raad
Diretor Geral

CAIXA GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA

BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3049/0223-CPA/RE - 1º LEILÃO e nº 3050/0223 CPA/RE - 2º LEILÃO

ACAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel(is) recebido(s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 13/03/2023 até 18/04/2023, no primeiro leilão, e de 28/04/2023 até 03/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). ALVARO SERGIO FUZO, endereço Rua T 37, nº 3314, Qd 141, Lote 15/17, Apt. 2701, Edifício Piazza 25, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP nº 74230-022, telefones 0800-707-9339 / 0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 08:00h às 18:00h, site: www.alvaroleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/leiloescaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 19/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 04/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.alvaroleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

 Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h30 às 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS**

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **YLMAR CAMPOLIM DOS SANTOS**, encarregado de carpintaria, portador da CI nº 2.971.519-SSP/SC e do CPF/MF nº 949.651.299-20, casado pelo regime de **comunhão parcial de bens na vigência da lei 6.515/77 em 22/12/2015** e sua cônjuge **JAQUELINE PADILHA AMORA DOS SANTOS**, do lar, portadora da CI nº 9.763.814-4-SSP/PR e do CPF/MF nº 045.360.569-98, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Ricardo Valt, nº 10, no Bairro Mossungue, na Cidade de Curitiba-PR, que ficam pelo presente Edital, **INTIMADOS**, não sendo possível intimá-los pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 29985/2022 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 08/03/2023 corresponde a R\$ 7.969,14 (sete mil e novecentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Venda e Compra de Imóvel Residencial, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro de Habitação - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **8.4444.1315320-8**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de Curitiba-PR, em **09 de agosto de 2016**, registrado sob o nº **R-5** na matrícula nº **45.242** desta Serventia, referente ao **APARTAMENTO nº 23 do BLOCO 41** integrante do **CONDOMÍNIO GRALHA AZUL RESIDENCIAL CLUBE**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área construída de utilização exclusiva de **42,57 metros quadrados**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADO V.S. para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, CIENTIFICADO V. S. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 09 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 20/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofmg.com.br
Código validador: E01680CJLH4

 Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h30 às 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS**

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **LUAN GOMES VIEIRA**, brasileiro, mecânico manutenção montador preparador operador de maq. e aparelhos prod indust, portador da CI nº 12.307.328-2-SSP/PR e do CPF/MF nº 082.126.689-67, solteiro, residente e domiciliado na Rua Escócia, nº 444, no Bairro Nações, nesta Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 4146/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 08/03/2023 corresponde a R\$ 7.755,83 (sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia - Carta de Crédito Individual Á-CCFGTS-Programa Casa Verde e Amarela - PCVA - nº **8.4444.2406235-7**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande-PR**, em **09 de outubro de 2020**, registrado sob o nº **R-25** na matrícula nº **32.463** desta Serventia, referente a **RESIDÊNCIA 195** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CENTRAL PARK II**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área construída de utilização exclusiva de **38,6000m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADO V.S. para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, CIENTIFICADO V. S. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 09 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 20/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofmg.com.br
Código validador: NQX1HNS6YLT

 Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h30 às 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS**

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **JORGE LUIZ PEREIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, eletricitista, portador da CI nº 8.596.514-0-SSP-PR e do CPF/MF nº 042.885.069-30, residente e domiciliado na Rua Da Ordem, nº 111, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 3548/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 08/03/2023 corresponde a R\$ 6.046,63 (seis mil e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Alienação Fiduciária - Programa Carta de Crédito Individual - FGTS - Programa Minha Casa, Minha Vida - com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Comprador(es) nº **8.4444.0053944-7**, fls. 1/27, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de Curitiba-PR, em **02 de maio de 2012**, registrado sob o nº **R-3** na matrícula nº **27.976** desta Serventia, referente **CASA 01 (um)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TRAVESSA CURAÇÃO I**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com **01 (um) pavimento em alvenaria**, tendo a área total construída de **48,00 metros quadrados**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADO V.S. para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, CIENTIFICADO V. S. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 09 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 20/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofmg.com.br
Código validador: 101KPY101S5

 Serviço Registral de Imóveis CNS 08.197-6
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Fórum Regional de Fazenda Rio Grande-PR
CNPJ nº 02.952.816/0001-40
Horário - 08h30 às 17:00h
Bel. Hermas Eurides Brandão Junior
Agente Delegado

NOTIFICAÇÃO

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 15 DIAS**

HERMAS EURIDES BRANDÃO JUNIOR, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Fazenda Rio Grande, no uso de suas atribuições, etc...

FAZ SABER a **JOCEMAR DORNELES NERI**, brasileiro, supervisor inspetor e agente de compras e vendas, portador de CNH nº 05216128289-expedida por Órgão de Trânsito/PR e do CPF/MF nº 011.966.740-19, solteiro, residente e domiciliado na Rua David Tows, nº 1199, no BI 01 Apt 204, no Bairro Xaxim, na Cidade de Curitiba-PR, que fica pelo presente Edital, **INTIMADO**, não sendo possível intimá-lo pessoalmente e sendo desconhecido pelo credor outros endereços, para fins de pagamentos de encargos, posicionado pelo **Ofício nº 5438/2023 - CESAV/BU** emitido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** em 08/03/2023 corresponde a R\$ 10.564,02 (dez mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), e a atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período, decorrentes do Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro de Habitação Com Utilização dos Recursos da Conta Vinculada do FGTS do(s) Devedor(es) - nº **1.4444.1365087-4**, com caráter de Escritura Pública, na forma da lei, firmado na Cidade de Curitiba-PR, em **02 de outubro de 2020**, registrado sob o nº **R-5** na matrícula nº **66.556** desta Serventia, referente a **UNIDADE 02 (TIPO CASA)** integrante do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL L22Q08 GPI**, situado nesta Cidade de **Fazenda Rio Grande**, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de **Fazenda Rio Grande-Paraná**, com área total da construção de **50,00 m²**, que figura como credor(a) fiduciário(a) a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**.

Assim tendo expirado o prazo de carência, convenicionado ao contrato, para o procedimento de cobrança, fica INTIMADO V.S. para que se dirija a este Serviço de Registro de Imóveis, desta Comarca, a meu cargo, situado a Rua Castanheira, nº 528, 1º Andar - Ed. Branpar Office - Eucaliptos na Cidade de Fazenda Rio Grande-PR, no horário das 08h30min às 17h00min, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação deste Edital. Fica ainda, CIENTIFICADO V. S. de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei 9.514, de 20.11.1997.

Fazenda Rio Grande, 09 de março de 2023.

-FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO-
Escrivente Indicada (Port.12/21)

Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

Assinador por: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA ARAUJO em 20/03/2023 Consulta a autenticidade deste documento no nosso site: www.registrofmg.com.br
Código validador: EBK40VNW3

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A. CNPJ nº 02.725.300/0001-63. NIRE 41.300.016.348. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL E ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S.A. convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se presencialmente no dia 03 de abril de 2023, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, nº 67, Dom Pedro II, CEP 83221-565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, conforme proposta da Diretoria datada de 27 de fevereiro de 2023, a qual se encontra disponível na Sede Social da Companhia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iv) tendo em vista, em virtude da destinação do resultado do exercício de 2022, que a somatória das reservas de lucros das Companhia ultrapassarão o valor do capital social, em observância ao disposto no §5º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e no art. 199 da Lei nº 6.404/76, aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 95.000.000,00 para R\$ 181.981.670,00, operando-se o respectivo aumento, no valor de R\$ 86.981.670,00, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros verificada no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 31.12.2022, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e (v) deliberação sobre a ampliação da composição da Diretoria da Companhia, que passaria a ser composta por 6 (seis) membros, todos residentes no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um deles designado Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, com a consequente alteração do art. 17º do Estatuto Social da Companhia. **Paranaguá, 21 de março de 2023. Paulo Meneguetti-Diretor Presidente. Informações Gerais.** Poderão participar da Assembleia ora convocada, as acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia no dia da realização da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores. A este respeito, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, e do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, a acionista poderá ser representada na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, membro da administração da Companhia ou advogado licenciado no Brasil.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2023-MP/PJG
AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Edifício - Sede do Ministério Público do Paraná em Francisco Beltrão, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **2-Protocolo:** 24 de abril de 2023, das 8h30min às 11h30min e das 13h às 17h30min, na Sede do Ministério Público, situada na Rua Marechal Hermes, nº 751, Curitiba/PR. **3-Abertura:** dia 26 de abril de 2023, às 13h. **4-Local:** Sede do Ministério Público, situada na Rua Marechal Hermes, nº 751, Curitiba/PR. **5-Edital e Informações Complementares:** Poderão ser obtidas no site do MPPR - www.mppr.mp.br, ou junto à Comissão Permanente de Licitação. Curitiba, 21 de março de 2023.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 3/2023-MP/PJG
AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: Construção de Edifício - Sede do Ministério Público do Paraná, em Campo Mourão, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **2-Protocolo:** dia 24 de abril de 2023, das 8h30min às 11h30min e das 13h às 17h30min, na Sede do Ministério Público, situada na Rua Marechal Hermes, nº 751, Curitiba/PR. **3-Abertura:** dia 27 de abril de 2023, às 13h. **4-Local:** Sede do Ministério Público, situada na Rua Marechal Hermes, nº 751, Curitiba/PR. **5-Edital e Informações Complementares:** Poderão ser obtidas no site do MPPR - www.mppr.mp.br, junto à Comissão Permanente de Licitação, no mesmo endereço. Curitiba, 21 de março de 2023.

 **Colombo**
Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação
Edital - Pregão Eletrônico Nº 032/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) P13.

Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 23 de março de 2023 até às 08:00 horas do dia 05 de abril de 2023.

Início da sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 05 de abril de 2023. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Maior Desconto por item. Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 21 de março de 2023.

Helder Luiz Lazarotto - Prefeito Municipal

 **Colombo**
Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação
Edital - Pregão Eletrônico Nº 031/2023

Objeto: Contratação por meio do Sistema de Registro de Preços de serviços de transporte para viagens Intermunicipais e Interestaduais.

Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 23 de março de 2023 até às 08:00 horas do dia 04 de abril de 2023.

Início da sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 04 de abril de 2023. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço por item. Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 21 de março de 2023.

**Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná - Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A Prefeitura do Município de Paranaguá/Pr torna público que requereu ao IAT, Licença Ambiental Simplificada, para pavimentação asfáltica na Avenida Senador Atilio Fontana e Estrada Velha de Alexandra, no Município de Paranaguá. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
Contrato: 061/2023 - Dispensa de Licitação nº 031/2023.

Contratante: Município de Dois Vizinhos.
Contratada: Jeverson Ivan Paese - Pitty Sports - CNPJ nº 25.371.647/0001-50.
Objeto: Aquisição de assentos em polipropileno para o ginásio de esportes Teodorico Guimaraes.
Valor: R\$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais).
Prazo de Vigência: 6 (seis) meses.
Data de Assinatura: 20 de março 2023.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná – Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL – INCLUSÃO DE ITEM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Lavagem de Veículos, para atender às necessidades das Secretarias Municipais. I.D. 990573
Visando conferir maior competitividade, maior economicidade, melhor contratação, melhor conhecimento do objeto contratado, bem como melhor investimento dos recursos e atendimento ao interesse público, possibilitando maior acesso ao certame licitatório, resolve-se RETIFICAR o ato convocatório (edital de licitação modalidade pregão eletrônico nº 015/2023 registro de preços nº 011/2023), para todos os fins de direito, na forma e pela condição a seguir delineada:

(I) RETIFICAÇÃO – INCLUSÃO DE ITEM

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

29.19. A empresa vencedora deverá dispor de instalações para o atendimento à execução dos serviços, em área compreendida dentro de um raio de 50 km (cinquenta quilômetros) ao redor do marco, sito à Rua Júlia da Costa, 322, Centro, Paranaguá/Pr, referente à Sede da Prefeitura do Município de Paranaguá, com objetivo de garantir a economicidade, rapidez e agilidade na execução dos serviços, tendo como base o custo médio dos serviços ora registrados, bem como a celeridade no atendimento.

Sendo assim fica redesignada nova data de abertura do certame para o dia 04 de abril de 2023 às 09:00 horas.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1787.

PARANAGUÁ, 20 DE MARÇO DE 2023

MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO
Pregoeira

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO POSTO NILO CAIRO LTDA torna público que irá requerer da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Renovação da Licença de Operação para Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, instalada na R. Tibagi 652, Centro, Curitiba, PR.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná – Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

**AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023**

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 348 (trezentos e quarenta e oito) Veículos e Equipamentos pertencentes ao Município de Paranaguá, com Assistência Técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional, em atendimento as Secretarias Municipais. I.D. 993025

TIPO: Menor Preço Total do Lote

DATA DA ABERTURA: 04/04/2023 – **HORÁRIO:** 09:00 HORAS

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.739.432,97 (um milhão, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos)

ENDEREÇO: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações) e www.licitacoes-e.com.br

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3420-2720.

PARANAGUÁ, 21 DE MARÇO DE 2023

JEAN ANDRÉ NASCIMENTO- Pregoeiro

Súmula de Recebimento de Licença de Operação

STEELEVIDEA FERRAMENTAS ESPECIAIS LTDA, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Licença de Operação válida até 19/03/2024, para fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral, peças e acessórios, situada à Rua João Chede, 220, Cidade Industrial, Curitiba-PR

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Sindicato dos Professores no Estado do Paraná – SINPROPAR, convoca todos os professores associados, da rede particular de ensino, do Estado do Paraná, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, na modalidade mista (presencial e online) a realizar-se no dia 24/03/2023, às 10:30hs em primeira convocação e às 11:00hs em segunda convocação, na sede do SINPROPAR, sito a Rua Conselheiro Dantas, 141, Rebouças, Curitiba, ou pela plataforma Zoom através do link <https://us02web.zoom.us/j/85673943277>, de acordo com o artigo 17, inciso II da Lei 14.020 de 06 de julho de 2020 e artigo 48-A do Código Civil, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1. Alteração no Estatuto da Entidade, referente ao endereço da sede, em função da locação da mesma, e revogação do parágrafo 2º, art.15;

Curitiba, 21 de março de 2023.

Lineu Ferreira Ribas
Presidente

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: 013/2023; OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASSENTOS EM POLIPROPILENO PARA O GINÁSIO DE ESPORTES TEODORICO GUIMARÃES; CONTRATADA: JEVERSON IVAN PAESE – PITY SPORTS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.371.647/0001-50, sediada na Rua José Silva, nº 550, Bairro Industrial, na cidade de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, CEP 85.580-000, E-mail: pitysports@yahoo.com e telefone (46) 3526-1366, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Jeverson Ivan Paese, CPF nº 408.132.230-91 e RG nº 3.187.066-6; CONTRATANTE: Município de Dois Vizinhos - Paraná; FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Artigo 24, da Lei Federal 8.666/93; PRAZO: 6 (seis) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 20 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná

Luis Carlos Turatto
Prefeito

**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: 014/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO NO PLACAR ELETRÔNICO DO GINÁSIO DE ESPORTES TEODORICO GUIMARÃES; CONTRATADA: WAINER TITON - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 84.969.898/0001-09, sediada na Rua Genuíno Piacentini, nº 53, Sala 01, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.506-220, E-mail: eletronictiton@hotmail.com e telefone (46) 3224-7270, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Wainer Titon, CPF nº 700.228.529-72 e RG nº 4.401.788-1; CONTRATANTE: Município de Dois Vizinhos - Paraná; FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Artigo 24, da Lei Federal 8.666/93; PRAZO: 6 (seis) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 5.823,80 (cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 20 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº001/2023

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA-PR, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar na modalidade TOMADA DE PREÇO, licitação tendo por OBJETO a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS**. Valor máximo: R\$ 99.209,30 (noventa e nove mil duzentos e nove reais e trinta centavos). As propostas deverão ser protocoladas até as 08h45min do dia 11/04/2023, pois as 09h00min na sala de licitações da Prefeitura do Município de Mandirituba estará iniciando a sessão pública para contratação do objeto acima descrito. Local: Praça Bom Jesus, 44-Mandirituba/PR. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo Fone: (41) 36261122 Ramal 224.

Luis Antonio Biscaia
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8292/2022**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma no Estádio Municipal Alexandre Ianik, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO: R\$ 853.277,58 (oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

A ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES se dará no dia 11 de abril de 2023 às 09h00min, no Auditório Municipal, localizado nas dependências da Prefeitura Municipal de Balsa Nova/PR, sito à Avenida Brasil, nº 665, Centro, desta Cidade.

O edital e seus anexos, bem como Projetos, Planilhas de Serviços e Memorial Descritivo, estarão disponíveis junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balsa Nova/PR, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro, desta Cidade.

Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou através do telefone (41) 3636-8013/8015.

Balsa Nova/PR, 21 de março de 2023.

PATRIK ALVES
Presidente da Comissão De Licitação
Decreto nº 083/2023

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO -
(Lei nº 8.666/93)**

Modalidade de licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023
-Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NA ESTRADA DA COMUNIDADE BOA VISTA DO CHOPIN.

Data e Horário de Abertura dos Envelopes: 10 de abril de 2023 às 9 horas e 00 minutos.

Valor: R\$ 172.991,64 (cento e setenta e dois mil, novecentos e noventa e um reais, sessenta e quatro centavos).

Local de entrega e abertura dos envelopes: Avenida Rio Grande do Sul, nº 130 - Centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, na sede da Prefeitura Municipal.

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br licitações da Prefeitura Municipal. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8822. Dois Vizinhos, 20 de março de 2023.

Luis Carlos Turatto- Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Retificação de Licitação**

O O Município de Ponta Grossa/PR informa a existência da 1ª retificação da concorrência nº 02/2023, que se realizará no dia 11 de maio de 2023, às 14h00min, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bilcompras.com), para outorga de concessão administrativa para a delegação dos serviços de iluminação pública, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública. Mais informações, bem como a íntegra do edital e seus anexos, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com endereço à Rua Franco Grilo, nº 628 - Colônia Dona Luiza, CEP 84100-000, em Ponta Grossa/PR e horário de funcionamento nos dias úteis, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, ou no site eletrônico:

<https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>.

Ponta Grossa, 21 / 03 / 2023

Eduardo marques.
Secretário Municipal de Serviços Públicos.

PROHEALTH LTDA,
CNPJ 12.334.997/0001-03, NIRE 412.0683518-7,
são convocados pelo administrador **THIAGO GAYER MADUREIRA**, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 31 de março de 2023, devido às restrições do novo Coronavírus, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador"

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023

O Município de Ponta Grossa realizará em **11 de Abril de 2023, às 14h**, na sede da prefeitura, à Av. Visconde de Taunay, nº 950, 2º andar, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, licitação para:

Lote 1 - Elaboração de serviços topográficos de Levantamento Planialtimétrico Cadastral de obras de construção, reforma e/ou ampliação de prédios públicos do município, totalizando 250.000 m² de levantamentos. Valor máximo R\$ 112.500,00

Lote 2 - Elaboração de serviços de sondagem de simples reconhecimento dos solos, com SPT, para obras de construção, reforma e/ou ampliação de prédios públicos do município, totalizando 150 furos. Valor máximo R\$ 165.300,00.

Informações adicionais, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento, no mesmo endereço do preâmbulo, no horário das 12h às 18h, fone 42-3220-1304, site <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>.

Henrique Palermo do Vale - Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 027/2023 - PMM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2023, com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$5.165.200,00 (cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e duzentos reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 23/03/2023, à partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 03/04/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 03/04/2023, às 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS em <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 ramais: 795/807/811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 21 de março de 2023

Janete de Fátima Schmitz
Pregoeira

DELTAMED SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA,
CNPJ 31.822.743/0001-70, NIRE 412.0891488-2,
são convocados pelo administrador **MARCIO ADILSON SOTELLO**, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 31 de março de 2023, devido às restrições do novo Coronavírus, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador"

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2023 - PMM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

INÍCIO DO PRAZO PARA PARA ENVIO DE PROPOSTA: Dia 24/03/2023, à partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 04/04/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 04/04/2023, às 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS em <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (41) 08003971600 ramais: 795/807/811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 21 de março de 2023.

Elisiane dos Santos
Pregoeira

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE

Pelo presente Edital, convocamos todas as empresas associadas e filiadas à esta Entidade Sindical, Sindicato das Industrias de Cacau e Balas, Massas Alimentícias, de Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias do Estado do Paraná - Sincabima, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária - que se realizará no dia 27 de março de 2023, de forma online via Microsoft Teams às 08:30 (oito horas e trinta minutos) em primeira convocação e às 09 horas (nove horas) em segunda convocação com qualquer número de presente, a fim de ser deliberada a seguinte ordem do dia:

- Definir parâmetros para as negociações da CCT 2023/2024 com a FTIA, FEAPAR e STIP

O link de transmissão será encaminhado para as empresas até às 19 horas do dia 24 de março de 2023.

Curitiba, 21 de março de 2023
Eloisa Helena Orlandi
Presidente

BEM PARANÁ

3350.6620



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTADAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2023

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo nº: 46/2023. Pregão com itens ampla concorrência, itens exclusivos para ME/EPP e item cota reservada.

OBJETO: Registro de preços para futuro fornecimento de materiais hospitalares.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO PREGÃO: R\$ 948.720,84

DATA/HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTA(S): a partir do dia 22/03/2023 às 08h até o dia 04/04/2023 às 08h40.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/04/2023 - às 08h41.

AS PROPOSTAS e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o compras governamentais (www.compras.gov.br).

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras "compras governamentais" (www.compras.gov.br), bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br. Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras governamentais (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

INFORMAÇÕES pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967; 33165728.

Curitiba, 22 de março de 2023.

Mirelle Pereira Fonseca
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 028/2023 - PMM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TÊNIS ESCOLARES EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PARA ANO LETIVO DE 2023, com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$241.500,00 (duzentos e quarenta e um mil e quinhentos reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

INÍCIO DO PRAZO PARA PARA ENVIO DE PROPOSTA: Dia 23/03/2023, à partir das 08h00min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 03/04/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 03/04/2023, às 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de transparência https://matinhos.atende.net/?pg=autoatendimento#!tipo/servico/valor/8/padrao/1/loa_d/1, e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800-3971-600 nos ramais 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 21 de março de 2023.

Elisiane dos Santos
Pregoeira

IT SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ: 14.936.425/0001-11
NIRE 41.300.080.747
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital e em conformidade com o que estabelece o parágrafo quarto do artigo 7, combinado com o artigo 15 de seu Estatuto Social, são convocados os conselheiros e acionistas da **IT SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. – Em Recuperação Judicial** para se reunirem, os primeiros, em Reunião do Conselho de Administração, às 09:00 (nove horas) e os segundos em Assembleia Geral Extraordinária às 10:00 (dez horas), que se realizarão no dia 31 de março de 2023, respectivamente, na sede da Companhia, a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.400, bairro Cidade Industrial, em Curitiba, estado do Paraná, CEP: 81.450-900, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Reunião do Conselho de Administração
I) Eleger/Reeleger a Diretoria da Companhia para novo mandato de 03 (três) anos, a iniciar em 31 de março de 2023 e encerrar em 30 de março de 2026.
II) Nomear e empossar a Diretoria Eleita/Reeleita, com mandato a iniciar em 31 de março de 2023 e encerrar em 30 de março de 2026.

Assembleia Geral Extraordinária
I) Retificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 03/04/2020, corrigindo o contido na Cláusula 5ª da Consolidação do Estatuto.
II) Retificação do Anexo I da Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 03/04/2020, corrigindo os acionistas presentes.
III) Ratificar as demais Cláusulas do Estatuto Social.
IV) Consolidar o Estatuto Social com as correções.
Curitiba/PR, 21 de março de 2023

João Villar Garcia, Presidente do Conselho de Administração

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

AGENDAMENTO DAS DATAS DE ABERTURAS DOS
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

CONVITE Nº 01/2023 - TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS.

Data da abertura: 04/04/2023 às 14:00h

Local de abertura: Sala de Licitações do Departamento do Patrimônio, 1º andar, sito na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190.

CONCORRÊNCIA Nº 04/2023 - TIPO: MAIOR OFERTA

Objeto: CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CANTINA NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO QUE ABRIGA O FÓRUM DA COMARCA DE TOLEDO.

Data da abertura: 25/04/2023 às 14:00h

Local de abertura: Sala de Licitações do Departamento do Patrimônio, 1º andar, sito na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023 - TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CERTIFICADA PELA MICROSOFT COMO GOVERNMENT PARTNER (GP) PARA: I) O FORNECIMENTO DE PRODUTOS POR VOLUME E SUBSCRIÇÃO NAS MODALIDADES ENTERPRISE AGREEMENT (EA) E ENTERPRISE AGREEMENT SUBSCRIPTION (EAS), E A AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE SERVIÇOS DE TIC EM NUVEM (AZURE PREPAYMENT), TUDO COM GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE (SOFTWARE ASSURANCE) E SUPORTE TÉCNICO POR UM PERÍODO DE 36 MESES; II) A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS COM 3.000 HORAS (SOB DEMANDA).

Data início acolhimento das propostas: 23/03/2023

Data limite acolhimento propostas: 11/04/2023 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Data abertura das propostas: 11/04/2023 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Início da fase de lances: 11/04/2023 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

-As transmissões ao vivo das sessões da **Concorrência** e do **Convite** realizar-se-ão pelo canal do TJPR no YouTube, www.youtube.com/@tjpr-licitacoes, conforme datas definidas acima. -A íntegra dos editais estará à disposição das empresas interessadas no endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>. O edital de **Pregão Eletrônico** estará disponível, também, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br (nome do comprador "Paraná Tribunal de Justiça"). Além disso, os editais poderão ser solicitados através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Os elementos técnicos do **Convite** poderão ser obtidos, gratuitamente, efetuando-se o **download** no site www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através de link direto disponível na página de visualização do edital. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Curitiba PR, fone nº (41) 3250-6541 e 3250-6542.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Diretora do Departamento do Patrimônio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MUNICÍPIO E COMARCA DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ
REGISTRO DE IMÓVEIS – REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PESSOAS JURÍDICAS

IVONETE PAZINATTO WISTUBA
Oficial Designada

Rua Ricardo de Lemos, 147 - CEP 83350-000 – Morretes - Paraná - Fone (41) 3462-1507

EDITAL DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO e EXTRAJUDICIAL

(Lei nº 13.105 de 16/03/2016. Lei 6.015 de 31/12/1973, Art. 216-A e Provimento nº 65 de 14/12/2014 do CNJ)

Ivone Pazinato Wistuba, Oficial Designada do Registro de Imóveis da Comarca de Morretes, Estado do Paraná. **FAZ SABER** a todos os interessados que o Sr. Luiz Carlos Kasmiroski, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 4.929.376-3-SSP/PR e CPF/MF 323.001.319-00, residente e domiciliado na BR 277, Km 31, s/n, Morretes-PR; e Elisson Luan Kasmiroski, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.542.510-4-SSP/PR e CPF/MF 072.700.789-04, residente e domiciliado na Rua Luiz Bastos, nº 182, no Bairro Rocio, no Município de Morretes-PR, depositou nesta Serventia documentos necessários exigidos pelo artigo 216-A da Lei Federal nº 6.015/73, Lei 13.105/2016 e conforme Provimento nº 65 de 14/12/2017 do CNJ, para o registro de Usucapião Extrajudicial – modalidade Extraordinária, do imóvel que tem a seguinte descrição: Terreno rural situado no lugar denominado Rio Sagrado, com área de 30.600,17m², neste Município e Comarca de Morretes, Estado do Paraná, com os limites e confrontações seguintes: Inicia-se a descrição deste a Azimute no ponto denominado 0=PP, segue se confrontando com Faixa de Domínio da PR – 408 Km 0,2, deste segue com Azimute de 121°32'8", segue se por uma distância de 192,30 metros até o ponto 01. Deste segue se confrontando com Nelson Busato RG: 946586-3 CPF:254.505.659-68 – Rogério Bonato RG: 1.554.069 – CPF: 321.465.079-34 deste segue com Azimute de 187°17'14" segue se por uma distância de 193,84 metros até o ponto 02. Deste, segue-se confrontando com Narcisca Duarte de Ramos – RG: 317.4942-5 – CPF: 443.077.219-34 com Azimute de 287°13'0" segue-se por uma distância de 170,34 metros até chegar ao ponto 03. Deste segue-se confrontando com Emerson Luiz Busato – RG: 57147440 – CPF: 931.481.359-20 com Azimute de 204°51'10", segue por uma distância de 147,56 metros até encontrar novamente o ponto 0=PP que deu origem a esse Azimute; Contendo as seguintes benfeitorias tais como: 1) dois tanques com peixe, medindo 10mx70m com quiosque no meio dos dois; 2) um viveiro medindo 32mx32m, total de 1.024m²; 3) dois viveiros medindo 87x76m, total de 6.672m²; 4) barracão medindo 15mx20m, total 300m², com 4 lavatórios, bancadas de piso e prateleiras; 5) refeitório medindo 12mx6m, total 72m² com cozinha, banheiro, refeitório e depósito; loja comercial, medindo 15mx10m, total 150m², tendo piso toda frente em vidro. E, para que chegue a conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado em jornal, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação, tudo nos termos do artigo 216-A da citada Lei Federal nº 6.015/73, Morretes, 20 de março de 2023. Eu (a) Ivone Pazinato Wistuba, Oficial Designada do Registro de Imóveis, que digitei e subscreevi.

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS

CONTRATO Nº 021/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para conclusão da execução e ampliação e reforma de unidade de saúde, conforme proposta nº 09532.702000/1210-05/FNS, conforme pasta técnica. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **CHERNE ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA - CNPJ nº 46.472.863/0001-62.** Valor Contratual: R\$ 364.244,37 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Trinta e Sete Centavos), Prazo de Execução: 240 (duzentos e quarenta) dias, até a data de 15/11/2023. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, até a data de 20/03/2024. Assinatura: 21/03/2023.

A melhor
relação
custo
x
benefício
em
Publicidade-
Legal
está no
Bem Paraná



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

1º SERVIÇOS DE REGISTROS DE IMÓVEIS

LUIS FLÁVIO FIDELIS GONÇALVES - Oficial do Registro
Rua Padre Anchieta, 2050 | Conj. 501 | 5º Andar | Curitiba | PR | CEP: 80.730-000
Contato (41) 3022-1117 – titular@lricuritiba.com.br



EDITAL

Luis Flávio Fidelis Gonçalves, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca da Capital

Faz saber aos que o presente edital virem, que foi apresentado pela EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, um requerimento firmado em São José do Rio Preto-SP, datado de 08 de março de 2023, solicitando a intimação por Edital de MIRIAM CRISTINE BORTOLOTTI DE CASTRO (CPF/MF nº 696.863.359-00) e LUIS GUILHERME DE CASTRO (CPF nº 550.309.639-87), para quitar as parcelas em atraso referente ao instrumento particular de venda e compra de imóvel e financiamento com garantia de alienação fiduciária, registrada nas matrículas nºs 5.262 do Registro Geral desta Serventia, referente ao imóvel situado na Rua Martim Afonso nº 378, São Francisco, nesta cidade.

Informo que as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, calculados com base na projeção de débitos anexa ao aludido requerimento no mês de março/2023, corresponde a R\$561.368,15 (quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), sujeito à atualização monetária, juros de mora, despesas de cobrança, encargo, além das parcelas que se vencerem, tudo a ser calculado até a data do efetivo pagamento.

Assim, procedo à **NOTIFICAÇÃO** de Vossa(s) Senhoria(s), para que compareça(m), no prazo de 15 dias, contados a partir da data da terceira publicação deste edital, ao 1º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, situado na Rua Padre Anchieta nº 2050, 5º andar, Edifício Helbor Offices Champagnat, Curitiba-PR, de segunda a sexta-feira das 08:30 horas as 17:00 horas ou diretamente perante a instituição financeira onde deverá(ão) efetuar o pagamento do débito acima discriminado. Nesta oportunidade, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) ciente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo mencionado, **garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA nos termos da Lei 9.514/1997.**

Curitiba, 16 de Março de 2023.

LUIS FLÁVIO FIDELIS GONÇALVES
Oficial do Registro

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.cartoriospr.com.br/validador o CNS: 09.325-3 e o código de verificação do documento: **31885U**
Consulta disponível por 30 dias



Documento Assinado Digitalmente
TAYRINI VITALI FELISBERTO FROL.
CPF: 08138164913 - 16/03/2023

BEM PARANÁ

Informação vai bem.

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR

Quase metade dos curitibanos é o Ministério da Saúde

bemparana.com.br



CTG Brasil

Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho econômico-financeiro

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício-base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

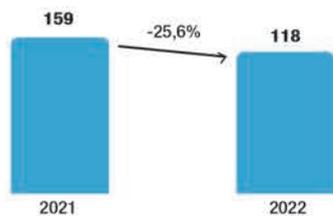
| | 2022 | 2021 | Variação % |
|---|----------------|----------------|--------------|
| Receita operacional bruta | 132.389 | 177.821 | -25,5 |
| (-) Deduções à receita operacional | (14.478) | (19.296) | -25,0 |
| Receita operacional líquida | 117.911 | 158.525 | -25,6 |
| (-) Custos e outros resultados operacionais | (71.207) | (97.276) | -26,8 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 46.704 | 61.249 | -23,7 |
| <i>Ebitda</i> | 79.036 | 92.702 | -14,7 |
| Margem Ebitda - % | 67,0% | 58,5% | 8,5 p.p. |
| Resultado financeiro | (17.490) | (18.191) | -3,9 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 29.214 | 43.058 | -32,2 |
| Lucro líquido do exercício | 23.839 | 28.425 | -16,1 |
| Margem líquida - % | 20,2% | 17,9% | 2,3 p.p. |
| Quantidade de ações | | | |
| Ações ordinárias | 563.765 | 563.765 | - |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | 0,04229 | 0,05042 | -16,1 |

A Rio Canoas Energia apresentou no ano de 2022 uma boa performance de resultados. Após vários anos de hidrologia desfavorável, o ano de 2022 foi um ano de recuperação do cenário hidrologico, principalmente quando comparado ao ano de 2021 onde tivemos os piores indicadores hidricos da série histórica de medições no Brasil. Com essa melhora do cenário hidrologico houve queda expressiva nos preços de liquidação de energia (PLD) na comparação entre os anos.

Receita
A Companhia apresentou redução de R\$ 40,6 milhões na receita operacional líquida quando comparado ao desempenho do ano de 2021, para o que vale destacar: queda de R\$ 39,6 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), uma vez que, com a recuperação no cenário hidrologico, houve uma redução expressiva no preço da energia de curto prazo (PLD médio), na comparação entre os dois períodos.

Na receita bruta no ambiente de contratação livre (ACL), houve queda de R\$ 17,8 milhões em razão da estratégia de comercialização adotada no 1º trimestre de 2021 que contou com uma operação pontual, que não se repetiu no 1º trimestre de 2022. Em contrapartida, houve elevação de R\$ 9,4 milhões na receita bruta do ambiente de contratação regulada (ACR), principalmente em virtude do reajuste anual nos contratos de suprimento de energia vigentes.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



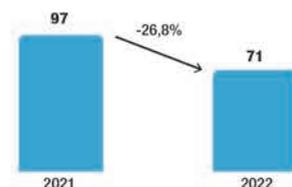
Custos e outros resultados operacionais

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Pessoal | (4.737) | (4.276) | 10,8 |
| Material | (645) | (874) | -26,2 |
| Serviços de terceiros | (6.028) | (8.619) | -30,1 |
| Energia comprada | (1.187) | (45.857) | -97,4 |
| Depreciação e amortização | (32.332) | (31.453) | 2,8 |
| Encargos de uso da rede elétrica | (12.733) | (11.296) | 12,7 |
| Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) | (4.976) | (2.828) | 76,0 |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE) | (656) | (634) | 3,5 |
| Seguros | (932) | (939) | -0,7 |
| Aluguéis | (10) | (9) | 11,1 |
| (Constituições)/reversões de provisões para riscos | (1.035) | 2.311 | -144,8 |
| Compartilhamento de despesas | (5.123) | (3.470) | 47,6 |
| Provisão para perda na alienação de bens | - | 1.000 | -100,0 |
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | - | 11.265 | -100,0 |
| Outros | (813) | (1.597) | -49,1 |
| | (71.207) | (97.276) | -26,8 |

As despesas operacionais totalizaram R\$ 71,2 milhões em 2022, representando uma queda de R\$ 26,1 milhões em relação ao ano anterior. Entre os principais fatores que justificam esse resultado, vale destacar:

- Queda de R\$ 44,7 milhões, ou 97,4%, nos custos com compra de energia, principalmente em virtude da recuperação no cenário hidrologico e consequente melhora do GSF, além da queda do PLD;
- Impacto negativo de R\$ 11,3 milhões referente ao evento não recorrente do 3º trimestre de 2021 quando foi reconhecido o complemento da recuperação de custos com compra de energia em razão da extensão da concessão (acordo GSF). Por tratar-se de efeito pontual e não recorrente do período anterior, ocorre esse impacto no trimestre atual.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 23.839 | 28.425 | -16,1 |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.375 | 14.633 | -63,3 |
| Resultado financeiro (líquido) | 17.490 | 18.191 | -3,9 |
| Depreciação e amortização | 32.332 | 31.453 | 2,8 |
| Ebitda | 79.036 | 92.702 | -14,7 |
| Margem Ebitda | 67,0% | 58,5% | 8,5 p.p. |

O Ebitda, é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022 e é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

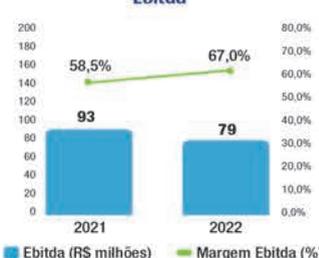
A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado

como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou redução de R\$ 13,7 milhões ou -14,7% em comparação ao exercício anterior, impactado principalmente pelo evento não recorrente relativo ao complemento da recuperação de custos no contexto do Acordo GSF.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se os efeitos desse complemento pontual e não recorrente do ano de 2021 acerca do Acordo GSF mencionado acima, o valor do Ebitda normalizado apresentou uma pequena queda de R\$ 2.401 ou 2,9%, basicamente em função da redução do PLD na comparação entre os dois anos. Em termos de margem Ebitda, houve elevação dos 51,4% em 2021 para 67,0% em 2022, refletindo uma melhora no desempenho operacional na comparação entre os dois exercícios.

Ebitda



Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-------------|
| Receitas | 7.984 | 4.834 | 65,2 |
| Despesas | (25.474) | (23.025) | 10,6 |
| Resultado financeiro líquido | (17.490) | (18.191) | -3,9 |

O resultado financeiro líquido apresentado em 2022 foi negativo em R\$ 17,5 milhões, representando uma melhora de R\$ 0,7 milhões ou 3,9%, em relação ao ano de 2021. Acerca dessa variação é importante destacar:

- Aumento de R\$ 5 milhões na receita sobre aplicações financeiras, em virtude de um maior saldo médio de caixa, bem como elevação do DI na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 2 milhões na receita de remuneração da sobre valores a receber no âmbito da CCEE;
- Aumento de R\$ 2,8 milhões nas despesas com juros e variação monetária sobre financiamento mantido junto ao BNDES, principalmente em razão do aumento da Taxa de juros de longo prazo (TJLP) na comparação entre os dois exercícios.

Endividamento

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Financiamentos | 240.077 | 266.271 | -9,8 |
| Curto prazo | 29.014 | 28.824 | 0,7 |
| Longo prazo | 211.063 | 237.447 | -11,1 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (53.609) | (37.297) | 43,7 |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas | (13.531) | (12.348) | 9,6 |
| Dívida líquida | 172.937 | 216.626 | -20,2 |

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzido-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 43,7 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2021, principalmente em função da maior posição final do caixa da Companhia entre os anos, além da amortização das parcelas referentes ao financiamento vigente com o BNDES.

Lucro líquido

Em razão dos fatores detalhados anteriormente, com destaque para o evento positivo não recorrente do ano anterior acerca do Acordo GSF, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 23,8 milhões, representando uma redução de R\$ 4,6 milhões em comparação ao resultado líquido do ano de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo | Nota | 2022 | 2021 | Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 53.609 | 37.297 | Fornecedores | 11 | 2.905 | 4.665 |
| Clientes | 6 | 18.839 | 15.772 | Salários, provisões e contribuições sociais | | 718 | 590 |
| Tributos a recuperar | 7 | 525 | 3.779 | Tributos a recolher | 7 | 963 | 797 |
| Repactuação do risco hidrologico | 8 | 259 | 259 | Encargos setoriais | 12 | 3.093 | 2.275 |
| Partes relacionadas | 17 | 67 | 793 | Indenização socioambiental | 13 | - | 13 |
| Serviços em curso | | 2.529 | 1.747 | Financiamentos | 14 | 29.014 | 28.824 |
| Outros créditos | | 1.447 | 683 | Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) | 15 | 11.050 | 6.751 |
| Total do ativo circulante | | 77.275 | 60.330 | Uso do bem público (UBP) | 16 | 1.144 | 1.066 |
| Não circulante | | | | Partes relacionadas | 17 | 743 | 426 |
| Realizável a longo prazo | | | | Outras obrigações | | 1 | - |
| Aplicações financeiras vinculadas | 5,3 | 13.531 | 12.348 | Total do passivo circulante | | 49.631 | 45.407 |
| Clientes | 6 | 48 | 160 | Não circulante: | | | |
| Repactuação do risco hidrologico | 8 | 5.614 | 5.873 | Tributos diferidos | 23,2 | 5.239 | 5.855 |
| Outros créditos | | - | 9 | Encargos setoriais | | - | 102 |
| | | 19.193 | 18.390 | Indenização socioambiental | 13 | 281 | 281 |
| Imobilizado | 9 | 830.092 | 858.514 | Financiamentos | 14 | 211.063 | 237.447 |
| Intangível | 10 | 48.602 | 49.986 | Uso do bem público (UBP) | 16 | 11.026 | 10.579 |
| Total do ativo não circulante | | 897.887 | 926.890 | Provisões para riscos | 18 | 10.473 | 10.926 |
| | | | | Outras obrigações | | 183 | 196 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 238.265 | 265.386 |
| | | | | Total do passivo | | 287.896 | 310.793 |
| | | | | Patrimônio líquido | 19 | 563.765 | 563.765 |
| | | | | Capital social | | 563.765 | 563.765 |
| | | | | Reserva legal | | 12.735 | 11.543 |
| | | | | Reserva de lucros | | 110.766 | 101.119 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 687.266 | 676.427 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 975.162 | 987.220 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Reservas | | | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido | | Reservas | | | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|----------------|--------|---------|-------------------|-----------------------------|--|----------------|--------|----------|-------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Legal | Lucros | | | | Capital social | Legal | Lucros | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 563.765 | 11.543 | 101.119 | - | 676.427 | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 563.765 | 10.123 | 111.065 | - | 684.953 |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | 23.839 | 23.839 | Resultado abrangente do exercício | - | - | - | 28.425 | 28.425 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 23.839 | 23.839 | Lucro líquido do exercício | - | - | - | 28.425 | 28.425 |
| Contribuições e distribuições aos acionistas | - | - | - | - | - | Contribuições e distribuições aos acionistas | - | - | - | - | - |
| Transferência entre reservas | - | 1.192 | 9.647 | (10.839) | - | Transferência entre reservas | - | 1.420 | 20.254 | (21.674) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | (13.000) | (13.000) | Dividendos adicionais | - | - | (30.200) | - | (30.200) |
| | - | - | - | - | - | Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | - | - | - | (6.751) | (6.751) |
| | - | 1.192 | 9.647 | (23.839) | (13.000) | | - | 1.420 | (9.946) | (28.425) | (36.951) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 563.765 | 12.735 | 110.766 | - | 687.266 | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 563.765 | 11.543 | 101.119 | - | 676.427 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|--------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 20 | 117.911 | 158.525 |
| Custos operacionais | | | |
| Pessoal | | (4.737) | (4.276) |
| Material | | (645) | (874) |
| Serviços de terceiros | | (5.262) | (6.213) |
| Energia comprada | 21,2 | (1.187) | (45.857) |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | (32.327) | (31.449) |
| Encargos de uso da rede elétrica | 21,3 | (12.733) | (11.296) |
| Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) | | (4.976) | (2.828) |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE) | | (656) | (634) |
| Seguros | | (920) | (852) |
| Aluguéis | | (10) | (9) |
| (Constituições)/reversões de provisões para riscos | | (1.035) | 2.311 |
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | | - | 11.265 |
| Outros | | (542) | (1.769) |
| | | (65.030) | (92.481) |
| Resultado bruto | | 52.881 | 66.044 |
| Outros resultados operacionais | | | |
| Serviços de terceiros | | (766) | (2.406) |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | (5) | (4) |
| Seguros | | (12) | (87) |
| Compartilhamento de despesas | 17,3 | (5.123) | (3.470) |
| Reversão da provisão para alienação de bens | | - | 1.000 |
| Outros | | (271) | 172 |
| | | (6.177) | (4.795) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 46.704 | 61.249 |
| Resultado financeiro | 22 | | |
| Receitas | | 7.984 | 4.834 |
| Despesas | | (25.474) | (23.025) |
| | | (17.490) | (18.191) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 29.214 | 43.058 |
| Imposto de renda e contribuição social | 23,1 | | |
| Corrente | | (5.991) | (7.363) |
| Diferido | | 616 | (7.270) |
| | | (5.375) | (14.633) |
| Lucro líquido do exercício | | 23.839 | 28.425 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | 24 | 0,04229 | 0,05042 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 23.839 | 28.425 |
| Outros resultados abrangentes do exercício | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 23.839 | 28.425 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Canoas Energia S.A. (ou "Rio Canoas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná constituída em 22 de agosto de 2009, na condição de produtora independente de energia elétrica. A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi" ou "Usina"), localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no estado de Santa Catarina, a nota explicativa 1.2 divulga dados adicionais sobre o contrato de concessão.

Como pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da operação até o 35º ano da Concessão ou enquanto permanecer na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Garibaldi, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 587 corrigidos anualmente pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), a partir de setembro de 2013.

Os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") representam 70% do total dos contratos, terão período de suprimento de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e os 30% são comercializados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de concessão

Foi objeto do Leilão A-5 N° 03/2010 da Aneel, que originou o Contrato de Concessão n° 003/2010 - Aneel, com prazo original de 35 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 2010 (término original da concessão em 13 de dezembro de 2045). Este prazo de vigência da outorga de concessão foi prorrogado por 218 dias, de acordo com o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 17 de novembro de 2017, que alterou o termo final para 19 de julho de 2046, conforme Resolução Autorizativa Aneel n° 6.087/2016 e o Despacho n° 340/2016 que autoriza a repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi.

| Contrato de concessão | Aneel | Usina | Tipo | UF | Rio | Capacidade | Garantia | Início | Vencimento |
|-----------------------|-----------|--------|--------|-------|------|----------------|-------------------|--------------|------------|
| | | | | | | instalada (MW) | física (MW médio) | da concessão | concessão |
| N° 03/2010 | Garibaldi | UHE SC | Canoas | 191,9 | 86,3 | 2010 | 2051 | 14/12/ | 11/01/ |

1.3. Ação ordinária - (GSF)

A severa crise hidrológica, ocorrida entre 2012 e 2018, causou uma redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHEs), elevando o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Este fato, somado a uma mudança estrutural da matriz elétrica, com a entrada massiva de fontes intermitentes, levou ao deslocamento hidráulico e consequente redução do GSF, fazendo com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto em diversos meses nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no MCP, em decorrência do GSF. Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei n° 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico.

Em atendimento ao cronograma da Lei n° 14.052/2020, em 29 de setembro de 2021 a companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa à UHE Garibaldi, o que incluiu (pedido de homologação e Termo de compromisso requerido pela Aneel).

Em 07 de junho de 2022 a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão da Resolução Autorizativa n° 11.998/2022, alterando o término de vigência da outorga das UHE Garibaldi, em função da repactuação do risco hidrológico. A Resolução também aprovou a minuta do Termo Aditivo ao contrato de concessão a ser assinado.

Em outubro de 2022 foi assinado o Terceiro Termo aditivo ao contrato de concessão 003/2020 - UHE Garibaldi, formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga das concessões.

1.4. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto n° 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a última revisão ordinária de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria n° 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN. Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realística.

A Portaria n° 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, que passa a ser vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme tabela abaixo:

| Contrato de concessão | Aneel/Resolução autorizativa Aneel | Usina | Tipo | UF | Rio | Garantia física (MW médio) a partir |
|-----------------------|------------------------------------|--------|--------|------|------|-------------------------------------|
| | | | | | | de 2023 |
| N° 03/2010 | Garibaldi | UHE SC | Canoas | 84,9 | 84,9 | |

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 a Companhia ingressou em um pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1954 e, alternativamente, que se suspendam, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme Portaria 709/2022. Ainda não foi preferida decisão ao pedido de tutela.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 28 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* -

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 29.214 | 43.058 | |
| Ajustes em: | | | |
| Depreciação e amortização | 9.2 e 10.2 | 32.332 | 31.453 |
| Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos | 14.3 | 22.351 | 19.533 |
| AVP e variação monetária sobre UBP | 16.2 | 1.658 | 2.003 |
| Constituição/(reversão) e atualização monetária sobre provisão para riscos | | 2.023 | (439) |
| Variação monetária sobre depósitos judiciais | 18.1.2 | (3) | (1) |
| Aplicações financeiras vinculadas | 5.4 | (1.300) | (446) |
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | | - | (11.265) |
| Outras variações | 22 | 30 | |
| Variação nos ativos e passivos | | | |
| Clientes | (2.955) | 30.870 | |
| Atualização monetária para riscos de desapropriações | 940 | 1.413 | |
| Repactuação do risco hidrológico | 259 | 260 | |
| Serviços em curso | (782) | (485) | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 117 | 509 | |
| Fornecedores | (1.760) | (1.461) | |
| Encargos setoriais | 716 | (153) | |
| Partes relacionadas | 1.043 | (845) | |
| Salários, provisões e contribuições sociais | 128 | 29 | |
| Indenizações socioambientais | 13.2 | (13) | (187) |
| Uso do bem público (UBP) | 16.2 | (1.133) | (1.037) |
| Impostos, taxas e contribuições | 2.894 | (456) | |
| Reversão para riscos | (1.007) | (397) | |
| Outras variações ativas e passivas | (1.906) | (1.415) | |
| Caixa gerado pelas operações | | 82.838 | 110.571 |
| Pagamento de juros sobre financiamentos | 14.3 | (20.535) | (19.530) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | | (7.415) | (4.810) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 54.888 | 86.231 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Adições no ativo imobilizado e intangível | | (3.815) | (4.332) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (3.815) | (4.332) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamentos de principal sobre financiamentos | 14.3 | (28.010) | (27.938) |
| Pagamento de dividendos | 15 | (6.751) | (34.026) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | (34.761) | (61.964) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 16.312 | 19.935 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 37.297 | 17.362 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 53.609 | 37.297 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 16.312 | 19.935 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (Nota explicativa n° 9)
- Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa n° 18)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota explicativa n° 23.2)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa n° 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa n° 12.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (*stock option*).

3.3. Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e a perspectiva é que também não gerem nenhum impacto financeiro nas próximas divulgações:

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture* (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32 / IAS 12).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS. Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo de um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O impacto causado pela variação da TJLP e pelo IPCA sobre o UBP é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa n° 21).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamento) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

| Instituição financeira | Menos de um mês | De três meses a mais de dois anos | | | | Total |
|------------------------|-----------------|-----------------------------------|-------------------|----------------------|--------------------|----------------|
| | | De um a três meses | De um a dois anos | De dois a cinco anos | Mais de cinco anos | |
| BNDES | 4.023 | 7.682 | 34.519 | 43.540 | 229.499 | 319.263 |
| | 4.023 | 7.682 | 34.519 | 43.540 | 229.499 | 319.263 |

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota 14.4.3).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de atuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40/IFRS 7 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por financiamento e aplicações financeiras, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2022 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada. Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

| Instrumentos financeiros | Índice | Variação do indexador | do cenário provável | Saldo em 2022 | Mudança/razoávelmente possível |
|-----------------------------------|--------|-----------------------|---------------------|------------------|---|
| | | | | | Variação do indexador do valor contábil |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras | DI | 13,65% | 11,90% | 53.579 | 6.376 |
| Aplicações financeiras vinculadas | DI | 13,65% | 11,90% | 13.531 | 1.610 |
| | | | | 67.110 | 7.986 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| TJLP + | | | | | |
| BNDES | ao ano | 6,78% | 7,26% | (238.861) | (23.334) |
| BNDES | TJLP | 6,78% | 7,26% | (1.216) | (88) |
| UBP | IPCA | 5,61% | 5,47% | (12.170) | (665) |
| | | | | (252.247) | (24.087) |
| Total da exposição líquida | | | | (185.137) | (16.101) |

4.6. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e benefícios às



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|----------------|----------------|
| Financiamentos | 14 | 240.077 | 266.271 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5.2 | (53.609) | (37.297) |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas | 5.3 | (13.531) | (12.348) |
| Dívida líquida | | 172.937 | 216.626 |
| Patrimônio líquido | | 687.266 | 676.427 |
| Total do capital | | 860.203 | 893.053 |
| Índice de alavancagem financeira - (%)* | | 20,1 | 24,3 |

* Dívida líquida / Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 22).

5.2. Composição

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Caixas e bancos | 30 | 491 |
| Aplicações financeiras | 53.579 | 36.806 |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | 53.579 | 36.806 |
| | 53.609 | 37.297 |

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por debêntures, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) e aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5.4. Movimentação

| | Debêntures | FATMA | BNDES | Total |
|---|--------------|-----------|---------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 464 | 43 | 11.841 | 12.348 |
| Aplicações | 726 | - | - | 726 |
| Rendimentos | 1.464 | - | 56 | 1.520 |
| Resgates | (800) | (43) | - | (843) |
| Imposto de renda retido na fonte (IRRF) | (212) | - | (8) | (220) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.642 | - | 11.889 | 13.531 |

5.5. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's

| | Moody's | Fitch | 2022 | 2021 |
|-----|---------|-------|---------------|---------------|
| AAA | AAA | AAA | 1.737 | 44.196 |
| AA | AA | AA | 2 | - |
| - | AAA | AA | - | 4 |
| AAA | - | AAA | 7.122 | - |
| AAA | - | - | - | 5.445 |
| AAA | AAA | - | 58.279 | - |
| | | | 67.140 | 49.645 |

6. CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

| | A vencer | | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|
| | Até 90 dias | Acima de 365 dias | | |
| Contratos ACL | 1.323 | - | 1.323 | 1.467 |
| Contratos ACR | 12.748 | - | 12.748 | 11.624 |
| Energia de curto prazo (MRE/MCP) | 4.768 | 48 | 4.816 | 2.841 |
| | 18.839 | 48 | 18.887 | 15.932 |

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2022, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito, são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionada, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, fiança bancária e corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

| Rating interno | 2022 | | 2021 | |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | % | R\$ | % | R\$ |
| 1 - Excelente | - | - | - | - |
| 2 - Bom | - | - | - | - |
| 3 - Satisfatório | - | - | - | - |
| 4 - Regular | 100,0 | 1.323 | 100,0 | 1.467 |
| 5 - Crítico | - | - | - | - |
| | 100,0 | 1.323 | 100,0 | 1.467 |

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes. A CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos, tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|------------|--------------|
| Ativo | | |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL | 393 | 3.694 |
| Pagamento a maior de ISS | 71 | 85 |
| Pagamento a maior de ICMS | 61 | - |
| | 525 | 3.779 |
| Passivo | | |
| PIS e COFINS a recolher | 923 | 714 |
| ICMS a recolher | - | 18 |
| INSS a recolher | 20 | 26 |
| Outros | 20 | 39 |
| | 963 | 797 |

8. REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi para a energia no ACR.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR.

Com base no patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior pela Companhia que foi compensado com o valor do prêmio de seguro estipulado pela Aneel. A quantidade repactuada foi de 42,2 MWh, ao preço unitário de R\$ 14,51, perfazendo um montante de R\$ 6.132. O prazo de concessão foi estendido para 11 de janeiro de 2051 e sua apropriação será pelo prazo de venda de energia no mercado regulado.

Segue abaixo o saldo residual:

| Produto | 2022 | | | 2021 | | |
|----------------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| | Não Circulante | Circulante | Total | Não Circulante | Circulante | Total |
| Repactuação de risco hidrológico | 259 | 5.614 | 5.873 | 259 | 5.873 | 6.132 |
| | 259 | 5.614 | 5.873 | 259 | 5.873 | 6.132 |

| Produto | 2022 | | Reembolso unitário (R\$) | Saldo a reembolsar |
|---------|-------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------|
| | Repactuação (MW médios) | Repactuação (MWh) | | |
| SP90 | 42,249 | 422,487 | 13,90 | 5,873 |

9. IMOBILIZADO

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Vida útil-econômica remanescente

| Em serviço | Terrenos | Reservatório, barragens e adutora | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Veículos | Móveis e utensílios | Sistema de transmissão e conexão |
|---|------------------|-----------------------------------|---|-------------------------|----------|---------------------|----------------------------------|
| | 28 | 27 | 27 | 23 | 2 | 10 | 27 |
| Em curso | | | | | | | |
| Terrenos | 88.603 | (21.685) | 66.918 | 69.304 | 2,7% | | |
| Reservatório, barragens e adutora | 555.949 | (149.593) | 406.356 | 420.803 | 2,7% | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 309.312 | (83.532) | 225.780 | 233.469 | 2,7% | | |
| Máquinas e equipamentos | 144.499 | (40.458) | 104.041 | 108.040 | 3,1% | | |
| Veículos | 1.227 | (811) | 416 | 551 | 13,8% | | |
| Móveis e utensílios | 416 | (126) | 290 | 319 | 7,0% | | |
| Sistema de transmissão e conexão | 11.451 | (3.143) | 8.308 | 8.621 | 2,7% | | |
| | 1.111.457 | (299.348) | 812.109 | 841.107 | | | |

9.1. Composição

| Em serviço | 2022 | | 2021 | | Taxa média anual de depreciação |
|---|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| | Custo acumulado | Valor líquido | Valor líquido | Valor líquido | |
| Terrenos | 88.603 | (21.685) | 66.918 | 69.304 | 2,7% |
| Reservatório, barragens e adutora | 555.949 | (149.593) | 406.356 | 420.803 | 2,7% |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 309.312 | (83.532) | 225.780 | 233.469 | 2,7% |
| Máquinas e equipamentos | 144.499 | (40.458) | 104.041 | 108.040 | 3,1% |
| Veículos | 1.227 | (811) | 416 | 551 | 13,8% |
| Móveis e utensílios | 416 | (126) | 290 | 319 | 7,0% |
| Sistema de transmissão e conexão | 11.451 | (3.143) | 8.308 | 8.621 | 2,7% |
| | 1.111.457 | (299.348) | 812.109 | 841.107 | |

| Em curso | 2022 | | 2021 | | Taxa média anual de depreciação |
|-----------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| | Custo acumulado | Valor líquido | Valor líquido | Valor líquido | |
| Terrenos | 17.983 | - | 17.983 | 17.407 | |
| Reservatório, barragens e adutora | 17.983 | - | 17.983 | 17.407 | |
| Total do ativo imobilizado | 1.129.440 | (299.348) | 830.092 | 858.514 | |
| (-) Obrigações especiais | (201) | 18 | (183) | (196) | |
| | 1.129.239 | (299.330) | 829.909 | 858.318 | |

9.2. Movimentação

| Em serviço | Valor líquido em 2021 | | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação | Continuâncias | Valor líquido em 2022 |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------------|
| | Valor líquido em 2021 | Valor líquido em 2021 | | | | | | |
| Terrenos | 69.304 | - | - | - | - | (2.386) | - | 66.918 |
| Reservatório, barragens e adutora | 420.803 | - | - | 425 | (14.872) | - | - | 406.356 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 233.469 | - | - | 533 | (8.222) | - | - | 225.780 |
| Máquinas e equipamentos | 108.040 | (22) | 469 | (4.446) | - | - | - | 104.041 |
| Veículos | 551 | - | - | 34 | (169) | - | - | 416 |
| Móveis e utensílios | 319 | - | - | - | (29) | - | - | 290 |
| Sistema de transmissão e conexão | 8.621 | - | - | - | - | (313) | - | 8.308 |
| Total do ativo imobilizado | 841.107 | (22) | 1.461 | (30.437) | (1.254) | (1.254) | (1.254) | 812.109 |
| (-) Obrigações especiais | 17.407 | 3.291 | (1.461) | - | - | - | - | 17.983 |
| | 17.407 | 3.291 | (1.461) | (30.437) | (1.254) | (1,254) | (1,254) | 830.092 |
| Total do ativo imobilizado | 858.514 | 3.291 | (22) | (30.437) | (1,254) | (1,254) | (1,254) | 829.909 |
| (-) Obrigações especiais | (196) | - | - | 13 | - | - | - | (183) |
| | 858.318 | 3.291 | (22) | (30.424) | (1,254) | (1,254) | (1,254) | 829.909 |

Em curso

| Em serviço | Valor líquido em 2020 | | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação | Continuâncias | Valor líquido em 2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|---------|---------|----------------|-------------|---------------|-----------------------|
| | Valor líquido em 2020 | Valor líquido em 2020 | | | | | | |
| Terrenos | 77.314 | - | - | (7.553) | (2.336) | - | 1.879 | 69.304 |
| Reservatório, barragens e adutora | 439.378 | - | - | (3.954) | (14.621) | - | - | 420.803 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 243.285 | - | - | (1.756) | (8.060) | - | - | 233.469 |
| Máquinas e equipamentos | 101.718 | 201 | (5) | 10.379 | (4.253) | - | - | 108.040 |
| Veículos | 784 | - | (15) | (45) | (173) | - | - | 551 |
| Móveis e utensílios | 210 | - | - | 136 | (27) | - | - | 319 |
| Sistema de transmissão e conexão | 8.933 | - | - | - | (312) | - | - | 8.621 |



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos como ativos intangíveis.

10.3.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 03/2010, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

10.3.3. Repactuação extensiva da concessão

Em 2015 ocorreram grandes restrições hidrológicas que prejudicaram a produção de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por este motivo a Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, permitiu a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. De acordo com o termo de repactuação e em decorrência de sua retroatividade, a Rio Canoas adquiriu o direito de recuperar parcialmente o custo com o GSF de 2015. O montante de R\$ 6.651 (R\$ 6.910 em 31 de dezembro de 2018) como prêmio de seguro e a outra parte como extensão da concessão (intangível) no montante de R\$ 21.145 (R\$ 21.969 em 31 de dezembro de 2018), equivalente a 217 dias, para a classe do produto escolhido (SP90), ambos serão amortizados pelo prazo da concessão.

10.3.4. Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física;
 - às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e
 - por geração fora da ordem de mérito e importação.
- Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

11. FORNECEDORES

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.1. Composição

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Suprimento de energia elétrica | — | 849 |
| Materiais e serviços contratados | 1.687 | 2.732 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 1.218 | 1.084 |
| Tust | 1.218 | 1.079 |
| Tusd-g | — | 5 |
| | 2.905 | 4.665 |

12. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

12.1. Composição

| | 2022 | | 2021 | |
|-------|--------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| CFURH | 665 | 360 | — | 360 |
| P&D | 2.373 | 1.862 | 102 | 1.964 |
| TFSEE | 55 | 53 | — | 53 |
| | 3.093 | 2.275 | 102 | 2.377 |

12.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)
A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.1.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

12.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13. INDENIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**13.1. Composição****13.1.1. Termo de Ajuste de Conduta (TAC)**

A Companhia foi notificada em 29 de agosto de 2013, pelos danos causados pela inundação do reservatório da usina. Em função desta notificação assinou o termo de ajustamento de conduta (TAC) com Ministério Público, a FATMA e os representantes dos atingidos pela UHE. O montante inicial total provisionado foi de R\$ 5.500, que vem sendo reduzido mediante desembolsos correspondentes, que devem ser empregados exclusivamente em investimentos sociais, os quais devem buscar atingir o maior número de pessoas. Os dispêndios são feitos com a aprovação dos órgãos envolvidos.

13.1.2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

O SNUC foi instituído pela lei federal nº 9.985/2000, com o objetivo de garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais. A Rio Canoas Energia celebrou em 02 de agosto de 2011 o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 075/2011 com a FATMA, previsto na Lei 9.985/2000. Os recursos são concentrados em uma aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa nº 5.3). Tais recursos são remunerados pela variação do CDI e são dispendidos conforme deliberação da FATMA e o Ministério Público.

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------|------------|----------------|------------|
| | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| Termo de Ajuste de Conduta (TAC) | 281 | — | 281 | 281 |
| Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) | — | 13 | — | 13 |
| | 281 | 13 | 281 | 294 |

13.2. Movimentação

| | TAC | SNUC | Total |
|---------------------------------|-----|------|-------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 281 | 13 | 294 |
| Realização de provisão | — | (13) | (13) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 281 | — | 281 |

14. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 05 de setembro de 2012 foi autorizada a obtenção de financiamento, destinado à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em data de 10 de julho de 2012, o correspondente contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1 no valor de R\$ 367.830.

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

14.1. Composição

| Instituição financeira | Vencimento final | Princ. cipal | 2022 | | Princ. cipal | Variação monetária | Total | |
|------------------------|---------------------|--------------|----------------------------|----------------|---------------|--------------------|--------------|----------------|
| | | | Circulante | Não circulante | | | | |
| | | | Juros e variação monetária | Total | | | | |
| BNDES | TJLP + 2,34% ao ano | 2031 | 26.748 | 2.105 | 28.853 | 200.571 | 9.437 | 210.008 |
| BNDES | TJLP | 2031 | 147 | 14 | 161 | 1.000 | 55 | 1.055 |
| | | | 26.895 | 2.119 | 29.014 | 201.571 | 9.492 | 211.063 |

14.4. Características dos contratos de financiamento**14.4.1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

| Sub-créditos | Juros | Amortização | Destinação do sub-créditos |
|-----------------------|----------------|-------------------|--|
| Sub-créditos "A": | 247.300 | | Destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financeiros |
| Sub-créditos "B": (*) | 15.000 | | Destinado à aquisição de máquinas e equipamentos FINAME |
| Sub-créditos "C": | 100.000 | | Destinados a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito |
| Sub-créditos "D": | 3.700 | TJLP + 2,34% a.a. | Destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do programa de educação ambiental ("PBA") |
| Sub-créditos "E": | 1.830 | TJLP | |
| Total | 367.830 | | |

(*) Sub-créditos pendentes de liberação no montante de R\$ 15.000. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data destas demonstrações financeiras.

14.4.2. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- Fiança;
- Cessão fiduciária sobre os direitos emergentes da concessão.

14.4.3. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, seja superior a 25% do Lucro Líquido;
- Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com antes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,30.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme quadro abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|---------------|
| A) Geração de caixa da atividade | | |
| (+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior | 37.297 | 17.362 |
| (+) Ebitda | 79.036 | 92.702 |
| (-) Impostos sobre o lucro | (5.375) | (14.633) |
| | 110.958 | 95.431 |
| B) Serviço da dívida | | |
| (+) Amortização do principal | 28.010 | 27.938 |
| (+) Pagamento de juros | 20.535 | 19.530 |
| | 48.545 | 47.468 |
| C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,30 | 2,29 | 2,01 |

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**15.1. Dividendos**

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

| | Saldo em 2021 | Dividendos pagos | Saldo em 2022 |
|--|---------------|------------------|---------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | 6.751 | (6.751) | — |
| | 6.751 | (6.751) | — |

15.2. Juros sobre capital próprio

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social. À medida em que a deliberação dessa distribuição acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidentes, que é registrado em conta apropriada, conforme nota explicativa nº 7.

| | Saldo em 2021 | JSCP a pagar | Saldo em 2022 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | — | 11.050 | 11.050 |
| | — | 11.050 | 11.050 |

17.3. Resultado

| | 2022 | | 2021 | |
|---|------------------|------------------------------------|------------------|------------------------------------|
| | Venda de energia | Compartilhamento de infraestrutura | Venda de energia | Compartilhamento de infraestrutura |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | — | (4.393) | — | (3.470) |
| Rio Verde Energia S.A. | 426 | 2 | 428 | 17.690 |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 4.535 | — | 4.535 | — |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | — | — | — | (1.690) |
| Rio Parana Energia S.A. | — | (460) | (460) | — |
| Rio Paranapanema Energia S.A. | — | (274) | (274) | — |
| Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. | — | 2 | 2 | — |
| | 4.961 | (5.123) | (162) | 17.690 |
| | | | | (3.470) |
| | | | | (1.690) |
| | | | | 12.530 |

A Companhia manteve contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes. A partir de

| Instituição financeira | Remuneração | Vencimento final | 2021 | | Princ. cipal | Variação monetária | Total | |
|------------------------|---------------------|------------------|---------------|----------------|---------------|--------------------|--------------|----------------|
| | | | Circulante | Não circulante | | | | |
| BNDES | TJLP + 2,34% ao ano | 16/06/2031 | 27.363 | 1.302 | 28.665 | 232.486 | 3.777 | 236.263 |
| BNDES | TJLP | 16/06/2031 | 149 | 10 | 159 | 1.143 | 41 | 1.184 |
| | | | 27.512 | 1.312 | 28.824 | 233.629 | 3.818 | 237.447 |

14.2. Vencimento

| Vencimento a longo prazo | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | A partir de 2028 | Total |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------|----------------|
| TJLP + 2,34% ao ano | 28.007 | 28.007 | 28.007 | 28.007 | 97.980 | 210.008 |
| TJLP | 155 | 155 | 155 | 155 | 435 | 1.055 |
| | 28.162 | 28.162 | 28.162 | 28.162 | 98.415 | 211.063 |

14.3. Movimentação

| | TJLP + 2,34% ao ano | TJLP | Total |
|-----------------------------------|---------------------|--------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 264.928 | 1.343 | 266.271 |
| Apropriação de juros | 20.443 | 73 | 20.516 |
| Apropriação de variação monetária | 1.826 | 9 | 1.835 |
| Pagamento de principal | (27.874) | (136) | (28.010) |
| Pagamento de juros | (20.462) | (73) | (20.535) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 238.861 | 1.216 | 240.077 |

16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 03/2010, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão. A taxa de desconto no cálculo do valor presente foi de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

16.1. Composição

| | 2022 | | 2021 | |
|-----------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante |
| Valor Nominal | 1.202 | 32.923 | 34.125 | 1.120 |
| (-) Ajuste a valor presente | (58) | (21.897) | (21.955) | (54) |
| | 1.144 | 11.026 | 12.170 | 1.066 |
| | | | | 10.579 |
| | | | | 11.645 |

16.2. Movimentação

| | Principal | Ajuste a valor presente | Total |
|---------------------------------|---------------|-------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 33.577 | (21.932) | 11.645 |
| Ajuste a valor presente | — | (23) | (23) |
| Pagamento | (1.133) | — | (1.133) |
| Atualização monetária | 1.681 | — | 1.681 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2022 | 34.125 | (21.955) | 12.170 |

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

17.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

17.2. Transações locais

A Companhia possui operações de compra e venda de energia com empresas coligadas. Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A., a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel nº 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre a Companhia e as empresas Rio Sapucaí Mirim Ltda., Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., as partes estão dentro do mesmo grupo econômico (China Three Gorges Brasil Energia S.A.).

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-----------|------------|------------|------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | — | 509 | — | 426 |
| Rio Verde Energia S.A. | 2 | 1 | 793 | — |
| Rio Parana Energia S.A. | 47 | 155 | — | — |
| Rio Paranapanema Energia S.A. | 17 | 78 | — | — |
| Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. | 1 | — | — | — |
| | 67 | 743 | 793 | 426 |

| | 2022 | | 2021 | |
|--|------------------|------------------------------------|------------------|------------------------------------|
| | Venda de energia | Compartilhamento de infraestrutura | Venda de energia | Compartilhamento de infraestrutura |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | — | (4.393) | — | (3.470) |
| Rio Verde Energia S.A. | 426 | 2 | 428 | 17.690 |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | | | | |



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PROVISÕES PARA RISCOS

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/CPIC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações cíveis. Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

18.1. Provisões para riscos prováveis

18.1.1. Composição

| | 2022 | | 2021 | |
|------------------------------|---------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | Provisões | Depósitos judiciais | Provisões líquidas | Provisões líquidas |
| Cíveis | 13.133 | (2.660) | 10.473 | 10.926 |
| Desapropriações de terras | 6.972 | (2.497) | 4.475 | 5.941 |
| Indenizações de benfeitorias | 6.161 | (163) | 5.998 | 4.985 |
| | 13.133 | (2.660) | 10.473 | 10.926 |

18.1.2. Movimentação

| | Cíveis | | |
|---------------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------|
| | Desapropriações de terras | Indenizações de benfeitorias | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 5.941 | 4.985 | 10.926 |
| Provisões para riscos | | | |
| Provisões (Reversões) (*) | - | 1.035 | 1.035 |
| Variações monetárias | (1.469) | - | (1.469) |
| Variações monetárias (*) | - | 988 | 988 |
| Acordos/pagamentos | (1.152) | (1.099) | (2.251) |
| | (1.569) | 924 | (645) |
| Depósitos judiciais | | | |
| Variações monetárias | - | (3) | (3) |
| Variações monetárias (*) | (112) | - | (112) |
| (Adições) (*) | (194) | - | (194) |
| Baixas | - | 92 | 92 |
| Baixas (*) | 409 | - | 409 |
| | 103 | 89 | 192 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 4.475 | 5.998 | 10.473 |

Saldo em 31 de dezembro de 2020

| | Cíveis | | |
|---------------------------------|---------------------------|------------------------------|----------------|
| | Desapropriações de terras | Indenizações de benfeitorias | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 8.424 | 6.045 | 14.469 |
| Provisões para riscos | | | |
| (Reversões) | - | (1.898) | (1.898) |
| (Reversões) (*) | (6.885) | - | (6.885) |
| Variações monetárias | - | 1.236 | 1.236 |
| Variações monetárias (*) | 1.468 | - | 1.468 |
| Reclassificações (i) | (102) | - | (102) |
| Acordos/pagamentos | 78 | (515) | (437) |
| | (5.441) | (1.177) | (6.618) |
| Depósitos judiciais | | | |
| Variações monetárias | - | (1) | (1) |
| Variações monetárias (*) | (55) | - | (55) |
| (Adições) | - | (105) | (105) |
| (Adições) (*) | (222) | - | (222) |
| Baixas | - | 223 | 223 |
| Baixas (*) | 3.211 | - | 3.211 |
| Acordos/pagamentos | 23 | - | 23 |
| Reclassificações (i) | 1 | - | 1 |
| | 2.958 | 117 | 3.075 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 5.941 | 4.985 | 10.926 |

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

(i) Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.

Em 31 de dezembro de 2022, as provisões cíveis líquidas somam R\$ 10.473, e referem-se a ações indenizatórias ajuizadas contra a Rio Canoas em decorrência do alagamento e desapropriação de áreas para construção dos reservatórios, linha de transmissão e reavaliação dos valores pagos decorrentes de desapropriação para construção da UHE. As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas e reversões do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, tendo em vista campanha de acordo realizada pela companhia visando uma composição amigável entre as partes.

18.2. Contingências possíveis

Não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis

| | 2022 | 2021 |
|------------|--------------|--------------|
| Fiscais | 1.335 | 814 |
| Ambientais | 1.231 | 1.157 |
| Cíveis | 2.386 | 3.827 |
| | 4.952 | 5.798 |

18.2.1. Cíveis

As contingências cíveis com expectativa de perda possível no montante de R\$ 2.386 referem-se às ações ajuizadas em decorrência do negócio, inclusive em razão da construção dos reservatórios pela Rio Canoas, sendo certo que diante dos elementos constantes dos processos e provas produzidas até o momento, segundo a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, não há necessidade de provisionamento de valores. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos.

18.2.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, em relação as principais contingências fiscais a Administração concluiu em conjunto com seus assessores jurídicos que não é provável que a autoridade fiscal não aceite os pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ e CSLL), vide nota explicativa nº 16 bem como de tributos pagos a maior a favor da Companhia. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$1.335.

18.2.3. Ambientais

Em 31 de dezembro de 2022, a contingência ambiental com expectativa de perda possível no montante de R\$ 1.231, refere-se ao processo administrativo em trâmite perante o órgão ambiental de Santa Catarina (IMA), ajuizado contra a Rio Canoas, para que a empresa complemente o valor pago a título de Compensação Ambiental decorrente dos impactos ambientais com a construção da UHE Ganibaldi.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 563.765, equivalentes a 563.765.475 (quinhentas e sessenta e três milhões, setecentas e sessenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais, caso a ação pertença a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Posição acionária em 2022 e 2021

| | Ações ordinárias | % |
|--|--------------------|---------------|
| Acionistas | | |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | 563.765.475 | 100,00 |
| | 563.765.475 | 100,00 |

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL e BNDES, devido ao financiamento com a entidade.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria, submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no exercício subsequente.

19.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

19.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

19.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

| | 2022 | 2021 | |
|---|-----------------------------|---------------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 23.839 | 28.425 | |
| Constituição da reserva legal | 1.192 | 1.420 | |
| Base de cálculo dos dividendos | 22.647 | 27.005 | |
| Distribuições | | | |
| Dividendos | - | 36.971 | |
| JSCP | 13.000 | - | |
| | 13.000 | 36.971 | |
| Distribuições mínimas obrigatória (25%) | 5.662 | 6.751 | |
| Distribuições adicionais | 7.338 | 30.220 | |
| Deliberação | Provento | RS mil | RS |
| AGE de 09/12/2022 | Juros sobre capital próprio | 13.000 | 0,02306 |
| AGE de 28/04/2022 | Dividendos | 6.751 | 0,01197 |
| AGE de 17/11/2021 | Dividendos | 30.200 | 0,05357 |

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

20.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

20.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Contratos ACL | 14.925 | 32.764 |
| Contratos ACR | 108.614 | 99.207 |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 4.594 | 44.227 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 4.256 | 1.623 |
| Total receita operacional bruta | 132.389 | 177.821 |
| Deduções à receita operacional | | |
| PIS e COFINS | (12.133) | (16.316) |
| ICMS | (1.222) | (1.429) |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | (1.123) | (1.551) |
| | (14.478) | (19.296) |
| Receita operacional líquida | 117.911 | 158.525 |

A queda na receita líquida representa principalmente a recuperação no cenário hidrológico, com uma redução expressiva no preço da energia de curto prazo (PLD médio), na comparação entre os dois exercícios.

21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

21.1. Energia elétrica vendida

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | MWh (*) | RS | MWh (*) | RS |
| Contratos ACL | 84.322 | 14.925 | 186.798 | 32.764 |
| Contratos ACR | 505.923 | 108.614 | 508.080 | 99.207 |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 35.614 | 4.594 | 65.899 | 44.227 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 312.482 | 4.256 | 145.600 | 1.623 |
| | 938.341 | 132.389 | 906.377 | 177.821 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

21.2. Energia elétrica comprada

| | 2022 | | 2021 | |
|--|---------------|--------------|----------------|---------------|
| | MWh (*) | RS | MWh (*) | RS |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 2.376 | 159 | 179.502 | 48.618 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 91.114 | 1.326 | 151.696 | 1.831 |
| (-) Crédito de PIS | - | (53) | - | (819) |
| (-) Crédito de COFINS | - | (245) | - | (3.773) |
| | 93.490 | 1.187 | 331.198 | 45.857 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A queda nos custos com compra de energia, se deve, principalmente à recuperação no cenário hidrológico e consequente melhora do GSF, além da queda do PLD;

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Tust | 13.774 | 12.206 |
| TUSD | 53 | 55 |
| Encargos de conexão | 190 | 174 |
| (-) Crédito de PIS | (229) | (203) |
| (-) Crédito de COFINS | (1.055) | (936) |
| | 12.733 | 11.296 |

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela ANEEL são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Companhia é pago mensalmente à ETSE (Empresa de Transmissão Serrana S.A.) para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina. No caso do pagamento à ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.), este custo também é para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conectava a usina (linha provisória).

22. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros sobre financiamentos, atualização monetária sobre UBP e provisões para riscos.

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Receitas | | |
| Aplicações financeiras | 7.670 | 2.635 |
| Variações monetárias | 420 | 2.053 |
| Depósitos judiciais | 3 | 1 |
| Atualização do uso do bem público (UBP) | 371 | - |
| Inadimplência CCEE | 46 | 2.052 |
| Ajuste a valor presente (UBP) | - | 146 |
| (-) PIS e COFINS | - | (371) |
| Outras receitas financeiras | 265 | 229 |
| | 7.984 | 4.834 |

Despesas

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|-----------------|
| Juros | (20.516) | (19.539) |
| Financiamentos | (20.516) | (19.533) |
| Outros | - | (6) |
| Variações monetárias | (4.875) | (3.337) |
| Atualização do uso do bem público (UBP) | (2.052) | (2.086) |
| Provisões para riscos | (988) | (1.234) |
| Financiamentos | (1.835) | - |
| Outras | - | (17) |
| Ajuste a valor presente (UBP) | 23 | (64) |
| Outras despesas financeiras | (106) | (85) |
| | (25.474) | (23.025) |
| | (17.490) | (18.191) |

23. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

23.1. Apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|---------|---------|---------|----------|---------|----------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL | 29.214 | 29.214 | 58.428 | 43.058 | 43.058 | 86.116 |
| Alíquota nominal do IRPJ e CSLL | 25% | 9% | 34% | 25% | 9% | 34% |
| IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação | (7.304) | (2.629) | (9.933) | (10.765) | (3.875) | (14.640) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | | | |
| Incentivos fiscais | 5 | - | 5 | - | - | - |
| Outras exclusões (adições) | | | | | | |
| permanentes, líquidas | (23) | (17) | (40) | 22 | (1) | 21 |
| Doações incentivadas | 173 | - | 173 | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio | 3.250 | 1.170 | 4.420 | - | - | - |
| IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado | (3.899) | (1.476) | (5.375) | (10.743) | (3.876) | (14.619) |
| IRPJ e CSLL - correntes | 4.352 | 1.639 | 5.991 | 5.408 | 1.955 | 7.363 |
| | | | | | | |



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

| Conta | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | a partir de 2028 | Total |
|--|-------|------|------|------|------|------------------|---------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 5.798 | 34 | 34 | 34 | 34 | (11.173) | (5.239) |

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------|---------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | | |
| Lucro líquido do exercício | 23.839 | 28.425 |
| | 23.839 | 28.425 |
| Denominador (Média ponderada de números de ações) | | |
| Ações ordinárias | 563.765 | 563.765 |
| Resultado líquido básico e diluído por ação | 0,04229 | 0,05042 |

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

25.1.1. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

25.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

25.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

25.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais há dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Os contratos possuem Cláusula de Rescisão pela parte adimplente em caso de inadimplência da outra parte.

25.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

| Natureza | Classificação | Hierarquia do valor justo | 2022 | | 2021 | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | | | Valor contábil | Valor a mercado | Valor contábil | Valor a mercado |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Caixas e bancos | Custo amortizado | | 30 | 30 | 491 | 491 |
| Aplicações financeiras | Valor Justo por meio do resultado | Nível 2 | 53.579 | 53.579 | 36.806 | 36.806 |
| Aplicações financeiras vinculadas | Valor Justo por meio do resultado | Nível 2 | 13.531 | 13.531 | 12.348 | 12.348 |
| Clientes | Custo amortizado | | 18.887 | 18.887 | 15.932 | 15.932 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | | 67 | 67 | 793 | 793 |
| | | | 86.094 | 86.094 | 66.370 | 66.370 |

DIRETORIA

Aljan de Abreu Machado - Diretor

Anderson Vitor Pereira Tonelli - Diretor

Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC - PR-068461-O/1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Canoas Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Canoas Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente - em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Canoas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar - dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

| Natureza | Classificação | Hierarquia do valor justo | 2022 | | 2021 | |
|---|------------------|---------------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | | | Valor contábil | Valor a mercado | Valor contábil | Valor a mercado |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | | 2.905 | 2.905 | 4.665 | 4.665 |
| Encargos setoriais | Custo amortizado | | 3.093 | 3.093 | 2.377 | 2.377 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | | 743 | 743 | 426 | 426 |
| Financiamentos | Custo amortizado | | 240.077 | 240.077 | 266.271 | 266.271 |
| Uso do bem público (UBP) | Custo amortizado | | 12.170 | 12.170 | 11.645 | 11.645 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP) | Custo amortizado | | 11.050 | 11.050 | 6.751 | 6.751 |
| | | | 270.038 | 270.038 | 292.135 | 292.135 |

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2022 e 2021. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

26. SEGUROS

A CTG BR mantém contratos de seguros sobre em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

| Apólices | Vigência | Limite máximo de indenização (*) |
|--|-------------------------|----------------------------------|
| Risco operacional | 04/08/2022 a 04/08/2023 | 1.000.000 |
| Responsabilidade civil | 04/08/2022 a 04/08/2023 | 140.000 |
| Responsabilidade civil ambiental | 04/08/2021 a 04/08/2023 | 110.000 |
| Responsabilidade civil para diretores e executivos | 08/12/2022 a 08/12/2023 | 150.000 |
| Risco cibernético | 08/09/2022 a 08/09/2023 | 15.000 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Desapropriações de terras | (1.254) | (2.706) |
| | (1.254) | (2.706) |

28. COMPROMISSOS

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia do ACR até o ano de 2044.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

29.1. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



pwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br


CTG Brasil
Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Desempenho econômico-financeiro
Principais indicadores

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Indicadores econômicos | | | |
| Receita operacional bruta | 261.194 | 242.998 | 7,5 |
| (-) Deduções à receita operacional | (26.477) | (24.685) | 7,3 |
| Receita operacional líquida | 234.717 | 218.313 | 7,5 |
| (-) Custos e outros resultados operacionais | (61.142) | (123.072) | -50,3 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 173.575 | 95.241 | 82,2 |
| Ebitda | 194.166 | 114.135 | 70,1 |
| Margem Ebitda - % | 82,7% | 52,3% | 30,4 p.p. |
| Resultado financeiro | 1.907 | (15.650) | 112,2 |
| Resultado antes dos impostos | 175.482 | 79.591 | 120,5 |
| Lucro líquido do exercício | 123.007 | 52.522 | 134,2 |
| Margem líquida - % | 52,4% | 24,1% | 28,3 p.p. |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | 1,74265 | 0,74409 | 134,2 |

A Rio Verde Energia apresentou no ano de 2022 uma performance de resultados bastante positiva.

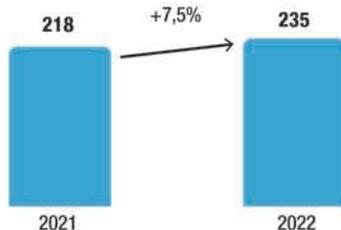
Após vários anos de hidrologia desfavorável, o ano de 2022 foi um ano de recuperação do cenário hidrológico, principalmente quando comparado ao ano de 2021 onde tivemos os piores indicadores hídricos da série histórica de medições no Brasil. Em virtude dessa melhora e, também, das estratégias de comercialização adotadas pela Companhia, houve um incremento importante no Ebitda com destaque para a redução nos custos com compra de energia.

Receita

A Companhia apresentou um aumento de 7,5%, ou R\$ 16,4 milhões, na receita operacional líquida quando comparado ao desempenho do ano de 2021.

Na receita bruta no ambiente de contratação livre (ACL), houve aumento de R\$ 25,0 milhões, principalmente devido ao reajuste anual dos contratos bilaterais de venda de energia nas respectivas datas-base.

No mercado de curto prazo (MCP), houve redução de R\$ 6,4 milhões, principalmente em virtude da queda nos preços de liquidação de energia no curto prazo (PLD) decorrente da recuperação do cenário hidrológico na comparação entre os dois períodos.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)

Custos e despesas operacionais

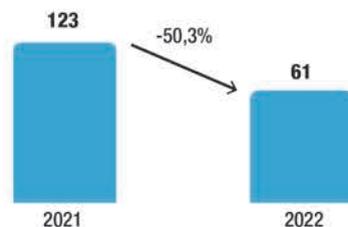
| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|----------|----------|------------|
| Pessoal | (4.444) | (4.021) | 10,5 |
| Material | (564) | (529) | 6,6 |
| Serviços de terceiros | (6.479) | (8.221) | -21,2 |
| Energia comprada | (9.744) | (59.808) | -83,7 |
| Depreciação e amortização | (20.591) | (18.894) | 9,0 |
| Encargos de uso da rede elétrica | (12.663) | (11.229) | 12,8 |
| Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) | (2.650) | (2.499) | 6,0 |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE) | (396) | (383) | 3,4 |
| Seguros | (373) | (421) | -11,4 |
| Aluguéis | (10) | (9) | 11,1 |
| Reversões/(constituições) de provisões para riscos | 557 | (14.759) | 103,8 |
| Compartilhamento de despesas | (2.323) | (1.926) | 20,6 |

Custos e despesas operacionais

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|-----------------|------------------|--------------|
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | - | (66) | 100,0 |
| Outros | (1.462) | (307) | 376,2 |
| | (61.142) | (123.072) | -50,3 |

As despesas operacionais totalizaram R\$ 61,1 milhões no ano de 2022, o que representa uma queda de R\$ 61,9 milhões, ou -50,3%, em relação a 2021. Entre os principais fatores que justificam esse resultado, vale destacar:

- Queda relevante de R\$ 50,1 milhões ou 83,7% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude da recuperação no cenário hidrológico e consequente melhora do GSF, além da queda do PLD;
- Redução de R\$ 15,3 milhões, na conta de provisão para riscos, em razão da solução das questões relativas à judicialização e do acordo GSF, bem como, em função da quitação do passivo da liminar do GSF no 1º trimestre de 2021. A Companhia provisionava os custos pois tinha proteção através de liminar que limitava a incidência do GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física da UHE Salto.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)

Ebitda e margem Ebitda

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|---|----------------|----------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 123.007 | 52.522 | 134,2 |
| Imposto de renda e contribuição social | 52.475 | 27.069 | 93,9 |
| Resultado financeiro (líquido) | (1.907) | 15.650 | -112,2 |
| Depreciação e amortização | 20.591 | 18.894 | 9,0 |
| Ebitda | 194.166 | 114.135 | 70,1 |
| Margem Ebitda | 82,7% | 52,3% | 30,4 p.p. |

O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022 e é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Sociedade acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou crescimento relevante de R\$ 80 milhões ou 70,1% em comparação ao exercício anterior, impulsionado principalmente pela melhora do cenário de hidrologia entre os dois anos e a consequente redução nos custos com compra de energia.

Ebitda

Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|-------------------------------------|--------------|-----------------|--------------|
| Receitas | 16.666 | 3.230 | 416,0 |
| Despesas | (14.759) | (18.880) | -21,8 |
| Resultado financeiro líquido | 1.907 | (15.650) | 112,2 |

O resultado financeiro líquido apresentado em 2022 foi positivo em R\$ 1,9 milhões, representando uma melhora de R\$ 17,6 milhões ou 112,2%, em relação ao ano de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, elevação de R\$ 13,4 milhões nas receitas de aplicações financeiras, principalmente em função da elevação no DI, bem como um maior saldo médio de caixa na comparação entre os dois exercícios. Além disso, houve redução de R\$ 5,5 milhões nas despesas com variação monetária (IGP-M) referente ao passivo ligado a liminar que discutia a questão do GSF que foi liquidado ainda no 1º trimestre de 2021 dentro do contexto do Acordo GSF.

Endividamento

| | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|------------------|-----------------|---------------|
| Financiamentos | 85.815 | 107.857 | -20,4 |
| Curto prazo | 23.097 | 107.857 | -78,6 |
| Longo prazo | 62.718 | - | 0,0 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (172.828) | (32.134) | 437,8 |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas | (10.107) | (9.447) | 7,0 |
| Dívida líquida | (97.120) | 66.276 | -246,5 |

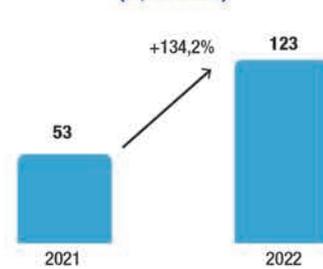
A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 163,4 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2021, principalmente em função da maior posição final do caixa da Companhia além da amortização das parcelas referentes ao financiamento vigente com o BNDES.

| | Remuneração | Vencimento | 2022 | 2021 | Variação % |
|--|---------------------|------------|---------------|----------------|--------------|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | TJLP + 1,81% ao ano | 15/09/2026 | 79.606 | 100.173 | -20,5 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | TJLP + 2,16% ao ano | 15/09/2026 | 6.209 | 7.684 | -19,2 |
| | | | 85.815 | 107.857 | -20,4 |

Lucro líquido

Levando-se em consideração todos os impactos e aspectos anteriormente detalhados e explanados, a Rio Verde entregou um ótimo desempenho de resultado no ano de 2022. O lucro líquido fechou o ano em R\$ 123 milhões (margem de lucro líquido de 52,4%), representando um aumento expressivo de R\$ 70,5 milhões ou 134,2% na comparação com o desempenho apresentado em 2021.

Lucro líquido (R\$ milhões)

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo | Nota | 2022 | 2021 | Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 172.828 | 32.134 | Fornecedores | 10 | 2.892 | 4.161 |
| Clientes | 6 | 23.282 | 21.280 | Salários, provisões e contribuições sociais | | 590 | 545 |
| Tributos a recuperar | 7 | - | 1.153 | Tributos a recolher | 7 | 25.838 | 1.700 |
| Partes relacionadas | 16 | 15 | 616 | Encargos setoriais | 11 | 727 | 5.182 |
| Serviços em curso | | 35 | 4.377 | Indenização socioambiental | 12 | 935 | 790 |
| Outros créditos | | 918 | 457 | Financiamentos | 13 | 23.097 | 107.857 |
| Total do ativo circulante | | 197.078 | 60.017 | Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) | 14 | 34.864 | 21.555 |
| Não circulante | | | | Uso do bem público (UBP) | 15 | 2.436 | 2.210 |
| Realizável a longo prazo | | | | Partes relacionadas | 16 | 1.047 | 1.630 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 5.3 | 10.107 | 9.447 | Total do passivo circulante | | 92.426 | 145.620 |
| Clientes | 6 | 113 | 363 | Não circulante | | | |
| Outros créditos | | - | 3 | Tributos diferidos | 22.2 | 30.617 | 15.593 |
| | | 10.220 | 9.813 | Encargos setoriais | 11 | 807 | 352 |
| Imobilizado | 8 | 387.042 | 403.441 | Financiamentos | 13 | 62.718 | - |
| Intangível | 9 | 56.861 | 58.817 | Uso do bem público (UBP) | 15 | 21.947 | 20.896 |
| Total do ativo não circulante | | 454.123 | 472.071 | Provisões para riscos | 17 | 168 | 902 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 116.257 | 37.743 |
| | | | | Total do passivo | | 208.683 | 183.363 |
| | | | | Patrimônio líquido | 18 | | |
| | | | | Capital social | | 130.000 | 130.000 |
| | | | | Reserva legal | | 22.597 | 16.446 |
| | | | | Reserva de lucros | | 236.320 | 146.379 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 53.601 | 55.900 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 442.518 | 348.725 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 651.201 | 532.088 |
| Total do ativo | | 651.201 | 532.088 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Reservas | | | Ajuste de avaliação patrimonial | Total do patrimônio líquido |
|--|----------------|---------------|-------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Legal | Lucros acumulados | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 130.000 | 16.446 | 146.379 | 55.900 | 348.725 |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | 123.007 | 123.007 |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | | 123.007 | 123.007 |
| Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | | (3.483) | |
| Contribuições e distribuições aos acionistas | | | | | |
| Transferência entre reservas | | 6.151 | 89.941 | (96.092) | |
| Dividendos propostos | | | | (10.214) | (10.214) |
| Juros sobre capital próprio | | | | (19.000) | (19.000) |
| | | 6.151 | 89.941 | (125.306) | (29.214) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 130.000 | 22.597 | 236.320 | 53.601 | 442.518 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 130.000 | 13.820 | 107.212 | 58.226 | 309.258 |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | 52.522 | 52.522 |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | | 52.522 | 52.522 |
| Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | | (3.224) | |
| Contribuições e distribuições aos acionistas | | | | | |
| Transferência entre reservas | | 2.626 | 39.167 | (41.793) | |
| Dividendos propostos | | | | (13.055) | (13.055) |
| | | 2.626 | 39.167 | (54.848) | (13.055) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 130.000 | 16.446 | 146.379 | 55.900 | 348.725 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Verde Energia S.A. (ou "Rio Verde" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na condição de produtora independente de energia elétrica. A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto" ou "Usina"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Iturubá e Caçu, no Estado de Goiás. Foi objeto do Leilão nº 001/2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que originou o Contrato de Concessão nº 90/2002 - Aneel, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002 (término da concessão em 11 de dezembro de 2037), podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

1.2. Concessão

1.2.1. Contratos de concessão

Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 90/2002, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Salto, outorgada pelo Decreto s/nº de 8 de novembro de 2002. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente. O prazo da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado. A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 (Despacho Aneel nº 1.446/2010) e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 (Despacho Aneel nº 2.554/2010), com capacidade total instalada de 116 MW que foi regularizada através do Quarto Termo Aditivo, firmado em 24 de novembro de 2009, ao Contrato de Concessão.

| Contrato de concessão Aneel | Usina | Tipo | UF | Rio | Capacidade instalada (MW) | Garantia física (MW médio) | Início da concessão | Vencimento concessão |
|-----------------------------|-------|------|----|-------|---------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------|
| Nº 90/2002 | Salto | UHE | GO | Verde | 116,0 | 66,1 | 11/12/2002 | 06/04/2046 |

1.3. Ação ordinária - (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018, somada a uma mudança estrutural da matriz elétrica, com a entrada massiva de fontes intermitentes, e outros fatores exógenos à hidrologia em si, causaram a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevaram o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Isso fez com que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) atingisse seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico.

Após muitas análises e, em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020, em 07 de outubro a Companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa à UHE Salto (pedido de homologação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel). Em 03 de dezembro de 2021, a Companhia protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da correção do IGP-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.120/2021. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram desconsiderados no cálculo da atualização monetária os meses onde o IGP-M apresentou variação negativa (deflação). O valor envolvido é da ordem de R\$ 4 milhões.

Em 07 de junho a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão da Resolução Autorizativa nº 11.998/2022, alterando o término de vigência da outorga das UHE Salto, em função da repactuação do risco hidrológico. A Resolução também aprovou a minuta do Termo Aditivo ao contrato de concessão a ser assinado.

Em outubro de 2022 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 90/2002 - UHE Salto, formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga das concessões.

1.4. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a última revisão ordinária de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realista. A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, que passa a ser vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme tabela abaixo:

| Contrato de concessão Aneel | Usina | Tipo | UF | Rio | Garantia física |
|-----------------------------|-------|------|----|-------|-----------------------------|
| | | | | | (MW médio) a partir de 2023 |
| Nº 90/2002 | Salto | UHE | GO | Verde | 63,2 |
| | | | | | 63,2 |

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 28 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|-------|-----------------|------------------|
| Receita operacional líquida | 19 | 234.717 | 218.313 |
| Custos operacionais | | | |
| Pessoal | | (4.444) | (4.021) |
| Material | | (564) | (529) |
| Serviços de terceiros | | (5.931) | (6.171) |
| Energia comprada | 20.2 | (9.744) | (59.808) |
| Depreciação e amortização | 8 e 9 | (20.580) | (18.886) |
| Encargos de uso da rede elétrica | 20.3 | (12.663) | (11.229) |
| Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) | | (2.650) | (2.499) |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE) | | (396) | (383) |
| Seguros | | (365) | (386) |
| Aluguéis | | (10) | (9) |
| Reversões/(constituições) de provisões para riscos | | 557 | (14.759) |
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | | | (66) |
| Outros | | (168) | (155) |
| | | (56.958) | (118.901) |
| Resultado bruto | | 177.759 | 99.412 |
| Outros resultados operacionais | | | |
| Serviços de terceiros | | (548) | (2.050) |
| Depreciação e amortização | 8 e 9 | (11) | (8) |
| Seguros | | (8) | (35) |
| Compartilhamento de despesas | 16.3 | (2.323) | (1.926) |
| Outros | | (1.294) | (152) |
| | | (4.184) | (4.171) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 173.575 | 95.241 |
| Resultado financeiro | 21 | | |
| Receitas | | 16.666 | 3.230 |
| Despesas | | (14.759) | (18.880) |
| | | 1.907 | (15.650) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 175.482 | 79.591 |
| Imposto de renda e contribuição social | 22 | | |
| Corrente | | (37.451) | - |
| Diferido | | (15.024) | (27.069) |
| | | (52.475) | (27.069) |
| Lucro líquido do exercício | | 123.007 | 52.522 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | 23 | 1.74265 | 0.74409 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 123.007 | 52.522 |
| Outros resultados abrangentes do exercício | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | |
| Total do resultado abrangente do exercício | 123.007 | 52.522 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 175.482 | 79.591 |
| Ajustes em: | | | |
| Depreciação e amortização | 8.2 e 9.2 | 20.591 | 18.894 |
| Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos | 13.3 | 8.466 | 8.112 |
| AVP e variação monetária sobre UBP | 15.2 | 3.710 | 5.022 |
| Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) | | - | 66 |
| Variação monetária sobre depósitos judiciais | 17.2 | (214) | (269) |
| (Reversão)/constituição e atualização monetária sobre provisão para riscos | 17.2 | (242) | 20.055 |
| Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas | 5.4 | (970) | (263) |
| Outras variações | | 155 | 240 |
| Variação nos ativos e passivos | | | |
| Clientes | | (1.752) | 106.859 |
| Serviços em curso | | 4.342 | (556) |
| Extensão da concessão | | - | 1.858 |
| Partes relacionadas | | 18 | (1.237) |
| Fornecedores | | (1.269) | 695 |
| Encargos setoriais | | (4.000) | 882 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | | 45 | 5 |
| Uso do bem público (UBP) | 15.2 | (2.433) | (4.011) |
| Provisões para riscos | | (278) | (199.432) |
| Impostos, taxas e contribuições | | (4.243) | (745) |
| Outras variações ativas e passivas | | (148) | 165 |
| Caixa gerado nas operações | | 197.260 | 35.931 |
| Pagamento de juros sobre financiamento | 13.3 | (7.533) | (7.861) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | | (10.767) | (25.090) |
| Caixa líquido gerado das atividades operacionais | | 178.960 | 2.980 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Adições no ativo imobilizado e intangível | | (2.236) | (21.311) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (2.236) | (21.311) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Pagamento de dividendos | 14.1 | (13.055) | (6.331) |
| Pagamento de financiamento | 13.3 | (22.975) | (22.916) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | | (36.030) | (29.247) |
| Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 140.694 | (47.578) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 32.134 | 79.712 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 172.828 | 32.134 |
| Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 140.694 | (47.578) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Vida útil de ativos de longa duração (Nota explicativa nº 8);
- Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa nº 17);
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota explicativa nº 22.2).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluídos, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 11.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual. Não há benefício relacionado à aposentadoria ou planos e opções em ações (stock option).

3.3. Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas
Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e a perspectiva é que também não gerem nenhum impacto financeiro nas próximas divulgações:

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32/IAS 12).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS. Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo de um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa e UBP para a Companhia.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O impacto causado pela variação da TJLP e pelo IPCA sobre o UBP é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa nº 20.2).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamento) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

| Instituição financeira | Menos de um mês | | De um a três meses | | De três a seis meses | | Mais de seis meses | Total |
|------------------------|-----------------|-------|--------------------|--------|----------------------|--------|--------------------|-------|
| | meses | meses | meses | meses | meses | meses | | |
| BNDES | 2.488 | 4.832 | 21.384 | 26.834 | 42.835 | 98.373 | | |

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (Covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2022 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 13).

4.3. Risco de regulação

As atividades da empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40/IFRS 7 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por financiamento e aplicações financeiras, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2022 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

| Instrumentos financeiros | Indexador | Variação do indexador do valor contábil | | Saldo contábil em 2022 | Mudança/alteração razoavelmente possível |
|-----------------------------------|---------------------|---|---|------------------------|--|
| | | | Variação do indexador do cenário provável | | |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras | DI | 13,65% | 11,90% | 172.793 | 20.562 |
| Aplicações financeiras vinculadas | DI | 13,65% | 11,90% | 10.107 | 1.203 |
| | | | | 182.900 | 21.765 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| BNDES | TJLP + 1,81% ao ano | 6,78% | 7,26% | (79.606) | (7.324) |
| BNDES | TJLP + 2,16% ao ano | 6,78% | 7,26% | (6.209) | (595) |
| Uso do bem público (UBP) | IGPM | 5,46% | 3,67% | (24.383) | (896) |
| | | | | (110.198) | (8.815) |
| | | | | 72.702 | 12.950 |

Total da exposição líquida

4.6. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|-----------------|----------------|
| Financiamentos | 13 | 85.815 | 107.857 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5.2 | (172.828) | (32.134) |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas | 5.3 | (10.107) | (9.447) |
| Dívida líquida | | (97.120) | 66.276 |
| Patrimônio líquido | | 442.518 | 348.725 |
| Total do capital | | 345.398 | 415.001 |
| Índice de alavancagem financeira - (%)* | | -28,1 | 16,0 |

* Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.2. Composição

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|---------------|
| Caixas e bancos | 35 | 40 |
| Aplicações financeiras | 172.793 | 32.094 |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | 172.793 | 32.094 |
| | 172.828 | 32.134 |

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remuneradas com base em percentuais da variação do DI, sendo composta por aplicações vinculadas ao empréstimo do BNDES.

5.4. Movimentação

| | BNDES |
|---|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 9.447 |
| Aplicações | 240 |
| Rendimentos | 1.134 |
| Resgates | (550) |
| Imposto de renda retido na fonte (IRRF) | (164) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 10.107 |

5.5. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

| Standard & Poor's | Moody's | Fitch | 2022 | 2021 |
|-------------------|---------|-------|---------|--------|
| AAA | AAA | AAA | 14.816 | 41.384 |
| AA | AA | AA | 1 | 2 |
| AAA | AAA | AAA | 43.131 | 195 |
| AAA | AAA | AAA | 124.987 | 41.581 |
| AAA | AAA | AAA | 182.935 | 41.581 |

6. CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber com garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

| | A vencer | | | |
|----------------------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
| | Até 90 dias | Acima de 90 dias | 2022 | 2021 |
| Contratos ACL | 23.030 | 23.030 | 20.479 | |
| Energia de curto prazo (MRE/MCP) | 252 | 113 | 365 | 1.164 |
| | 23.282 | 113 | 23.895 | 21.643 |

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2022, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico. Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa). Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

| | 2022 | | 2021 | |
|-----------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | % | RS | % | RS |
| Rating interno | | | | |
| 1 - Excelente | - | - | - | - |
| 2 - Bom | 100,0 | 23.030 | 100,0 | 20.479 |
| 3 - Satisfatório | - | - | - | - |
| 4 - Regular | - | - | - | - |
| 5 - Crítico | - | - | - | - |
| | 100,0 | 23.030 | 100,0 | 20.479 |

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou periodicamente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, substancialmente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|---------------|--------------|
| Ativo | | |
| Saldo negativo de IRPJ e CSLL | - | 1.153 |
| | - | 1.153 |
| Passivo | | |
| IRPJ e CSLL a pagar | 23.795 | - |
| PIS e COFINS a pagar mensal | 1.996 | 1.580 |
| Outros | 47 | 120 |
| | 25.838 | 1.700 |

Em 2022 a Companhia passou a operar com lucro fiscal, apresentando saldos de IRPJ/CSLL a recolher, bem como utilizou o saldo do exercício anterior.

8. IMOBILIZADO

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

| | Vida útil-econômica remanescente | | | | |
|--|----------------------------------|------------------|---------------------------------|----------------|-------|
| | 2022 | 2021 | Taxa média anual de depreciação | | |
| Em serviço | | | | | |
| Terenos | | | 23 | | |
| Reservatório, barragens e adutora | | | 22 | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | | 14 | | |
| Máquinas e equipamentos | | | 19 | | |
| Veículos | | | 2 | | |
| Móveis e utensílios | | | 10 | | |
| A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens. | | | | | |
| Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. | | | | | |
| Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais". | | | | | |
| 8.1. Composição | | | | | |
| | 2022 | 2021 | Taxa média anual de depreciação | | |
| Em serviço | | | | | |
| Terenos | 52.081 | (22.254) | 29.827 | 31.103 | 2,5% |
| Reservatório, barragens e adutora | 323.473 | (138.058) | 185.415 | 192.167 | 2,6% |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 34.004 | (14.837) | 19.167 | 20.521 | 4,0% |
| Máquinas e equipamentos | 226.462 | (97.506) | 128.956 | 135.479 | 3,1% |
| Veículos | 1.031 | (801) | 230 | 359 | 12,5% |
| Móveis e utensílios | 311 | (136) | 175 | 190 | 5,8% |
| | 637.362 | (273.592) | 363.770 | 379.819 | |
| Em curso | 23.272 | - | 23.272 | 23.622 | |
| | 23.272 | - | 23.272 | 23.622 | |
| Total do ativo imobilizado | 660.634 | (273.592) | 387.042 | 403.441 | |



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.4.3. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos superior a 25% do Lucro Líquido;
 - Firmar contratos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
 - Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,20.
- Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não atendeu o valor mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para o cálculo do referido "covenant" de cobertura de dívida, a fórmula estabelecida em contrato, considera a variação entre os anos de algumas contas do ativo e passivo circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, verifica-se uma variação totalmente atípica entre os anos de 2021 e 2020 no passivo circulante em razão da liquidação do passivo relativo à liminar do GSF ocorrida em virtude da conclusão do acordo que solucionou as questões judiciais envolvendo o GSF.

Esse pagamento relevante reduz o passivo circulante na fórmula, mas não tem efeito correspondente no ativo circulante para fins do cálculo desse indicador (a fórmula não considera a variação da caixa entre os anos).

Com isso, temos esse comportamento atípico e não recorrente que leva o índice para 0,14 contra um mínimo de 1,20.

Excluindo-se o efeito dessa liquidação mencionada acima de R\$ 199.432, o indicador normalizado ficaria em 2,31 no ano de 2021, bem acima do patamar mínimo exigido.

Em 13 de abril de 2022, a Companhia, obteve junto ao BNDES a dispensa de cumprimento da obrigação de atendimento ao mínimo de ICSD relativo ao exercício de 2021, e com isso não aconteceu a cobrança antecipada da dívida.

Em 15 de junho de 2022 foi celebrado o aditivo do contrato de financiamento entre a Companhia e o BNDES com a modificação da fórmula de cálculo do ICSD.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, utilizando a nova metodologia de cálculo, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme quadro abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| A) Geração de caixa da atividade | | |
| (+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior | 32.134 | 79.712 |
| (+) Ebitda | 194.166 | 114.135 |
| (-) Impostos sobre o lucro | (52.475) | (27.069) |
| | 173.825 | 166.778 |
| B) Serviço da dívida | | |
| (+) Amortização do principal | 22.975 | 22.916 |
| (+) Pagamento de juros | 7.533 | 7.862 |
| | 30.508 | 30.778 |
| C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,20 | 5,70 | 5,42 |

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

14.1. Dividendos

| | Saldo em 2021 | Dividendos intermediários/propostos | Dividendos pagos | Saldo em 2022 |
|---------------------|---------------|-------------------------------------|------------------|---------------|
| China Three Gorges | | | | |
| Brasil Energia S.A. | 13.055 | 10.214 | (13.055) | 10.214 |
| | 13.055 | 10.214 | (13.055) | 10.214 |

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

14.2. Juros sobre capital próprio (JSCP)

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social. À medida em que a deliberação dessa distribuição acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidentes, que é registrado em conta apropriada, conforme nota explicativa nº 7.

| | Saldo em 2021 | JSCP a pagar | Saldo em 2022 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | 8.500 | 16.150 | 24.650 |
| | 8.500 | 16.150 | 24.650 |

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 90/2002 conforme CPC 25/IAS 37, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão. Em 10 de dezembro de 2020 foi assinado o 5º Termo Aditivo que formalizou a extensão de 483 (quatrocentos e oitenta e três) dias da concessão da UHE Salto concedida através da Resolução Autorizativa nº 8.410/19. A referida extensão foi concedida pela Agência em razão de reconhecimento de exclusão de responsabilidade em razão da não emissão de Licenças Ambientais dentro do prazo necessárias à implantação do projeto. Como pagamento pelo UBP para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União a partir da operação comercial da primeira unidade geradora (25 de maio de 2010) até o término da concessão (06 de abril de 2046) o montante total de R\$13.500 divididos em parcelas mensais e corrigidos anualmente, com base na variação do IGP-M, a partir de junho de 2002. A taxa de desconto no cálculo do valor presente foi de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

15.1. Composição

| | 2022 | | | 2021 | | |
|-----------------------------|--------------|----------------|---------------|--------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Valor Nominal | 2.559 | 56.908 | 59.467 | 2.324 | 56.084 | 58.408 |
| (-) Ajuste a valor presente | (123) | (34.961) | (35.084) | (114) | (35.188) | (35.302) |
| | 2.436 | 21.947 | 24.383 | 2.210 | 20.896 | 23.106 |

15.2. Movimentação

| | Principal | Ajuste a valor presente | Total |
|--|---------------|-------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 58.408 | (35.302) | 23.106 |
| Ajuste a valor presente | - | 218 | 218 |
| Pagamento | (2.433) | - | (2.433) |
| Atualização monetária | 3.492 | - | 3.492 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 59.467 | (35.084) | 24.383 |

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

16.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., onde acontece o pagamento do pessoal-chave da Administração.

16.2. Transações locais

A Companhia possui operações de compra e venda de energia com empresas coligadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A., a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel nº 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre a Companhia e as empresas Rio Sapucaí Mirim Ltda., Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., as partes estão dentro do mesmo grupo econômico (China Three Gorges Brasil Energia S.A.).

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-----------|--------------|------------|--------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | 223 | - | 240 |
| Rio Canoas Energia S.A. | 1 | 2 | - | 794 |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | - | 690 | - | - |
| Rio Parana Energia S.A. | 10 | 88 | - | - |
| CTG Trading Brasil Ltda. | - | - | 616 | 596 |
| Rio Paranapanema Energia S.A. | 4 | 44 | - | - |
| | 15 | 1.047 | 616 | 1.630 |

16.3. Movimentação

| | 2022 | | | | Total |
|---|-------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------|
| | Compra de energia | Compartilhamento de infraestrutura | Prestação de serviços | Total | |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | (1.872) | (1.872) | (1.872) | (1.872) |
| Rio Canoas Energia S.A. | (426) | (2) | (428) | (428) | (428) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | (4.524) | - | (4.524) | (4.524) | (4.524) |
| Rio Parana Energia S.A. | - | (286) | (286) | (286) | (286) |
| Rio Paranapanema Energia S.A. | - | (164) | (164) | (164) | (164) |
| Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. | - | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | (4.950) | (2.323) | (7.273) | (7.273) | (7.273) |
| | 2021 | | | | Total |
| | Venda de energia | Compra de energia | Compartilhamento de infraestrutura | Prestação de serviços | |
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | (1.926) | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (3.597) | - | - | - |
| CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. | - | - | - | (1.701) | (1.701) |
| Rio Parana Energia S.A. | 16.565 | - | - | 16.565 | 16.565 |
| | 20.162 | (21.287) | (1.926) | (1.701) | (4.752) |

| | | | | | |
|--|-------|----------|---|----------|----------|
| China Three Gorges Brasil Energia S.A. | - | - | - | (1.926) | (1.926) |
| Rio Canoas Energia S.A. | - | (17.690) | - | (17.690) | (17.690) |
| CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. | 3.597 | (| | | |



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1. Reconhecimento da receita

19.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;

iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

19.1.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Contratos ACL | 260.169 | 235.160 |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 561 | 6.998 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 464 | 840 |
| Total receita operacional bruta | 261.194 | 242.998 |
| Deduções à receita operacional | | |
| PIS e COFINS | (24.160) | (22.477) |
| ICMS | — | (54) |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | (2.317) | (2.154) |
| | (26.477) | (24.685) |
| Receita operacional líquida | 234.717 | 218.313 |

20. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

20.1. Energia elétrica vendida

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | MWh (*) | R\$ | MWh (*) | R\$ |
| Contratos ACL | 557.383 | 260.169 | 687.534 | 235.160 |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 5.168 | 561 | — | 6.998 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 33.105 | 464 | 64.568 | 840 |
| | 595.656 | 261.194 | 752.102 | 242.998 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

20.2. Energia elétrica comprada

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------|--------------|----------------|---------------|
| | MWh (*) | R\$ | MWh (*) | R\$ |
| Contratos ACL | 19.872 | 4.950 | 126.019 | 22.982 |
| Mercado de curto prazo (MCP) | 76.442 | 4.517 | 143.522 | 48.976 |
| Mecanismo de realocação de energia (MRE) | 57.247 | 1.232 | 5.436 | (5.584) |
| (-) Crédito de PIS | — | (170) | — | (1.171) |
| (-) Crédito de COFINS | — | (785) | — | (5.395) |
| | 153.561 | 9.744 | 274.977 | 59.808 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A queda no custo com energia elétrica comprada se dá, principalmente, pela recuperação no cenário hidrológico (GSF) e, também, pela queda no PLD médio na comparação entre os dois anos.

20.3. Encargos de uso da rede elétrica

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Tust | 13.837 | 12.266 |
| Encargos de conexão | 94 | 86 |
| (-) Crédito de PIS | (226) | (200) |
| (-) Crédito de COFINS | (1.042) | (923) |
| | 12.663 | 11.229 |

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e

ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

O encargo de conexão do Rio Verde é pago mensalmente à CTE (Coqueiros Transmissora de Energia S.A.) para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

21. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros sobre financiamentos, atualização monetária sobre UBP e provisões para riscos.

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receitas | | |
| Aplicações financeiras | 15.364 | 1.945 |
| Variações monetárias | 1.899 | 1.443 |
| Depósitos judiciais | 214 | 269 |
| Atualização do uso do bem público (UBP) | 1.632 | — |
| Inadimplência CCEE | 53 | 1.174 |
| (-) PIS e COFINS | (733) | (158) |
| Outras receitas financeiras | 136 | — |
| | 16.666 | 3.230 |
| Despesas | | |
| Juros | (7.489) | (7.848) |
| Financiamentos | (7.489) | (7.833) |
| Outros | — | (15) |
| Variações monetárias | (6.351) | (14.398) |
| Atualização do uso do bem público (UBP) | (5.124) | (8.571) |
| Provisões para riscos | (315) | (5.821) |
| Financiamentos | (698) | — |
| Outras | (214) | (6) |
| Ajuste a valor presente (UBP) | (218) | 3.689 |
| Outras despesas financeiras | (701) | (323) |
| | (14.759) | (18.880) |
| | 1.907 | (15.650) |

22. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

22.1. Apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL | | | | | | |
| Alíquota nominal do IRPJ e CSLL | 25% | 9% | 34% | 25% | 9% | 34% |
| IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação | (43.871) | (15.793) | (59.664) | (19.898) | (7.163) | (27.061) |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 4.750 | 1.710 | 6.460 | — | — | — |
| Doações Incentivadas | 1.071 | — | 1.071 | — | — | — |
| Incentivos fiscais | 14 | — | 14 | — | — | — |
| Outras adições permanentes, líquidas | (255) | (101) | (356) | (6) | (2) | (8) |
| IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado | (38.291) | (14.184) | (52.475) | (19.904) | (7.165) | (27.069) |
| IRPJ e CSLL correntes | 27.244 | 10.207 | 37.451 | — | — | — |
| IRPJ e CSLL diferidos | 11.047 | 3.977 | 15.024 | 19.904 | 7.165 | 27.069 |
| Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado | 38.291 | 14.184 | 52.475 | 19.904 | 7.165 | 27.069 |
| Alíquota efetiva | 21,8% | 8,1% | 29,9% | 25,0% | 9,0% | 34,0% |

22.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo de imposto diferido | | | | | | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa | 12.062 | 4.342 | 16.404 | 24.213 | 8.717 | 32.930 |
| Provisões para riscos | 735 | 265 | 1.000 | 757 | 273 | 1.030 |
| Participação nos lucros e resultados | 49 | 18 | 67 | 40 | 14 | 54 |
| Ajuste a valor presente intangível (UBP) | (281) | (101) | (382) | 448 | 161 | 609 |
| Outras provisões | 34 | 12 | 46 | 54 | 19 | 73 |
| Total bruto | 12.599 | 4.536 | 17.135 | 25.512 | 9.184 | 34.696 |
| Passivo de imposto diferido | | | | | | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Imobilização - ICPC 10 - Custo atribuído | (20.303) | (7.309) | (27.612) | (21.174) | (7.623) | (28.797) |
| Liminar GSF | (11.385) | (4.098) | (15.483) | (11.889) | (4.280) | (16.169) |
| Ajuste a valor presente (UBP) | (3.424) | (1.233) | (4.657) | (3.914) | (1.409) | (5.323) |
| Total | (35.112) | (12.640) | (47.752) | (36.977) | (13.312) | (50.289) |
| Imposto diferido líquido | (22.513) | (8.104) | (30.617) | (11.465) | (4.128) | (15.593) |

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | a partir de 2028 | Total |
|--|--------------|---------|---------|---------|---------|------------------|-----------------|
| | Conta | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15.973 | (1.544) | (1.544) | (1.544) | (1.544) | — | (40.414) |
| | | | | | | | (30.617) |

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | 123.007 | 52.522 |
| Lucro líquido do exercício | 123.007 | 52.522 |
| Denominador (Média ponderada de números de ações) | | |
| Ações ordinárias | 70.586 | 70.586 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | 1,74265 | 0,74409 |
| Ações ordinárias | 1,74265 | 0,74409 |

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.1.1. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

24.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação da IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Os contratos possuem Cláusula da Rescisão pela parte adimplente em caso de inadimplência da outra parte.

24.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.



Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

| Natureza | Classificação | Hierarquia do valor justo | 2022 | | 2021 | |
|---|-----------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | | | Valor contábil | Valor a mercado | Valor contábil | Valor a mercado |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Caixas e bancos | Custo amortizado | - | 35 | 35 | 40 | 40 |
| Aplicações financeiras | Valor Justo por meio do resultado | Nível 2 | 172.793 | 172.793 | 32.094 | 32.094 |
| Aplicações financeiras vinculadas | Valor Justo por meio do resultado | Nível 2 | 10.107 | 10.107 | 9.447 | 9.447 |
| Clientes | Custo amortizado | - | 23.395 | 23.395 | 21.643 | 21.643 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | 15 | 15 | 616 | 616 |
| | | | 206.345 | 206.345 | 63.840 | 63.840 |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | - | 2.892 | 2.892 | 4.161 | 4.161 |
| Encargos setoriais | Custo amortizado | - | 1.534 | 1.534 | 5.534 | 5.534 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | - | 1.047 | 1.047 | 1.630 | 1.630 |
| Financiamentos | Custo amortizado | - | 85.815 | 85.815 | 107.857 | 107.857 |
| Uso do bem público (UBP) | Custo amortizado | - | 24.383 | 24.383 | 23.106 | 23.106 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP) | Custo amortizado | - | 34.864 | 34.864 | 21.555 | 21.555 |
| | | | 150.535 | 150.535 | 163.843 | 163.843 |

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2022 e 2021. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

25. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

| Apólices | Vigência | Limite máximo de indenização (*) |
|--|-------------------------|----------------------------------|
| Risco operacional | 04/08/2022 a 04/08/2023 | 1.000.000 |
| Responsabilidade civil | 04/08/2022 a 04/08/2023 | 140.000 |
| Responsabilidade civil ambiental | 04/08/2021 a 04/08/2023 | 110.000 |
| Responsabilidade civil para diretores e executivos | 08/12/2022 a 08/12/2023 | 150.000 |
| Risco cibernético | 08/09/2022 a 08/09/2023 | 15.000 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

26. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

| | 2022 |
|----------------------|---------------|
| Dividendos propostos | 10.214 |
| | 10.214 |

27. COMPROMISSOS

27.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos para venda de energia o ano de 2026.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

28.1. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

DIRETORIA

Aljan de Abreu Machado - Diretor Anderson Vitor Pereira Tonelli - Diretor Márcio José Peres - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria
Antonio dos Santos Enraut Junior - Contador CRC - PR-068461-O/1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Verde Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br

GESTOR PÚBLICO

Garanta transparência e segurança jurídica para sua gestão.

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. **Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética.** Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR
SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A. CNPJ: 79.430.682/0001-22

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022



Curitiba, Estado do Paraná, 17 de março de 2023 – A Farmácia e Drogarias Nissei S.A., apresenta os seus resultados dos períodos, acumulados, findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

SUMÁRIO

| Valores em milhões de reais | 2020 | 2021 | 2022 |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Nº de Lojas | 307 | 324 | 350 |
| Nº de Funcionários | 5.719 | 6.084 | 6.438 |
| Receita Bruta | 1.694.838 | 1.973.372 | 2.343.104 |
| Lucro Bruto (R\$) | 653 | 640 | 750 |
| Lucro Bruto (%) | 32% | 32% | 32% |
| EBITDA Ajustado (R\$) | 106 | 120 | 171 |
| EBITDA Ajustado (%) | 6% | 6% | 7% |
| Resultado do Exercício (R\$) | (7) | 20 | 12 |

CRESCIMENTO DA REDE

Encerramos o exercício de 2022 com 350 lojas, presentes em 3 estados do Brasil, sendo eles Paraná, Santa Catarina e São Paulo, distribuídos em 86 municípios distintos



Continuamos com as lojas com conceito de drugstore contando com uma diversidade de produtos e serviços para melhor atendimento aos nossos clientes. Estamos otimistas com a performance apresentada pelas lojas inauguradas, o que está em linha com a nossa estratégia de expansão, apresentando ótimo desempenho durante o período de maturação.



Ingressamos com mais força no mercado de especialidades por meio da aquisição da Merco Soluções de Saúde, realizada em setembro de 2022. Empresa paranaense, fundada em 2003 com atuação nacional no mercado de alta complexidade, nutrição e vacinas. Em 2022 registramos um crescimento de Same Store Sales SSS (venda de mesmas lojas) de 11,30% e 16,33% para o mesmo período em 2021 e crescimento de vendas em lojas maduras (Mature Same Store Sales MSSS), que são aquelas com mais de 3 anos, foi de 11,11% em 2022 e 12,11% para 2021.



MIX DE VENDAS

Para o exercício de 2022 notamos que o mix se manteve praticamente estável, realizamos o acompanhamento das vendas, verificando periodicamente o peso dos grupos dos produtos no montante total das vendas ocorridas



MARCAS EXCLUSIVAS

As marcas exclusivas compreendem os segmentos Primeiros Socorros, linha Cuidados Algodão, lenços umedecidos Conveniência Good+ snacks, chips de soja, lentilha, batata e biscoitos de polvilho Higiene e Beleza Aishy cremes hidratantes para mãos e corpo e sabonetes. Em 2022 avançamos as vendas de marcas exclusivas em 70 quando comparadas ao mesmo período anterior.



MARKET SHARE

Continuamos com liderança de mercado no Paraná, encerramos o ano de 2022 com 18,45 de market share e continuamos crescendo no estado de São Paulo e Santa Catarina, apresentando um market share nos bricks que atuamos de 4,62 e 3,50 respectivamente. Conforme pesquisa IQVIA.*

Cada vez mais o mercado de farmácias está se tornando um hub de saúde, e para nos apoiar nesse processo, criamos em 2018 o SAN (Serviços Avançados Nissei) que é um "guarda chuva", que compreende serviços de imunização, testes laboratoriais rápidos e acompanhamentos personalizados como controle de diabetes, controle hipertensão, controle de peso etc.



Mensagem da administração da Companhia

Em 2022 tivemos muitas conquistas, mesmo sendo um ano desafiador influenciado pelas incertezas tanto econômicas como políticas, nesse ano avançamos na abertura de lojas, contabilizando 30 novas lojas abertas e também adquirimos a Merco Soluções em Saúde S.A distribuidora de medicamentos de alta complexidade, nutrição e vacinas para os canais públicos e privados. Essa aquisição, reafirma o nosso propósito "sempre com você, promovendo saúde e bem estar", dando continuidade a nossa estratégia em ser um hub de saúde.

Tivemos mais um ano de crescimento acima de dois dígitos, alcançando uma receita bruta de R 2.343,1 milhões em comparação ao mesmo período de 2021 mantivemos a nossa margem bruta próxima a 30 sobre receita bruta e o EBITDA ajustado alcançou R 171 milhões, 28 maior que o mesmo período do ano anterior (R 134 milhões).

Ao longo do ano realizamos várias campanhas de vendas, dentre as quais destacamos "DIA DA MULHER NISSEI" campanha a qual realizamos desde o ano de 2002 e que o mercado reconhece como sendo marca registrada da Nissei e a "BLACK FRIDAY NISSEI" acompanhando todo mercado. Novamente conseguimos alcançar recorde de vendas histórico para essas datas. Seguimos cumprindo nosso papel junto a Sociedade, por meio de diversas ações sociais, ambientais e de governança, mais de 80 da nossa rede é abastecida com energia renovável, através da Universidade Nissei continuamos investindo fortemente no desenvolvimento dos nossos colaboradores e reforçamos ainda mais todos os padrões de controle e gestão. Estes trabalhos todos foram reconhecidos com a conquista da certificação da Great Place to Work (GPTW) e com a premiação de "Empresas com melhor gestão" concedido pela Deloitte e pelo IBGC pelo segundo ano consecutivo.

"Seguiremos confiantes em 2023 buscando continuar o crescimento do número de lojas explorar ainda mais os canais digitais, como apoio às lojas, os quais já foram assertivos para geração de receita durante o exercício de 2022 e expandindo as nossas marcas exclusivas, que tem demonstrado ter grande aceitação pelos nossos clientes".

DESTAQUES OPERACIONAIS

- 350 lojas nos estados do PR, SC e SP
- 30 Novas lojas em 2022
- 6 Fechamentos em 2022
- Same Store Sales: 11,30%
- Mature Same Store Sales: 11,11%

DESTAQUES FINANCEIROS

- Receita Bruta: R\$ 2.343
- 18% maior que em dezembro de 2021
- EBITDA ajustado* R\$ 171 milhões
- 28% maior que em dezembro de 2021
- * Sem efeitos de ajuste a valor presente e CPC 06 - Contratos de arrendamento

DESTAQUES EM INVESTIMENTOS

Aquisição da Merco Medicamentos e Soluções em Saúde S.A.

Em linha com nossa estratégia de ampliar nossa participação no segmento de medicamentos especiais, e sermos cada vez mais reconhecidos como um Hub de Saúde, adquirimos em setembro de 2022 a Merco Soluções em Saúde S.A, empresa paranaense de atuação nacional, referência na distribuição de medicamentos de alta complexibilidade, nutrição e vacinas para os canais público e privado.

OMNICHANNEL

Nossas vendas no conceito omnichannel, onde consideramos e-commerce (redes sociais, televendas e vendas pelo app próprio e super app) funcionam de forma integrada às lojas físicas, permitindo acesso às informações, oferta de produtos e serviços de saúde aos nossos clientes. No exercício de 2022 as nossas vendas pelo omnichannel cresceram 84 e representaram aproximadamente 20 das vendas totais do grupo Vale destacar que estes e outros canais que não sejam a venda direta em loja, continuarão crescendo, mas sempre com as lojas alicerçando este processo. Acreditamos que a representatividade destas vendas continuará a crescer, mas não buscamos substituir vendas de lojas físicas e sim alcançar vendas adicionais, de forma que este crescimento deverá ser paulatino e focado.

CICLO DE FINANCEIRO

Encerramos o nosso ciclo financeiro de 2022 em 20 dias, apresentando um aumento, de 8 dias quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12 dias).



LUCRO BRUTO

Encerramos o exercício de 2022 com o lucro bruto de R 750 milhões, 17 maior que o mesmo período do ano anterior (R 640 milhões). A margem bruta atingiu 32%.



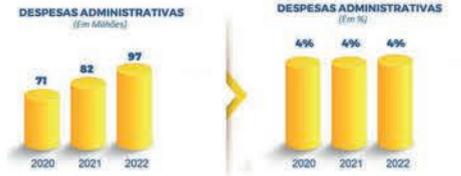
DESPESAS COMERCIAIS

Encerramos as despesas comerciais em 2022 no valor de R 510 milhões, correspondendo a 22 da receita bruta obtida, apresentando uma redução de 1 p.p em comparação ao mesmo período anterior (23%).



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas em 2022 totalizaram R 97 milhões, representando 4 da receita bruta.



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS

Encerramos o período de 2022 com o total de R 91 milhões de despesas financeiras com efeito caixa e R 34 milhões sem efeitos caixa (como AVP, CPC 06 o aumento da SELIC e seu efeito sobre o custo financeiro está sendo acompanhado pela administração da Companhia, ressaltamos que as despesas com debêntures se referem a 2ª série da 1ª emissão, 2ª, 3ª e 4ª emissão (maiores detalhes podem ser obtidos na nota 24 das demonstrações financeiras anuais consolidadas).

| Descrição | 2020 | 2021 | 2022 |
|---------------------------------------|------|------|------|
| Resultado Financeiro Líquido (i) | 15 | 24 | 26 |
| Debêntures 1ª Emissão | 68 | - | - |
| Debêntures 2ª, 3ª e 4ª Emissão | 0 | 26 | 61 |
| Debêntures 1ª Emissão - 2ª Série (ii) | 9 | (4) | 4 |
| Custo Financeiro com efeito caixa | 83 | 49 | 91 |
| Efeitos CPC 06 | 17 | 16 | 13 |
| Ajuste a valor presente | 18 | 13 | 21 |
| Custo Financeiro sem efeito caixa | 44 | 24 | 34 |

* O resultado líquido financeiro está composto pelas receitas financeiras e despesas financeiras líquidas (maiores detalhes podem ser obtidos na nota 33 das demonstrações financeiras anuais consolidadas).

* Valor relativo à provisão Kicker, sem dispêndio financeiro de imediato.

EBITDA AJUSTADO

EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre lucro, depreciação e amortização). Atingimos um EBITDA ajustado (sem efeitos do pronunciamento contábil CPC 06 e ajuste a valor presente) de R 171 milhões em 2022, 28 acima do valor registrado no mesmo período do exercício anterior, o qual foi de R 134 milhões.

| Descrição | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|------|------|------|
| Resultado do exercício | (7) | 20 | 12 |
| Imposto de renda e contribuição social | 6 | 9 | 7 |
| Despesas e receitas financeiras líquidas | 144 | 86 | 93 |
| Equivalência patrimonial | 4 | - | - |
| Depreciação e Amortização | 30 | 30 | 31 |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (i) | (57) | 1 | (0) |
| Juros com rendimentos CPC 06 | 24 | 12 | 18 |
| Outros efeitos CPC 06 | (4) | (11) | (2) |
| Despesas administrativas selecionadas | (18) | (13) | 12 |
| | 122 | 134 | 171 |

(i) Representado principalmente pelas despesas não recorrentes, provisões para contingências e atualizações de juros sobre parcelamentos de tributos.

ENDIVIDAMENTO

Encerramos o ano de 2022 com o endividamento líquido de R 442 milhões, representando uma alavancagem de 2,5 x sobre o Ebitda ajustado nos últimos 12 meses. Importante ressaltar que o valor contabilizado compreende os impactos da debênture envolvendo o kicker (ou prêmio), calculado em fórmula específica conforme descrita na nota explicativa 23.

Abaixo demonstramos o endividamento líquido:

| Descrição | 2020 | 2021 | 2022 |
|------------------------------------|-------|-------|-------|
| (-) Empréstimos | 223 | 212 | 218 |
| (-) Debêntures | 227 | 244 | 346 |
| (=) Total de endividamento | 449 | 456 | 564 |
| (+) Caixas e equivalentes de caixa | 66 | 83 | 117 |
| (+) Derivativos (i) | 12 | 9 | 5 |
| (=) Dívida Líquida | 371 | 364 | 442 |
| Dívida líquida / EBITDA Ajustado | 3,5 x | 3,0 x | 2,6 x |

INVESTIMENTOS

A política da companhia estabelece critérios de seleção e priorização de seus investimentos, buscando aprimorar o crescimento de forma saudável e positiva, no exercício de 2022 foram destinados o montante de R 71 milhões para investimentos com expansão através de abertura de novas lojas e inovação, onde destacamos os projetos voltados ao aprimoramento da tecnologia da informação e a aquisição da Merco Soluções em Saúde S.A.

ESG NISSEI

Environmental, Social and Corporate Governance
 Desde o início da nossa trajetória, sempre nos preocupamos em realizar várias iniciativas em prol da sociedade, da responsabilidade ambiental, social e de governança, contribuindo para o crescimento sustentável da nossa marca e da sociedade aonde atuamos. Acreditamos que as boas práticas são duradouras e fazem parte do nosso DNA.

1. Environmental (Ambiental)

Energia Sustentável
 Em 2021 passamos a utilizar energia limpa através de quatro usinas fotovoltaicas situadas em Bandeirantes, interior do Paraná com capacidade média de 818,833 kw/h, além de utilizarmos também, energia renovável gerada por torres solares. Em 2022 passamos a atender acima de 80 de nossa rede com energia sustentável, contribuindo com o meio ambiente em uma redução de mais de 600 toneladas.

Logística Reversa de Resíduos Sólidos
 Ainda preocupados com o meio ambiente, continuamos garantindo a destinação correta dos resíduos sólidos gerados em nossas lojas, que em 2022 foram de aproximadamente 17 toneladas, os quais destinamos para o descarte especializado.

2. Social

Campanhas:
 Em 2022 dedicamos esforços financeiros e operacionais em apoio e doações a diversos projetos e entidades, entre os quais destacamos:

- Maestro da Bola** - tem como objetivo inserir as crianças menos favorecidas ao esporte proporcionando a elas uma nova perspectiva de vida.
- Consentizar** - Realizamos dois dias de ação no mês de agosto de 2022 para nossos colaboradores, através de um ônibus preparado para pequenos atendimentos clínicos.
- SOS Litoral** - Realizamos a doação de cestas básicas, kits de higiene pessoal e fardos de água para os desabrigados prejudicados pelas enchentes em Morretes.
- Lar Jesus Maria José** - (lar de acolhimento de idosos em situação de risco).
- Corrida Polícia Militar** - Oferecemos serviços gratuitos de saúde, através de um estande equipado para pequenos atendimentos.
- Amigos do HC e Pequeno Cotoiengo** - Doação de cadeiras de rodas.
- Arraiá Beneficente Hospital Cajuru** - Apoio à festa revertendo em arrecadação ao hospital.
- Pilula do Bem** - Junto a Igreja Batista do Bacacheri a Nissei participa desde 2016 da ação Sorriso da Amazônia que consiste em levar atendimento, através de um barco, preparado para visitar comunidades ribeirinhas e dar atendimento médico odontológico. Nas missões também há uma equipe médica voluntária. As especialidades variam conforme o perfil dos voluntários. O barco atraca nas comunidades definidas para atender basicamente:

- atividades com as crianças;
 - atendimento odontológico;
 - atendimento médico, que consiste em exames clínicos, prescrição e a doação dos medicamentos.
- Projeto ECOA** - Transformação de materiais recicláveis em ecobegs com impacto social e ecológico. O projeto nasceu da necessidade de destinar corretamente resíduos das
 - comunicações de marketing, além de apoiar setores que precisam colocar em prática ideias sustentáveis, utilizando lonas de banners para a confecção de novos produtos reciclados como bolsas, necessários e outros.
 - Ao longo do ano de 2022 diversas outras ações culturais e filantrópicas contaram com o apoio da Nissei. Acreditamos

3. Desenvolvimento pessoal

Acreditamos que a capacitação seja um dos principais pilares para o crescimento pessoal e profissional, e, por isso, em 2020 criamos a Universidade Nissei, com o objetivo de desenvolver e especializar nossos colaboradores. Com mais de 20.000 horas de cursos direcionados a todos os setores presentes na companhia. Objetivos também, não apenas formar bons profissionais, mas, pessoas com valores e ética, buscando sempre engajá-las a se tornarem melhores todos os dias. Acreditamos na meritocracia e as competências que formam o perfil de liderança feminina são essenciais para o desenvolvimento de projetos da Companhia, sempre com critérios analíticos e humanizados. Mais de 60 de nossos cargos de liderança são ocupados por mulheres, líderes que agregam muita experiência e conhecimento.

4. Corporate Governance (Governança Corporativa)

Sempre alinhados com as melhores práticas de gestão, focados na segurança institucional e com transparência, em 2022 a Companhia continua tendo a governança como um de seus pilares. Nosso conselho de Administração é formado por cinco conselheiros, sendo dois independentes, formando assim um grupo robusto para apoiar nas decisões estratégicas da Companhia, além de agregar ainda mais valor à cultura de governança. Recebemos pelo segundo ano consecutivo o prêmio "Empresas com melhor gestão" concedido pela Deloitte junto ao IBGC, fomos gratificados com a certificação "Great Place to Work", consolidando uma série de esforços de governança que a Nissei vem implementando nos últimos anos.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa que seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes LTDA não prestaram outros serviços que não sejam relacionados à auditoria no período findo em 31 de dezembro de 2022.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | Controladora | | Consolidado | | Passivo Circulante | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|--------------|------------|-------------|------------|---|---------|--------------|------------|-------------|-----------|
| | | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | | | 31.12.2022 | 31.12.2021 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 115.778 | 81.682 | 116.922 | 81.717 | 20 | 274.857 | 302.406 | 297.696 | 302.406 | |
| Aplicações financeiras | 9 | 448 | 878 | 448 | 878 | 21 | 60.774 | 64.818 | 60.774 | 64.818 | |
| Contas a receber de clientes | 10 | 147.553 | 121.437 | 172.124 | 121.437 | 22 | 60.233 | 72.484 | 64.906 | 72.484 | |
| Estoques | 11 | 268.147 | 271.684 | 277.795 | 271.684 | 23 | 101.480 | 62.254 | 101.480 | 62.149 | |
| Impostos a recuperar | 12 | 50.392 | 60.340 | 53.909 | 60.340 | 24 | 61.509 | 54.832 | 61.986 | 54.832 | |
| Outros ativos | 16 | 123.780 | 147.440 | 124.166 | 147.440 | 25 | 17.366 | 20.489 | 17.576 | 20.537 | |
| Direitos sobre precatórios | 13 | 55.339 | 52.128 | 55.339 | 52.128 | 16 | 249 | 4.959 | 5.111 | 4.959 | |
| | | 761.436 | 736.689 | 800.702 | 736.624 | 26 | 13.637 | 10.511 | 13.897 | 10.511 | |
| | | | | | | 27 | 698.217 | 682.763 | 623.427 | 682.696 | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14 | 5.007 | 9.292 | 5.007 | 9.292 | 21 | 103.672 | 100.764 | 103.672 | 100.764 | |
| Direitos sobre precatórios | 13 | 5.699 | 5.462 | 5.700 | 5.462 | 22 | 145.744 | 139.949 | 153.229 | 139.949 | |
| Impostos a recuperar | 12 | 61.061 | 47.635 | 63.389 | 47.635 | 23 | 244.080 | 181.632 | 244.080 | 181.632 | |
| Ativo fiscal diferido | 34 | 24.673 | 25.589 | 24.754 | 25.589 | 26 | 19.395 | 23.201 | 19.395 | 23.201 | |
| Depósitos judiciais | 28 | 5.748 | 5.277 | 5.941 | 5.277 | 27 | 24.370 | - | 24.370 | - | |
| Outros ativos | 16 | 4.421 | 4.481 | 4.530 | 4.481 | | - | 165 | - | 165 | |
| | | 106.609 | 97.736 | 109.322 | 97.736 | 28 | 7.917 | 8.663 | 8.025 | 8.663 | |
| Investimentos | 17 | 36.849 | 92 | - | - | | 646.178 | 464.209 | 562.936 | 464.209 | |
| Imobilizado | 18 | 258.187 | 237.752 | 258.595 | 237.752 | | | | | | |
| Intangível | 19 | 10.056 | 12.251 | 40.487 | 12.251 | | | | | | |
| | | 411.701 | 347.831 | 408.404 | 347.739 | | | | | | |
| Total ativo | | 1.173.138 | 1.083.420 | 1.209.106 | 1.083.363 | Total passivo e patrimônio líquido | | 1.173.138 | 1.083.420 | 1.209.106 | 1.083.363 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Continua na próxima página

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|---|--------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | |
| Receita operacional líquida | 30 | 2.160.967 | 1.860.022 | 2.207.011 | 1.860.022 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 31 | (1.414.250) | (1.219.830) | (1.456.718) | (1.219.830) |
| Lucro bruto | | 746.717 | 640.192 | 750.293 | 640.192 |
| Recargas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas administrativas | 31 | (95.027) | (82.448) | (96.973) | (82.448) |
| Despesas comerciais | 31 | (508.186) | (455.871) | (509.779) | (455.871) |
| Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável do contas a receber | 31 | (1.035) | 1.174 | (1.035) | 1.174 |
| Outras (despesas) receitas operacionais líquidas | | 406 | (1.026) | 474 | (1.026) |
| Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro | | 142.875 | 102.021 | 142.980 | 102.021 |
| Receitas financeiras | 32 | 15.457 | 13.419 | 15.514 | 13.419 |
| Despesas financeiras | 32 | (138.666) | (86.394) | (139.301) | (86.394) |
| Despesas financeiras, líquidas | | (123.209) | (72.975) | (123.787) | (72.975) |
| Resultado da equivalência patrimonial | | (378) | (9) | - | - |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 19.289 | 29.037 | 19.193 | 29.046 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 33 | (5.971) | (7.987) | (5.876) | (7.996) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 33 | (929) | (1.106) | (928) | (1.106) |
| Lucro líquido do exercício | | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 |
| Resultado por ação básico e diluído (em Reais): | | | | 0,081 | 0,131 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | |
| Resultado do exercício | | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total do período | | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

| Nota | Atribuível aos acionistas controladores | | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|---|---------------|---------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva legal | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 21.720 | 2.449 | 5.640 | - | 19.944 | 29.809 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | 19.944 | 19.944 |
| Constituição de reserva legal | - | 997 | - | - | (997) | - |
| Constituição de dividendos obrigatórios | - | - | - | - | (1.895) | (1.895) |
| Transferência para reserva de retenção de lucros | - | - | - | 17.052 | (17.052) | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (1.400) | (1.400) | (1.400) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 21.720 | 3.446 | 21.292 | - | 12.389 | 46.458 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | 12.389 | 12.389 |
| Constituição de reserva legal | - | 619 | - | - | (619) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | (26.104) | - | (26.104) |
| Transferência para reserva de retenção de lucros | - | - | - | 11.770 | (11.770) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 21.720 | 4.065 | 6.988 | - | 12.389 | 32.743 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drograria Nissei S.A. ("Nissei", "Companhia" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto com registro obtido em 14 de janeiro de 2021 como categoria "A", junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia está sediada na Rua Acre, 205 - Água Verde em Curitiba, Estado do Paraná, tendo como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

Atualmente conta com 350 lojas físicas, sendo 296 alocadas no estado do Paraná, 19 no estado de Santa Catarina e 35 no estado de São Paulo. Além disso, a Companhia conta com centro de distribuição arrendado no município de Colombo - PR.

Estrutura societária

Em 19 de abril de 2021, a Companhia criou a subsidiária integral denominada Nissei FID S.A., com objetivo de captação de recursos financeiros, conforme evidenciado na nota explicativa nº 17.

Em 31 de agosto de 2022, através de fato relevante, a Companhia divulgou ao mercado que havia celebrado contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 100% do capital social das empresas Malaluv Holding S.A. ("Malaluv") e Sumatra Administração e Participação Ltda. ("Sumatra"), holdings não operacionais, que possuem participação na Mercado Soluções em Saúde S.A. ("Mercado"), localizada na Rua Bresciana, nº 184, Colombo - PR. A Mercado possui como atividade principal de distribuição de (comércio atacadista) medicamentos especiais de alto custo, nutri farmacêuticos, nutrição enteral e de vacinas, inclusive, por meio de processos licitatórios, públicos e privados, além de comercialização de medicamentos especiais e de nutrição enteral.

Para maiores informações sobre os investimentos do Grupo, vide nota explicativa nº 17.

Aquisição de controladas

Em 1º de setembro de 2022, o Grupo obteve o controle das empresas Malaluv e Sumatra, ao adquirir 100% do capital social destas entidades. Malaluv e Sumatra controlam (subsidiária integral) a Mercado. Vide detalhes na nota explicativa 17.

Nos quatro meses findos em 31 de dezembro de 2022, a Mercado contribuiu com uma receita operacional líquida de R\$ 46.692 e lucro líquido de R\$ 38 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a receita operacional líquida consolidada seria de R\$ 2.406.967 e o lucro líquido do exercício consolidado seria de R\$ 14.778. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022.

As adquiridas Malaluv e Sumatra são holdings não operacionais, e possuem substancialmente a participação societária na Mercado. A Mercado é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação.

Endividamento

O Grupo captou recursos em maio de 2021, no montante de R\$ 200.000, divididas em duas emissões, sendo no dia 14 de maio de 2021, emissão privada no valor de R\$ 80.000 (1ª emissão realizada pela Nissei FID S.A. e 3ª emissão pela Farmácia e Drograria Nissei S.A.) e em 26 de maio de 2021 por meio de emissão de debênture pública (2ª emissão realizada pela Farmácia e Drograria Nissei S.A.) no valor de R\$ 120.000 (vide nota explicativa nº 23 para detalhamento).

Os recursos foram utilizados, majoritariamente, para amortizar antecipadamente e de forma facultativa, as debêntures referentes a primeira série da primeira emissão (29 de outubro de 2017), sendo o saldo remanescente utilizado no curso normal dos negócios da Companhia (para detalhamento vide nota explicativa nº 23).

Em 13 de julho de 2022, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão é composta por 120.000 debêntures, divididas em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo assim o montante total de R\$ 120.000 (para detalhamento vide nota explicativa nº 23).

Os recursos líquidos captados pela Companhia foram destinados ao pagamento de determinadas dívidas, conforme descrito na escritura de emissão; e uso geral de caixa, capital de giro, refinanciamento e alongamento de dívidas da Companhia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 em 17 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores

DVA - Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Receitas (1) | 2.267.649 | 1.961.891 | 2.342.666 | 1.961.891 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 2.268.684 | 1.960.717 | 2.343.601 | 1.960.717 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (1.035) | 1.174 | (1.035) | 1.174 |
| Insumos adquiridos de terceiros (2) | 1.667.234 | 1.364.168 | 1.610.414 | 1.364.168 |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | 1.414.250 | 1.219.830 | 1.456.718 | 1.219.830 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 152.984 | 144.328 | 153.696 | 144.328 |
| Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3) | 700.416 | 697.733 | 732.163 | 697.733 |
| Depreciação e amortização (4) | 93.008 | 83.596 | 93.008 | 83.596 |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5) | 607.407 | 614.147 | 639.144 | 614.147 |
| Valor adicionado recebido em transferência (6) | 11.813 | 4.660 | 11.698 | 4.670 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 378 | 9 | - | - |
| Receitas financeiras | (14.398) | (5.226) | (14.398) | (5.227) |
| Outras financeiras | 2.208 | 657 | 2.800 | 657 |
| Valor adicionado total a distribuir (5) + (6) | 619.220 | 618.707 | 650.743 | 618.717 |
| Distribuição do valor adicionado | 304.437 | 267.006 | 306.583 | 267.006 |
| Remuneração direta | 266.767 | 233.114 | 268.709 | 233.114 |
| Benefícios | 23.154 | 21.456 | 23.230 | 21.456 |
| FGTS | 14.516 | 12.436 | 14.644 | 12.436 |
| Impostos, taxas e contribuições | 166.621 | 164.498 | 161.696 | 164.608 |
| Federais | 108.739 | 98.656 | 111.397 | 98.666 |
| Estaduais | 56.797 | 54.857 | 61.892 | 54.857 |
| Municipais | 1.084 | 1.185 | 8.307 | 1.185 |
| Remuneração de capital de terceiros | 136.772 | 77.259 | 160.173 | 77.259 |
| Juros | 133.884 | 76.095 | 148.285 | 76.095 |
| Aluguéis | 1.888 | 1.164 | 1.888 | 1.164 |
| Outras | - | - | - | - |
| Remuneração de capital próprios | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 |
| Resultado do Exercício | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 |
| Participação dos não controladores nos lucros retidos | - | - | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | |
| Fluxo de caixa de atividades operacionais | 18 | 19 | 18 | 19 | |
| Lucro líquido do exercício | 12.389 | 19.944 | 12.389 | 19.944 | |
| Ajustes por | | | | | |
| Resultado na baixa de ativos | 19/20/21 | (5.161) | (273) | (5.165) | (273) |
| Depreciação e amortização (imobilizado e intangível) | 18/19 | 93.008 | 84.757 | 93.008 | 84.757 |
| Equivalência patrimonial | 14 | 378 | 9 | - | |
| Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável do contas a receber | 10 | 1.035 | (1.174) | 1.035 | (1.174) |
| Provisão ao valor realizável líquido dos estoques | 11 | (834) | (4.496) | (834) | (4.496) |
| Provisão (reversão) para contingências | 28 | (746) | 1.305 | (746) | 1.305 |
| Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures | 22/23 | 1.126 | 3.198 | 1.126 | 3.093 |
| Juros apropriados (debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamentos) | 21/22/23 | 96.005 | 54.505 | 97.373 | 54.505 |
| Atualização de precatórios | 32 | (3.289) | (1.332) | (3.289) | (1.332) |
| Rendimento de aplicação financeira | 33 | - | (37) | - | (37) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 14 | 4.285 | 2.901 | 4.285 | 2.901 |
| Variação cambial | 33 | 820 | (2.589) | 820 | (2.589) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 34 | 5.971 | 7.987 | 5.876 | 7.996 |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 34 | 929 | (1.106) | 928 | (1.106) |
| | | 206.919 | 166.811 | 206.807 | 166.706 |
| Variações em | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 10 | (27.151) | (20.114) | (51.722) | (20.114) |
| Estoques | 11 | 4.371 | (24.795) | (5.277) | (24.795) |
| Impostos a recuperar | 12 | (3.478) | 2.630 | (9.323) | 2.630 |
| Outros ativos | 15 | 8.720 | (14.100) | 8.225 | (14.100) |
| Depósitos judiciais | 16 | (471) | 83 | (664) | 83 |
| Fornecedores | 20 | (27.549) | 40.735 | (4.710) | 40.735 |
| Obrigações fiscais e tributárias | 26 | (27.760) | (2.150) | (27.503) | (2.110) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 24 | 5.382 | 8.565 | 5.859 | 8.565 |
| Outros débitos | 27 | 36.207 | (828) | 36.901 | (828) |
| Parcelamento de tributos | 28 | (3.654) | (453) | (3.654) | (453) |
| Pagamento de juros - arrendamentos | 21 | (17.619) | (15.309) | (17.619) | (15.309) |
| Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos | 22 | (38.864) | (17.918) | (39.652) | (17.918) |
| Pagamento de juros - debêntures | 23 | (40.068) | (17.925) | (40.068) | (17.925) |
| Pagamento - IRPJ e CSLL | 34 | (7.638) | (7.483) | (7.638) | (7.483) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 66.344 | 96.949 | 51.962 | 96.884 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | 18 | (40.782) | (28.651) | (41.703) | (28.651) |
| Aquisição de ativo intangível | 19 | (3.197) | (2.706) | (3.197) | (2.706) |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido no consolidado | - | (9.034) | - | (3.925) | - |
| Aplicações financeiras | 9 | 430 | (100) | 430 | - |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos | | (62.683) | (31.467) | (48.396) | (31.367) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 22 | 101.154 | 65.487 | 113.154 | 65.487 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal | 22 | (101.982) | (73.484) | (102.679) | (73.484) |
| Custos de transação (empréstimos e financiamentos) | 22 | (857) | (1.038) | (857) | (1.038) |
| Pagamento de arrendamentos | 21 | (80.783) | (62.251) | (80.783) | (62.251) |
| Captação de debêntures | 23 | 120.000 | 120.00 | | |

das atividades de financiamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substituíveis decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

- Instalações - 10 anos
 - Veículos em uso - 5 anos
 - Móveis e utensílios - 10 anos
 - Máquinas e equipamentos - 10 anos
 - Equipamentos de informática - 5 anos
 - Edificações - 25 anos
 - Beneficiárias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente de 3 a 5 anos
 - Direito de uso - arrendamento - conforme contrato de locação vigente que varia de 3 a 5 anos.
- Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangível e ativo

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte para os dois exercícios apresentados:

- Softwares - 5 anos
- Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída a este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente, que varia de 3 a 5 anos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Agio

O agio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
 - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
 - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
 - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento exceda em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso até 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

n. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo refletir o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para

fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado pelo principal gestor das operações como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos requerimentos atualmente vigentes

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

| Data efetiva | Novas normas ou alterações |
|-----------------------|--|
| 1º de Janeiro de 2022 | Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) |
| | Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020 |
| | Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) |
| | Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3) |

Futuros requerimentos

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou estas normas de maneira antecipada. O Grupo está avaliando os possíveis impactos.

| Data efetiva | Novas normas ou alterações |
|---|---|
| 1º de Janeiro de 2023 | Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)177 |
| | IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro |
| | Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2) |
| | Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8) |
| | Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12) |
| Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou em preempção controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28) |

8 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Caixa e bancos | 36.215 | 24.078 | 36.492 | 24.078 |
| Aplicações financeiras | 79.563 | 57.604 | 80.430 | 57.639 |
| Total | 115.778 | 81.682 | 116.922 | 81.717 |

No grupo de caixa e bancos, o montante total é composto pelos caixas físicos das lojas e contas bancárias correntes em bancos.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 correspondem a aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100,00% (101,50% em 2021) (CDB), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras estão representadas pelo montante de R\$ 448 (R\$ 878 em 31 de dezembro de 2021), cujo saldo está representado pelas operações no Banco BOCOM, sendo a realização das aplicações atreladas ao vencimento da debênture de segunda série da 1ª Emissão. Os recursos aplicados estão atualizados à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100%, e refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Cartões de crédito | 136.069 | 109.137 | 136.069 | 109.137 |
| Boleto | - | - | 24.574 | - |
| Convênios | 7.319 | 6.965 | 7.319 | 6.965 |
| Farmácia popular | 3.093 | 5.166 | 3.093 | 5.166 |
| Outras contas a receber | 2.188 | 250 | 2.188 | 250 |
| (-) Perdas por redução ao valor recuperável | (1.116) | (81) | (1.119) | (81) |
| Total | 147.653 | 121.437 | 172.124 | 121.437 |

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| A vencer | 137.784 | 99.847 | 157.394 | 99.847 |
| Vencidos em até 30 dias | 8.755 | 12.530 | 13.874 | 12.530 |
| Vencidos entre 31 a 60 dias | 611 | 3.342 | 511 | 3.342 |
| Vencidos entre 61 a 90 dias | 198 | 1.151 | 196 | 1.151 |
| Vencidos entre 91 a 180 dias | 150 | 1.759 | 147 | 1.759 |
| Vencidos acima de 181 dias | 1.17 | | | |

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir (controladora e consolidado):

Table with 4 columns: Item, 31.12.2022, 31.12.2021, and another 31.12.2022. Rows include Saldo inicial, Constituições (a), Baixas efetivas, and Total.

(a) As constituições de perdas consideram a expectativa da Companhia com perdas com estoques vencidos, danificados e inventários, e embasadas nos controles de estoques realizados diariamente na rede de lojas e CD.

12 Impostos a recuperar

Table with 4 columns: Item, Controladora 31.12.2022, Controladora 31.12.2021, Consolidado 31.12.2022, Consolidado 31.12.2021. Rows include Tributos sobre o lucro a recuperar, Outros tributos a recuperar, and Total dos impostos a recuperar.

(a) Na controladora, o saldo de R\$ 100.234 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101.316 em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao montante pendente de realização de créditos de ICMS-ST. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas.

(b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias. A Companhia realizou requerimento para restituição/compensação dos créditos tributários e obteve deferimento em dezembro de 2021, com a instrução para reconhecimento integral em conta gráfica.

13 Direitos sobre precatórios (controladora e consolidado) Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

Table with 4 columns: Item, 31.12.2022, 31.12.2021, and another 31.12.2022. Rows include Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a), Créditos remanescentes - acordo geral (b), Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c), and Precatórios Estaduais (d).

(a) Créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2022, somam o montante de R\$ 47.539 (R\$ 44.667 em 31 de dezembro de 2021), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR.

(b) Os saldos remanescentes do Precatório nº 51.218/97 remanescentes no valor de R\$ 7.800 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.461 em 31 de dezembro de 2021) são provenientes da conciliação efetuada junto ao estado em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito, os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR.

(c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 4.131 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.031 em 31 de dezembro de 2021) tem como credora originária a CR Almeida. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com suporte de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que o valor recuperável deste crédito perfaz o montante contabilizado.

(d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.570 (R\$ 1.431 em 31 de dezembro de 2021), registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrecorríveis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu para o ativo circulante o montante de R\$ 52.128 referente aos direitos sobre precatórios nº 48.609/1997 e créditos remanescentes - acordo geral, em decorrência do desmembramento do processo para fase de cumprimento de sentença, onde foram abertas contas vinculadas ao CNPJ da Companhia, alterando a expectativa de recebimento para o curto prazo.

Em relação aos demais créditos precatórios deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Instrumentos financeiros derivativos (controladora e consolidado) As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 34.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Citibank (Banco BV em 31 de dezembro de 2021), com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Table with 4 columns: Valor do principal - Notional, Ponta ativa, Ponta passiva, Ativo (passivo). Rows for Saldo em 31 de dezembro de 2022 and Saldo em 31 de dezembro de 2021.

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 22.

15 Outros ativos Os valores a receber de outros ativos estão assim compostos:

Table with 4 columns: Item, Controladora 31.12.2022, Controladora 31.12.2021, Consolidado 31.12.2022, Consolidado 31.12.2021. Rows include Outros ativos - partes relacionadas, Outros ativos - terceiros, and Total outros ativos.

(a) O montante de R\$ 62.326 a receber em 31 de dezembro de 2022 refere-se a venda das quotas da Empresa Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). Veja detalhes da transação, termos e condições na nota explicativa 16b.

(b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a recebíveis por venda de ativos imobilizados da Nissei. Informações adicionais da operação de venda constam na nota explicativa 16.

Abaixo demonstramos os saldos:

Table with 6 columns: Item, Controladora 31.12.2022, Controladora 31.12.2021, Consolidado 31.12.2022, Consolidado 31.12.2021. Rows include Adiantamentos à sócios (a), Venda de investimento para sócios (b), Venda de ativos para a Hatake (c), Total do ativo circulante, Passivo, Juros sobre o capital próprio (d), Nissei Fid S.A. (e), Total do saldo passivo circulante, Resultado, Ajuste ao valor presente - venda de investimento para sócios, Despesa de juros - 3ª emissão das debêntures (e), Despesas com aluguéis, and Total do Resultado.

(a) Valores referem-se a adiantamento de lucros aos sócios.

(c) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas (99,9641%) que possuía na investida Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). O valor da venda das quotas na integralidade correspondeu, na data da transação, ao montante de R\$ 87.000. A variação entre os períodos demonstrados é referente ao reconhecimento do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 5.895, bem como ao recebimento parcial no montante de R\$ 11.672, em junho de 2022, e R\$ 15.000, realizados em novembro de 2022, devendo o saldo residual ser pago pela contraparte até 30 de junho de 2023. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros, sendo reconhecido os efeitos da taxa de juros de 100% do CDI, considerando com base a taxa média de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras (CDB) da Companhia.

(f) O saldo em aberto em 31 de dezembro 2022 refere-se à venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, efetuada em junho de 2020, o qual deverá ser pago em moeda corrente até junho de 2023, sujeito à multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo, além de juros moratórios de 3% ao ano.

(g) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou a distribuição de juros sobre o capital próprio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o montante aprovado de R\$ 1.190, líquidos das retenções legais, foram quitados no decorrer do exercício de 2022.

(h) Em 19 de maio de 2021, a controladora realizou a 3ª emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, de forma privada em série única, tendo como debenturista a Nissei FID S.A., sendo que essa emissão se fez necessária para que os recursos captados pela Nissei FID S.A. (vide nota explicativa 23, item (iii)) pudessem ser enviados à controladora Farmácia e Drogeria Nissei S.A. As condições negociadas entre as partes segue a mesma orientação do contrato com os debenturistas terceiros, ou seja, o vencimento dessa operação é em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela teve seu vencimento em 14 de novembro de 2022. O impacto no resultado, no montante de R\$15.126 (R\$5.734 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos juros sobre a 3ª emissão de debêntures.

A controladora possui imóveis locados da Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). As transações de aluguel são mensuradas com base em condições de mercado e são liquidadas em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

Table with 4 columns: Descrição, 31.12.2022, 31.12.2021, and another 31.12.2022. Rows include Centro de Treinamentos Nissei, Loja Nissei - Champagnat Batel, Loja Nissei - Alto da XV 24 horas, Loja Nissei - Juveve Rocha Pombal, Loja Nissei - Praia de Leste, Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas, Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza, and Outros aluguéis.

Remuneração do pessoal-chave da Administração A remuneração de pessoal-chave da Administração destinado à presidência do conselho e diretores estatutários, totalizou em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 6.061 (R\$ 5.540 em 31 de dezembro de 2021).

As participações no capital social estão demonstradas na nota explicativa 29.

17 Investimentos (controladora)

Table with 4 columns: Item, Participação, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Nissei FID S.A. (a), Malaluvu Holding S.A. (b), Sumatra Administração e Participação Ltda. (b), and Total.

(a) Em 14 de abril de 2021, a Companhia criou a controlada integral Nissei FID S.A. (representada pelo montante de um mil real), a qual possui sede na Rodovia do Contorno Norte, nº 305, loja 02, Roça Grande, Colombo - PR, com o objetivo de captar recursos no mercado por meio da emissão de debêntures, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 20. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do investimento é de R\$ 249 reconhecido como passivo a descoberto. Em 31 de agosto de 2022, através de fato relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 100% do capital social das empresas Malaluvu Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda., cujas pessoas jurídicas participam na Merco Soluções em Saúde S.A. (subsidiária integral). O valor da aquisição corresponde ao montante de R\$ 36.886 representando 479.998 (quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e oito) quotas da sociedade. O pagamento pela aquisição será realizado da seguinte forma: R\$ 8.000 foram pagos em 31 de agosto de 2022; R\$ 16.000 a serem pagos: (i) R\$ 13.500 em 40 pagamentos mensais, atualizados pelo CDI a partir da data de aquisição (agosto de 2022); (ii) R\$ 4.500 refere-se a uma garantia de pagamento e compensação de valores, sendo que R\$ 3.500 podem ser liberados mediante a decisão favorável ou parcialmente favorável (caso a condenação seja inferior ao montante supracitado) de processos em que as adquiridas Malaluvu e Sumatra e a controlada indireta Merco se encontram em polo ativo ou passivo, e R\$ 1.000 liberado em moeda corrente nacional em uma parcela única no 30º dia a partir do 6º aniversário da data da compra, caso o eventual saldo líquido de todas

b. Movimentação do ativo imobilizado

b.1 Controladora

Table with 10 columns: Custo Controladora, Beneficiárias em imóvel de terceiros, Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos em uso, Direito de uso arrendamento, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Transferências, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

b.2 Consolidado

Table with 10 columns: Custo Consolidado, Beneficiárias em imóvel de terceiros, Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos em uso, Direito de uso arrendamento, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Transferências, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 22.

as retenções e compensações sejam suficientes. O saldo remanescente no valor de R\$ 10.886, refere-se a contraprestação contingente, abaixo detalhada.

Contraprestação contingente Além da parcela a vista e das parcelas a prazo, os vendedores poderão fazer jus ao recebimento de pagamentos adicionais, em caso de atingimento de metas financeiras apuradas com base no Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) ajustado, conforme definido no Contrato de Compra e Venda ("Contrato de Aquisição"), referente aos exercícios sociais a encerrarem-se em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a serem pagos em até 15 de setembro de 2026. Na data de aquisição a administração estimou o valor provável de desembolso e o considerou no preço da transação, em contrapartida a contraprestação contingente na rubrica "outros débitos". O valor apurado, em 31 de dezembro de 2022, perfaz o montante de R\$ 10.886. A determinação da alocação do preço de compra foi feita de forma provisória e, dessa forma, está sujeita a ajustes, até que a avaliação final seja concluída.

Abaixo apresentamos os valores desta combinação de negócios: Os números abaixo referem-se a Merco Soluções em Saúde S.A., investida das empresas adquiridas pela Nissei - Malaluvu e Sumatra, as quais não são operacionais e possuem substancialmente a participação societária na Merco. A Merco é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação.

Table with 4 columns: Item, Nissei FID S.A. 31.12.2022, Malaluvu Holding S.A. 31.12.2022, Sumatra Adm. e Part. Ltda. 31.12.2022, Saldo em 31.12.2022, Saldo em 31.12.2021. Rows include Ativo, Ativo circulante, Ativo não circulante, Ativo total, Passivo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido, Resultado do exercício, Participação (%), Equivalência patrimonial, and Saldo a pagar pela aquisição em 31 de dezembro de 2022 (*).

(* Registrado na rubrica "outros débitos".)

b. Saldos da controlada

Table with 6 columns: Item, Nissei FID S.A. 31.12.2022, Malaluvu Holding S.A. 31.12.2022, Sumatra Adm. e Part. Ltda. 31.12.2022, Saldo em 31.12.2022, Saldo em 31.12.2021. Rows include Ativo, Ativo circulante, Ativo não circulante, Ativo total, Passivo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido, Resultado do exercício, Participação (%), and Equivalência patrimonial.

O saldo de equivalência patrimonial está devidamente reconhecido na demonstração do resultado da controladora, no grupo de Equivalência patrimonial.

c. Movimentação do investimento

Table with 5 columns: Item, Nissei FID S.A., Malaluvu Holding S.A., Sumatra Adm. e Part. Ltda., Total. Rows include Saldo em 01 de abril de 2021, Resultado da controlada do exercício, Aumento de Capital, Saldo em investidas em 31/12/2021, Aquisição de controladas, Resultado das controladas do exercício, Ação na aquisição de controladas, Investimentos, Passivo a descoberto em controlada, and Total.

18 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Table with 6 columns: Item, Custos, Depreciação acumulada, Líquido, Custos, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Imobilizado, Beneficiárias em imóvel de terceiros, Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos em uso, Direito de uso arrendamento, Imobilizado em andamento, Total, and Consolidado.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para impairment. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e não identificou indicadores de impairment, não havendo, portanto, a necessidade de constituição de provisão.

19 Intangível

Table with columns: Custo, Software, Fundo de comércio, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições, Baixas, Transferências, Amortizações, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Transferências, Amortizações, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with columns: Custo, Software, Fundo de comércio, Ágio, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições, Baixas, Transferências, Amortizações, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Transferências, Amortizações, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Software Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para impairment. A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se às localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados da UGC. A vida útil atribuída a este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio na aquisição de controlada

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), adquirido na combinação de negócios com as controladas Malaluv Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda.. Vide detalhes da transação na nota 17.

Teste de impairment do ágio

Foi realizado teste de impairment para o ágio na aquisição do investimento nas controladas Malaluv e Sumatra, tomando como base a Merco como única Unidade Geradora de Caixa, pois, é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximos 5 anos mais o período de perpetuidade. As premissas-chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

- Descrição Taxa de desconto depois dos impostos(i) 15,98% Taxa de crescimento na perpetuidade (ii) 3% (i) A taxa de desconto foi estimada a partir do custo médio ponderado de capital atribuível à adquirida totalizando 15,9% a.a. após impostos. (ii) As projeções foram efetuadas partindo do valor estimado para 2022, com a reposição da inflação medida pelo IPCA sobre os preços conjugada com crescimento de volume decorrente do volume de vendas dos períodos, bem como a manutenção da margem bruta 30%. O valor de ágio apurado na aquisição está sujeito a avaliação de impairment (redução ao valor recuperável). O Grupo avaliou para impairment, revisitando as premissas utilizadas no cálculo de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa foi baseado em uma projeção nominal para os próximos 10 anos, iniciando-se em janeiro de 2023. A partir de 2032 consideramos uma perpetuidade com crescimento equivalente a expectativa de inflação de longo prazo. Apesar do volume de vendas redução, diante das premissas utilizadas para as projeções, esta redução não comprometeu a geração de caixa e a perpetuidade. Para o ágio por expectativa de rentabilidade futura, não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor recuperável na última avaliação anual efetuada, em 31 de dezembro de 2022.

20 Fornecedores

O grupo de fornecedores da Companhia está assim representado, nos exercícios de análises:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Fornecedores de mercadorias, Fornecedores de bens e serviços, Total.

21 Arrendamentos a pagar (Controladora e Consolidado)

O Grupo arrenda diversos imóveis para os seus espaços de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 anos (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do contrato. Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato") que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

Aluguéis comerciais: Em virtude dessa modalidade de contrato possuir diversos prazos, a Companhia adota as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.

Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares a queques alugueiros contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou entre 0,55% a 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo ao final do prazo, foram utilizadas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavalia periodicamente a vida útil dos direitos de uso, incluindo sempre que a operação no referido imóvel apresenta alterações de planos comerciais estratégicos ou verifica-se a intenção dos locadores na descontinuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo resulta que acompanha periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS 36 - Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro 2020, Saldo em 31 de dezembro 2021. Rows include Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos), Pagamentos efetivados - principal, Pagamentos efetivados - juros, Juros reconhecidos no resultado, Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

Saldo em 31 de dezembro 2020 147.228

Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos) 68.908

Pagamentos efetivados - principal (52.251)

Pagamentos efetivados - juros (15.309)

Juros reconhecidos no resultado 15.292

Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas (8.286)

Saldo em 31 de dezembro de 2021 165.582

Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos) 76.975

Pagamentos efetivados - principal (60.783)

Pagamentos efetivados - juros (17.619)

Juros reconhecidos no resultado 17.629

Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas (17.337)

Saldo em 31 de dezembro de 2022 164.447

Passivo circulante 60.774

Passivo não circulante 103.672

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam então chegar a informação. Isto posto os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada entre - 0,55% a.m. a 0,91% a.m..

- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) - 0,3% a.m.

- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo).

Table with columns: 31.12.2022, 31.12.2021. Rows include 2022, 2023, 2024, 2025 em diante.

2022 - 54.818

2023 - 42.364

2024 - 31.288

2025 em diante - 27.112

Total 164.447 165.582

A movimentação do direito de uso de arrendamento, classificado dentro da conta de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro 2020, Saldo em 31 de dezembro 2021. Rows include Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos), Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas, Depreciação no exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos), Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas, Depreciação no exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

22 Empréstimos e financiamentos

O grupo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

Table with columns: Descrição, Indexador, Controladora, Consolidado. Rows include Moeda estrangeira (dólares norte-americanos), Banco BV(c), Banco Citibank (a), Total em moeda estrangeira, Capital de giro - moeda local, Banco Safra, Banco ABC, Banco CCB, Banco Itaú (b), Banco BPOE, Banco BBM, Banco Daycoval, Total capital de giro, Arrendamentos (Leasing), Banco Daycoval - Leasing, HP Financial, Total arrendamentos, CDC, Banco Safra - CDC, Banco Itaú - CDC, Total CDC, Total de empréstimos e financiamentos, Circulante, Não circulante.

(a) Operação financeira junto ao Banco Citibank teve início em junho de 2022, com vencimento em junho de 2026. A operação é em moeda estrangeira na qual há cobertura de derivativos, com variação cambial (swap), provisionada para o período no montante ativo de R\$ 5.007 (vide nota explicativa nº 14).

(b) Em 12 de julho de 2022, a controlada indireta Merco realizou um empréstimo no montante de R\$ 12.000 junto ao Banco Itaú, parcelado em 45 vezes, tendo o vencimento em 9 de julho de 2026, a uma taxa de 3,20% mais 100% da CETIP. O primeiro pagamento ocorreu em 9 de novembro de 2022.

(c) A operação financeira junto ao Banco BV é objeto de cobertura de derivativos, conforme descrito na nota 14. Em 31 de dezembro de 2021, liquidado em setembro 2022.

Covenants financeiros

O contrato firmado em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank, iniciado em 6 de junho de 2022, com vencimento em 8 de junho de 2026, possui vencimento antecipado imediato caso os covenants financeiros não sejam cumpridos, sendo esses:

(a) Semestralmente: A partir de 31 de dezembro de 2022, indicador de liquidez por meio da fórmula: Dívida Líquida ajustada (correspondente ao resultado de Empréstimos e Financiamentos, deduzido de Caixa e Aplicações Financeiras, normalizada a série 2 da primeira emissão de debêntures para que esta sempre reflita o valor a ser pago em caso de valorização pela metodologia da PUT) dividida pelo EBITDA ajustado (resultado consolidado antes das despesas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial, de tributos e contribuições sobre o lucro e de participações minoritárias, acrescido das despesas de depreciação e amortização; e deduzido das despesas de arrendamento), sendo desconsiderados efeitos extemporâneos, CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ajustes a valor presente (AVP), devendo atingir o indicador de (conforme escritura):

Table with columns: Ano, Indicador. Rows include 2022, 2023, 2025, 2026.

(b) Anualmente: Razão entre ativo circulante e o passivo circulante consolidado maior ou igual a 1,10.

(c) Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

Claúsulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas do Grupo.

Taxas contratadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo trabalhou com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

Pré-fixado - Juros médios de 0,95% a.m.

Pós-fixados - Juros médios de CDI + 0,31% a.m. ou Juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas;
- Fluxo de carteira de cartão de crédito;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9);
- Ativos dos acionistas, sendo: Fazenda, ativos biológicos; imóveis comerciais e residências; e
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos compreendem:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31.12.2020, Captações, Juros e atualizações, (-) Pagamento do principal, (-) Pagamento de juros, (-) Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2021, Captações, Juros e atualizações, (-) Pagamento do principal, (-) Pagamento de juros, (-) Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2022.

Cronograma de pagamento:

Table with columns: 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, Total. Rows include Controladora, Consolidado.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas negociações de empréstimos junto aos Bancos ABC, Banco Safra e Banco BV, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento das operações. Abaixo demonstramos a movimentação:

Table with columns: Saldo em 31.12.2020, Saldo em 31.12.2021, Saldo em 31.12.2022. Rows include Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2021, Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2022.

23 Debêntures

Table with columns: 31.12.2022, 31.12.2021. Rows include Segunda série (valor justo) - 1ª Emissão Farmácia Nissei (i), Primeira série (custo amortizado) - 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii), Segunda série (custo amortizado) - 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii), Primeira série (custo amortizado) - 1ª Emissão Nissei FID S.A / 3ª emissão Farmácia Nissei. (iii), Primeira série (custo amortizado) - 4ª Emissão Farmácia Nissei (iv), Segunda série (custo amortizado) - 4ª Emissão Farmácia Nissei (v), (-) Custo das operações.

Passivo circulante

Passivo não circulante

101.480 62.264

244.080 181.632

(iii) Em 29 de outubro de 2017, a Companhia realizou sua primeira captação de recursos com emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB

- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, subdividida em duas séries, no montante total de R\$ 153.061. A primeira série tinha como vencimento final em 31 de outubro de 2021, e foi quitada de forma antecipada e facultativa em 26 de maio de 2021, pelo valor de R\$ 185.800.

A segunda série corresponde ao valor justo da opção de venda (put) da debênture série 2, a qual é mensurada com base no cálculo do EBITDA ajustado (corresponde ao lucro da emissora antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação, amortização, outras

receitas /despesas operacionais líquidas, despesas administrativas e líquido de qualquer efeito de AVP) acumulado dos últimos doze meses multiplicados por 8,5, multiplicados por 4,4%, cuja opção pode ser exercida, a critério do credor, a partir de 31 de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2022.

(iv) Em 26 de maio de 2021, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, de forma pública, em conformidade com os termos da Instrução CVM nº 476, dividida em duas séries:

(a) 1ª Série no valor de R\$ 40.000, com vencimento em 26 de maio de 2024, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 4,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de novembro de 2022.

(b) 2ª Série no valor de R\$ 80.000, com vencimento em 26 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido spread (sobretaxa) de 5,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela com vencimento em 14 de novembro de 2022.

(v) Em 19 de abril de 2021, a Nissei FID S.A. emitiu 1ª emissão de debêntures (3ª emissão Drogarias e Farmácia Nissei S.A) no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, de forma privada em série única, a qual terá vencimento em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 5,00% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2022.

(vi) Em 13 de julho de 2022, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de forma privada, divididas em duas séries:

(a) 1ª série no valor de R\$ 70.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,80% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos mensalmente. A amortização ocorrerá em 48 parcelas mensais consecutivas, cuja primeira parcela ocorreu em 15 de agosto de 2022.

(b) 2ª série no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido spread (sobretaxa) de 2,80% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 13 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 15 de julho de 2022.

Covenants

Acompanhamento semestral para a 2ª e 3ª emissão

Indicador de liquidez por meio da fórmula:

Dívida líquida ajustada (correspondente ao resultado de Empréstimos e Financiamentos, deduzido de Caixa e Aplicações Financeiras, normalizada a série 2 da primeira emissão de debêntures para que esta sempre reflita o valor a ser pago em caso de valorização pela metodologia da PUT) dividida pelo EBITDA ajustado (resultado consolidado antes das despesas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial, de tributos e contribuições sobre o lucro e de participações minoritárias, acrescido das despesas de depreciação e amortização; e deduzido das Despesas de Arrendamento), sendo desconsiderados efeitos extemporâneos, CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ajustes a valor presente (AVP), devendo atingir no mínimo os seguintes indicadores por ano: 2021 3,00x, 2022 3,25x, 2023 3,00x, 2024 2,75x e 2025 2,50x.

Acompanhamento anual:

- Razão entre ativo circulante e o passivo circulante consolidado maior ou igual a 1,10.

- Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

Acompanhamento semestral para a 4ª emissão

Indicador financeiro, demonstrado abaixo, o qual será apurado semestralmente, conforme identificado abaixo, considerando o período de apuração referente ao período de 12 meses, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(i) Razão entre Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual aos indicadores listados abaixo:

Table with columns: Ano, Indicador - menor ou igual a: 31/12/2022 a 31/12/2023, 31/12/2023 a 31/12/2024, 31/12/2024 a 31/12/2025, 31/12/2025 a 31/12/2026.

Para fins de cálculo, os seguintes termos terão os seguintes significados:

Dívida Líquida: significa a soma de Empréstimos e Financiamento (circulante e não circulante) deduzindo o saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA Ajustado: lucro antes dos impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização, excluindo os efeitos de ajuste a valor presente (AVP) e os efeitos da aplicação do CPC06 (R2)/IFRS16

Cessão fiduciária e direitos cedidos

Para a segunda e a terceira emissão da Farmácia Nissei S.A (1ª Emissão FID) as garantias serão compartilhadas e possuem as seguintes características:

- Direitos creditórios representados pelo precatório requisitório nº 48.609/97, no valor original, em janeiro de 2017, de R\$ 34.911 e o precatório requisitório nº 51.218/97, no valor original, em dezembro de 2014, de R\$ 4.441, ambos passíveis de correção monetária e incidência de juros, conforme indexador da taxa referencial.

- Alienação de 50% mais uma ação da totalidade do capital social da Companhia detidas pelo Sérgio Maeoka, cujo percentual corresponde a 76.021.268 de ações ordinárias. Deverão transitar mensalmente na conta vinculada com o Banco Safra, até o término da operação, no mínimo, R\$ 20.000. Para fins de pagamento da amortização será constituída uma reserva, a ser retida na referida conta, cujo saldo deverá representar o percentual do saldo do valor do serviço da dívida, a saber:

(i) 25% faltando 60 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização;

(ii) 50% faltando 45 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização;

(iii) 75% faltando 30 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização; e

(iv) 100% faltando 15 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização.

Movimentação dos saldos de debêntures

Table with columns: Movimentação, Debêntures série1, Debêntures série2, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, (+) Atualização 1ª Emissão de debêntures, (-) Pagamento de juros, (-) Pagamento de principal 1ª Emissão de debêntures, (+) Apropriação custo da transação - 1ª Emissão (i), (-) Custo da transação 2ª e 3ª Emissão, (+) Captação de recursos - 2ª Emissão, (-) Atualização 2ª série - 1ª Emissão, (+) Atualização 2ª Emissão de debêntures, (-) Pagamento de juros 2ª Emissão, (+) Captação de recursos - 3ª Emissão, (+) Atualização 3ª Emissão de debêntures, (-) Pagamento de juros 3ª Emissão, (+) Apropriação custo da transação - 2ª e 3ª Emissão, (-) Total das movimentações, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

(i) Os custos de transações incorridos na primeira emissão de debêntures foram integralmente amortizados no valor R\$ 1.677 em virtude do pagamento facultativo feito antecipadamente.

(ii) No que se refere às demais emissões (2ª, 3ª e 4ª) de debêntures, os gastos com a estruturação das emissões e serviços especializados foram reduzidos do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do debenturista no valor total de R\$ 6.007:

Table with columns: Saldo em 31.12.2020, Saldo em 31.12.2021, Saldo em 31.12.2022. Rows include Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2021, Novos custos da transação, Amortização de custo da transação, Saldo em 31.12.2022.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

A obrigações sociais e trabalhistas do grupo, estão assim representadas:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Salários a pagar, FGTS a recolher, INSS a recolher, Provisão de férias e encargos, Prêmios de produtividade e campanhas, Outras obrigações trabalhistas, Total.

61.609 64.832 61.986 64.832

Continua na próxima página

26 Obrigações fiscais e tributárias

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| PIS e COFINS a recolher | 854 | 175 | 913 | 175 |
| IRPJ a recolher | 124 | 139 | 131 | 139 |
| CSLL a recolher | 331 | 196 | 333 | 196 |
| ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias - SP/SC | 379 | 862 | 381 | 862 |
| ICMS ST - Substituição tributária a recolher | 12.616 | 16.218 | 12.625 | 16.218 |
| Outros impostos e taxas (a) | 3.062 | 2.899 | 3.358 | 2.899 |
| Total | 17.366 | 20.489 | 17.741 | 20.489 |
| Passivo circulante | 17.366 | 20.489 | 17.741 | 20.537 |
| Passivo não circulante | - | - | 165 | - |

(a) Outros impostos e taxas é composto por vários outros impostos, tais como taxas de ISS, Fundo de pobreza, IRRF s/ folha de pagamento, INSS retido na folha de pagamento e ainda PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher.

26 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras compreendem parcelamentos de tributos realizados pela controladora, os saldos estão assim compostos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| REFIS | | | | |
| Programa de regularização tributária - PRT | 12.586 | 14.353 | 12.586 | 14.353 |
| Programa especial de regularização tributária - PERT | 9.563 | 9.990 | 9.563 | 9.990 |
| Total | 22.149 | 24.343 | 22.149 | 24.343 |
| Outros | | | | |
| Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná | 2.357 | 3.817 | 2.357 | 3.817 |
| Total dos parcelamentos | 24.606 | 28.160 | 24.606 | 28.160 |
| Passivo circulante | 5.111 | 4.959 | 5.111 | 4.959 |
| Passivo não circulante | 19.395 | 23.201 | 19.395 | 23.201 |

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vencidos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais. Ressaltamos que em 31 de dezembro de 2022, o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua continuação nos programas de parcelamentos.

27 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de outros débitos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Juros sobre o capital próprio (a) | - | 1.190 | - | 1.190 |
| Adiantamento - negociações comerciais (b) | 7.771 | 6.047 | 7.771 | 6.047 |
| Dividendo a pagar | 1.895 | 1.895 | 1.895 | 1.895 |
| Outros valores a pagar (c) | 30.236 | 1.379 | 30.313 | 1.379 |
| Total | 38.007 | 10.511 | 38.084 | 10.511 |
| Passivo circulante | 13.637 | 10.511 | 13.897 | 10.511 |
| Passivo não circulante | 24.370 | - | 24.370 | - |

(a) Quitação dos juros aprovados em 31 de dezembro de 2021 durante o exercício de 2022.
(b) Valores referentes às antecipações que os fornecedores realizam através de contratos estabelecidos anualmente.
(c) Representado substancialmente pelo valor a pagar pela aquisição das empresas Sumatra Administração e Participação Ltda. e Malaluni Holding S.A. (vide nota explicativa 1).

28 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, as ações trabalhistas, provisionou os montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Demanda prováveis | | | | |
| Trabalhistas e previdenciárias | 6.015 | 6.723 | 6.015 | 6.723 |
| Cíveis e administrativas | 1.902 | 1.940 | 2.010 | 1.940 |
| Total | 7.917 | 8.663 | 8.025 | 8.663 |
| Depósitos judiciais | | | | |
| Trabalhistas e previdenciárias | 5.445 | 4.980 | 5.638 | 4.980 |
| Cíveis e administrativas | 303 | 297 | 303 | 297 |
| Total | 6.748 | 6.277 | 6.941 | 6.277 |
| Saldo 31.12.2021 | | | | |
| Administrativo | 1.673 | 62 | - | 1.735 |
| Cível | 267 | 16 | (117) | 166 |
| Tributários | 4.391 | - | - | 4.391 |
| Trabalhista | 2.332 | 1.225 | (1.932) | 1.625 |
| Total | 8.663 | 1.303 | (2.049) | 7.917 |
| Saldo 31.12.2020 | | | | |
| Administrativo | 514 | 1159 | - | 1.673 |
| Cível | 140 | 275 | (148) | 267 |
| Tributários | 4.391 | - | - | 4.391 |
| Trabalhista | 2.313 | 1894 | (1.875) | 2.332 |
| Total | 7.358 | 3.328 | (2.023) | 8.663 |

Contingências trabalhistas e previdenciárias
As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis
O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências passíveis
Existem outros contingências passíveis envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelo Grupo com o suporte dos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2022 no montante estimado de R\$ 16.600 (R\$ 11.800 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS's não requerem sua contabilização.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social está representado por 152.042.534 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 21.720, pertencentes a Patrícia Maeoka Aisengart Accioly (1,53%), Alexandre Maeoka (1,53%) e Sergio Maeoka (96,94%).

(i) Reserva legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados, cujo montante está representado por R\$ 577 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 997 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Destinação do lucro
Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o Estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 12.389 | 19.944 |
| (-) Reserva legal | (619) | (997) |
| Base para dividendos | 11.770 | 18.947 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 1.177 | 1.895 |

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 26.104, sendo R\$ 11.104 pagos em caixa no exercício, e R\$ 15.000 utilizados na liquidação de saldos a receber dos acionistas.

30 Receita líquida de vendas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Receita operacional bruta | 2.254.713 | 1.947.508 | 2.315.771 | 1.947.508 |
| Verbas de marketing e publicidade (a) | 23.409 | 20.693 | 23.409 | 20.693 |
| Prestação de serviços | 3.924 | 5.171 | 3.924 | 5.171 |
| Total | 2.282.046 | 1.973.372 | 2.343.104 | 1.973.372 |
| Deduções sobre vendas/serviços | | | | |
| Impostos sobre vendas/serviços (b) | (107.717) | (100.695) | (122.731) | (100.695) |
| Devoluções e abatimentos | (13.362) | (12.655) | (13.362) | (12.655) |
| Total | (121.079) | (113.350) | (136.093) | (113.350) |
| Receita líquida de vendas | 2.160.967 | 1.860.022 | 2.207.011 | 1.860.022 |

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: i) medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Manipulação, iv) Conveniência; e v) Medicamentos Especiais. Adicionalmente, o Grupo gera receitas com prestação de serviços e vendas de marketing e publicidade. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, diretamente a consumidores.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Venda de mercadorias | | | | |
| Medicamentos | 1.268.181 | 1.120.739 | 1.268.181 | 1.120.739 |
| Marca | 941.892 | 758.361 | 941.892 | 758.361 |
| Genéricos | 190.320 | 236.433 | 190.320 | 236.433 |
| Similares | 135.969 | 125.945 | 135.969 | 125.945 |
| Higiene e beleza | 793.331 | 604.389 | 793.331 | 604.389 |
| Manipulação | 9.368 | 10.002 | 9.368 | 10.002 |
| Conveniência | 173.784 | 141.217 | 173.784 | 141.217 |
| Medicamentos especiais | 10.049 | 11.442 | 11.106 | 11.442 |
| Total | 2.254.713 | 1.887.789 | 2.316.770 | 1.887.789 |
| Outras vendas | | | | |
| Verbas de marketing e publicidade (a) | 23.409 | 20.693 | 23.409 | 20.693 |
| Prestação de serviços | 3.924 | 5.171 | 3.924 | 5.171 |
| Impostos sobre vendas/serviços (b) | (121.080) | (53.631) | (136.092) | (53.631) |
| Total | (93.746) | (27.767) | (108.759) | (27.767) |
| Receita líquida de vendas | 2.160.967 | 1.860.022 | 2.207.011 | 1.860.022 |

(a) Os saldos registrados na rubrica "Verbas de marketing e publicidade" compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.

(b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

31 Custos e despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Mercadorias vendidas | 1.414.250 | 1.219.830 | 1.456.718 | 1.219.830 |
| Despesas de pessoal | 353.383 | 309.874 | 355.086 | 309.874 |
| Depreciação e amortização | 93.008 | 83.586 | 93.008 | 83.586 |
| Propaganda e publicidade | 12.364 | 10.765 | 12.396 | 10.765 |
| Taxas de administração de operadoras de cartões | 24.390 | 21.547 | 24.394 | 21.547 |
| Frete e carretos | 11.453 | 8.391 | 11.453 | 8.391 |
| Serviço de terceiros | 39.876 | 40.165 | 39.920 | 40.165 |
| Despesas com manutenção | 16.834 | 13.876 | 16.834 | 13.876 |
| Outros | 52.940 | 48.941 | 54.696 | 48.941 |
| Total | 2.018.498 | 1.766.976 | 2.064.606 | 1.766.976 |
| Classificados como | | | | |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 1.414.250 | 1.219.830 | 1.456.718 | 1.219.830 |
| Despesas administrativas | 85.027 | 82.448 | 86.973 | 82.448 |
| Despesas comerciais | 508.186 | 455.871 | 509.779 | 455.871 |
| Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável do contas a receber | 1.035 | (1.174) | 1.035 | (1.174) |
| Total de custos e despesas | 2.018.498 | 1.766.976 | 2.064.606 | 1.766.976 |

32 Despesas financeiras líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos com aplicações financeiras | 7.061 | 1.422 | 7.118 | 1.422 |
| Varição cambial | 820 | 2.589 | 820 | 2.589 |
| Atualização de precatórios | 3.289 | 1.332 | 3.289 | 1.332 |
| Atualização de debêntures (b) | - | 4.438 | - | 4.438 |
| Outras receitas financeiras | 4.287 | 3.638 | 4.287 | 3.638 |
| Total | 16.467 | 13.419 | 16.614 | 13.419 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos (a) | 33.224 | 16.033 | 34.120 | 16.033 |
| Ajuste a valor presente (d) | 30.592 | 14.981 | 30.592 | 14.981 |
| Juros sobre debêntures (b) | 41.816 | 20.590 | 41.816 | 20.590 |
| Atualização de debêntures (b) | 3.808 | - | 3.808 | - |
| Juros passivos | 757 | 22 | 757 | 22 |
| IOF | 753 | 696 | 753 | 696 |
| Despesas bancária | 1.717 | 1.540 | 1.733 | 1.540 |
| Despesas com operações com derivativos | 1.782 | 2.901 | 1.782 | 2.901 |
| Juros de arrendamentos (c) | 17.629 | 15.293 | 17.629 | 15.293 |
| Outras despesas financeiras | 6.588 | 14.338 | 6.311 | 14.338 |
| Total | 138.666 | 86.394 | 139.301 | 86.394 |
| Despesas financeiras líquidas | (123.209) | (72.976) | (123.787) | (72.976) |

(a) Para maior detalhamento sobre os juros de empréstimos vide nota explicativa 22.
(b) Para maior detalhamento sobre os juros de debêntures vide nota explicativa 23.
(c) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 20.
(d) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior a 30 dias.

33 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, referem-se:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Lucro antes de IRPJ e CSLL | 19.289 | 29.037 | 19.194 | 29.046 |
| Imposto utilizado a alíquota normal vigente - 34% | (6.658) | (9.873) | (6.626) | (9.873) |
| (+) Adições | 28.620 | 24.764 | 28.620 | 24.764 |
| Amortização de arrendamento | 21.153 | 18.493 | 21.153 | 18.493 |
| Juros de arrendamento | 5.994 | 5.200 | 5.994 | 5.200 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 128 | 3 | 128 | 3 |
| Outras adições (multa, brindes) | 1.245 | 1.058 | 1.245 | 1.058 |
| (-) Exclusões | 28.862 | 24.079 | 28.862 | 24.079 |
| Contraprestação de arrendamento | 26.657 | 22.587 | 26.657 | 22.587 |
| Outras provisões | 1.912 | 910 | 1.912 | 910 |
| Outras exclusões (AIP sobre outros ativos) | 293 | 582 | 293 | 582 |
| Imposto de renda sobre base presumida de controladora | - | - | (10) | (10) |
| Outras | - | 10 | | |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Farmácia e Drograria Nissel S.A.**
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drograria Nissel S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Farmácia e Drograria Nissel S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo das debêntures

Veja as Notas 4, 23 e 34 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação foi dividida em duas séries, sendo a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e integralmente liquidada em 2021, e a segunda, mensurada pelo valor justo, totalizando R\$ 48.606 mil em 31 de dezembro de 2022.

A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve a determinação dos valores de EBITDA ajustado (lucro antes dos impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização, excluindo os efeitos de ajuste a valor presente (AVP) e os efeitos da aplicação do CPC06 (R2) IFRS16), e a premissa da expectativa da vida esperada deste instrumento financeiro, considerando que a debênture pode ser exigida pelo credor a qualquer momento até o prazo de vencimento contratual. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessa premissa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:

– Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia no modelo de valor justo vis a vis aos termos do contrato de debênture.

– Revisão dos valores determinados no EBITDA ajustado (lucro antes dos impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização, excluindo os efeitos de ajuste a valor presente (AVP), e os

efeitos da aplicação do CPC06 (R2) / IFRS16), que é um componente significativo na determinação do valor justo do passivo financeiro.

– Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do valor justo das debêntures, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo das debêntures, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014426/O-6 F-PREdson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0COMPANHIA MUNICIPAL
DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA

**AVISO DE LICITAÇÃO COMPANHIA MUNICIPAL DE
HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA – COHAB ARAUCÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL Nº 30544/2023
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 002/2023**

OBJETO: Contratação de serviços de Publicidade Legal por empresa que edite jornal impresso, de grande e comprovada circulação diária no Estado do Paraná e na região metropolitana de Curitiba, para edição e publicação de atos oficiais da COHAB ARAUCÁRIA (Editais Licitatórios, Extratos em geral, Portarias e demais atos oficiais), e veiculação via web (sítio do jornal na internet), em conformidade com o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e subsidiariamente na Lei nº 8.666, conforme características e condições descritas no Edital e seus Anexos.

VALOR MÁXIMO: R\$ 29.610,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e dez reais).

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme datas e horários definidos abaixo:

| | |
|---|-------------------------------|
| DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS | Até 9:00 hs do dia 12/04/2023 |
| DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA | Às 9:00 hs do dia 12/04/2023 |

O Edital completo e possíveis alterações está(ão) disponível(is) no site www.cohabaraucaria.com.br ou no Departamento de Licitações e Compras da Companhia Municipal de Habitação de Araucária, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Informações pelo telefone (41) 3031-8403 ou através do e-mail: licitacao@cohabaraucaria.com.br.

Araucária, 21 de março de 2023.

JOSÉ FERREIRA SOARES NETO
Diretor Presidente

EMPRESÁRIO

**Cumpra a legislação
e garanta transparência
com publicidade legal.**

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Publicar balanços, balancetes e avisos legais da empresa é lei, além de uma forma de dar mais tranquilidade

a sócios, acionistas e administradores. Nessas horas, o melhor é deixar tudo preto no branco, nas páginas de um

jornal diário da região. **Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética. Anuncie seus resultados**

nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

EDITAL DE RESULTADO DE ELEIÇÃO - SINTERPAR

Sindicato dos Técnicos em Radiologia do Paraná, CNPJ: 77.167.252.0001-34. MTE: 24290.005887/90-48, código da entidade: 90292-6, Trav. Itararé nº 43, 2º andar, sala 25, Centro, Curitiba/PR, o Presidente da comissão eleitoral Gerson Luiz Sarot, torna público o resultado da eleição para a diretoria executiva e do conselho fiscal do SINTERPAR, eleitos em 20 de março de 2023, com mandato de 20 de março de 2023 a 20 de março de 2027, chapa eleita, "SINTERPAR RENOVAÇÃO EM AÇÃO, PARA O BEM DA RADIOLOGIA DO PARANÁ", (chapa única), composta pelos seguintes profissionais da radiologia: Vagner Candido da Silva, Esiquiel Persike, Eder Tiago Carnellosi, Marcelo Santiago dos Santos, Fabio Dias, Maristela Zub, Regis Moretto Gomide, Cleide Labor, Mirian Rotta, Marcelo Richter, Guilherme Moreira Carneiro, Rosângela Carmo de Souza, Clodoaldo Custódio de Melo, Elson de Freitas, Gisele dos Santos, Claudio Cesar Pereira dos Santos, Juliane Eish, Tania Ferraz Macedo, Francine Perim Santos. Atenciosamente Presidente da comissão eleitoral Gerson Luiz Sarot, Secretário - Diego Mendes de Paula, Membro - Fatima Alves Fernandes, Jurídico Sinterpar - Dr. Joelcio Flaviano Niels OAB - PR 23.031, Dr. Ismael Martinez Filho - OAB/PR 64.581.

Curitiba, 22 de março de 2023.

PUBLICIDADE LEGAL

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do **BEMPARANÁ**.
Acesse também pelo do link:
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>



3350.6620